

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	24
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	25
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	74
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	146
---	-----

Proposta de Orçamento de Capital	147
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	148
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	152

Índice

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	153
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	156
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	158

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	380.253
Preferenciais	0
Total	380.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.072
Preferenciais	0
Total	1.072
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	12.696.792	11.762.554	11.520.769
1.01	Ativo Circulante	2.520.951	1.974.493	1.828.004
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.279.469	786.377	521.304
1.01.03	Contas a Receber	989.272	1.034.710	1.176.718
1.01.03.01	Clientes	989.272	1.034.710	1.176.718
1.01.04	Estoques	83.322	62.603	57.214
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.568	18.381	30.173
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.568	18.381	30.173
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	100.568	18.381	30.173
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	68.320	72.422	42.595
1.01.08.03	Outros	68.320	72.422	42.595
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	13.615	13.152	13.946
1.01.08.03.02	Diversos	13.161	10.334	7.988
1.01.08.03.03	Convênio de Cooperação Técnica	38.271	16.152	471
1.01.08.03.04	Bancos e Aplicações de Convênio	3.273	24.452	20.190
1.01.08.03.05	Caução em Garantia de Financiamentos	0	8.332	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.175.841	9.788.061	9.692.765
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.910.514	2.236.206	2.463.845
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	77.228	75.715	85.268
1.02.01.04	Contas a Receber	162.032	258.404	225.018
1.02.01.04.01	Clientes	37.092	0	0
1.02.01.04.03	Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	65.853	191.642	180.770
1.02.01.04.05	Créditos diversos	59.087	66.762	44.248
1.02.01.07	Tributos Diferidos	409.039	293.349	203.908
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	409.039	293.349	203.908
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	2.125	0
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	0	2.125	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.262.215	1.606.613	1.949.651

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	733.328	685.561	648.892
1.02.01.10.04	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	26.153	76.603	75.074
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Arrendamento Mercantil	72.699	61.716	57.169
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	1.424.870	756.545	1.132.922
1.02.01.10.07	Convênio de Cooperação Técnica	5.165	26.188	35.594
1.02.02	Investimentos	202.441	165.392	134.243
1.02.02.01	Participações Societárias	202.441	165.392	134.243
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	202.181	165.132	133.983
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	260	260	260
1.02.03	Imobilizado	1.470.124	1.518.979	1.590.303
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.470.124	1.518.979	1.590.303
1.02.04	Intangível	5.592.762	5.867.484	5.504.374
1.02.04.01	Intangíveis	5.592.762	5.867.484	5.504.374
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.592.762	5.867.484	5.504.374

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	12.696.792	11.762.554	11.520.769
2.01	Passivo Circulante	1.886.439	1.378.860	1.110.250
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	119.302	125.194	115.971
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	119.302	125.194	115.971
2.01.02	Fornecedores	287.977	206.177	176.302
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	287.977	206.177	176.302
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.100	79.680	76.719
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	72.130	78.101	74.705
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	72.130	78.101	74.705
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.970	1.579	2.014
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	800.137	595.756	384.939
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	190.315	201.851	170.450
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	120.221	129.799	118.828
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	70.094	72.052	51.622
2.01.04.02	Debêntures	609.822	393.905	214.489
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	609.822	393.905	214.489
2.01.05	Outras Obrigações	472.122	280.717	296.006
2.01.05.02	Outros	472.122	280.717	296.006
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	265	72.270	80.719
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	16.614	21.998	42.170
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	1.214	3.547	3.326
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	52.331	47.975	59.985
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	375.390	102.304	72.640
2.01.05.02.09	Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	26.308	32.623	37.166
2.01.06	Provisões	131.801	91.336	60.313
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	131.801	91.336	60.313
2.01.06.01.05	Parcelamento de Impostos	6.623	0	14.289
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	125.178	91.336	46.024

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02	Passivo Não Circulante	4.050.395	3.927.082	3.666.806
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.185.207	3.185.385	2.925.298
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	878.079	1.072.146	1.110.936
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	713.812	803.147	858.870
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	164.267	268.999	252.066
2.02.01.02	Debêntures	2.307.128	2.113.239	1.814.362
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	2.307.128	2.113.239	1.814.362
2.02.02	Outras Obrigações	487.825	607.695	549.060
2.02.02.02	Outros	487.825	607.695	549.060
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	112.764	223.892	136.007
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	60.814	79.851	82.139
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	208.654	258.251	297.434
2.02.02.02.07	Diversos	54.285	14.189	9.206
2.02.02.02.08	Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	49.331	31.512	21.106
2.02.02.02.09	Convênio de Cooperação Técnica	1.977	0	3.168
2.02.04	Provisões	377.363	134.002	192.448
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	377.363	134.002	192.448
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	377.363	134.002	192.448
2.03	Patrimônio Líquido	6.759.958	6.456.612	6.743.713
2.03.01	Capital Social Realizado	3.402.385	3.402.385	3.402.385
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.04	Reservas de Lucros	3.402.583	3.147.591	3.378.939
2.03.04.01	Reserva Legal	415.440	388.560	347.736
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.926.101	2.710.828	2.983.316
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	61.042	48.203	47.887
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-36.434	-84.788	-29.035

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.830.194	5.288.943	5.093.362
3.01.01	Serviços de Água	3.355.225	3.193.744	2.995.036
3.01.02	Serviços de Esgoto	1.824.296	1.819.243	1.688.185
3.01.03	Receita de Construção	648.408	273.866	408.079
3.01.04	Receita de Resíduo Sólido	2.265	2.090	2.062
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.677.378	-2.880.907	-2.929.800
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.028.970	-2.607.041	-2.521.721
3.02.02	Custo de Construção	-648.408	-273.866	-408.079
3.03	Resultado Bruto	2.152.816	2.408.036	2.163.562
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.303.785	-1.126.788	-1.007.363
3.04.01	Despesas com Vendas	-449.629	-592.810	-396.502
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-228.213	-222.930	-206.847
3.04.01.02	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-221.416	-369.880	-189.655
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-622.214	-495.472	-484.855
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	177.380	171.341	107.937
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-396.631	-197.260	-221.171
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-396.631	-197.260	-221.171
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.691	-12.587	-12.772
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	849.031	1.281.248	1.156.199
3.06	Resultado Financeiro	-194.582	-175.973	-133.895
3.06.01	Receitas Financeiras	285.167	145.962	115.547
3.06.02	Despesas Financeiras	-479.749	-321.935	-249.442
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	654.449	1.105.275	1.022.304
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-116.862	-288.798	-267.930
3.08.01	Corrente	-257.505	-349.635	-298.169
3.08.02	Diferido	140.643	60.837	30.239
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	537.587	816.477	754.374
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	537.587	816.477	754.374

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	537.587	816.477	754.374
4.02	Outros Resultados Abrangentes	48.439	-55.527	-26.743
4.02.01	Ganho/Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	81.735	-56.536	-33.576
4.02.04	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros Resultados Abrangentes	-33.296	1.009	6.833
4.03	Resultado Abrangente do Período	586.026	760.950	727.631

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.668.057	1.739.630	1.256.677
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.888.919	2.109.161	1.741.762
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	537.587	816.477	754.374
6.01.01.02	Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	221.416	369.880	187.636
6.01.01.03	Recuperação de Contas Baixadas	0	0	-56.775
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	94.035	129.778	43.650
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros	294.323	108.243	148.644
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-140.643	-60.837	-30.239
6.01.01.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	12.691	12.587	12.772
6.01.01.08	Ganho/Perda na Baixa de Intangível e Imobilizado	11.505	129.751	-2.347
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	741.457	641.791	600.613
6.01.01.10	Constituição de Provisões	151.130	-62.857	59.657
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	68.183	60.247	56.089
6.01.01.12	Ativos Financeiros	-101.836	-36.406	-31.716
6.01.01.13	Outros	-1.182	-316	-617
6.01.01.16	Provisão para Perdas de Estoque	253	823	21
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	304.950	181.087	91.405
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-165.122	-189.923	-190.727
6.01.02.02	Estoques	-20.940	-6.259	-10.296
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-82.187	11.792	-245
6.01.02.07	Adiantamento de Repasse Tarifário	6.318	-19.812	-7.195
6.01.02.09	Outros	-2.852	4.000	-3.996
6.01.02.10	Fornecedores	81.800	17.601	-18.652
6.01.02.11	Impostos, Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais	288.147	362.119	326.166
6.01.02.12	Provisão para Férias e 13º Salário	-5.892	9.223	614
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	33.842	45.312	28.576
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	-1.452	-9.222	79.571
6.01.02.15	Contingências	-8.178	4.411	2.781

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	-51.652	-50.058	-45.664
6.01.02.17	Outros	238.098	28.901	-43.125
6.01.02.19	Pagamento de Passivo Atuarial	-4.980	-26.998	-26.403
6.01.03	Outros	-525.812	-550.618	-576.490
6.01.03.01	Juros Pagos	-212.325	-171.107	-236.945
6.01.03.02	Juros Pagos a Parceria Público Privada	-6.194	-8.859	-7.983
6.01.03.03	Pagamento de IR/CSLL	-307.293	-370.652	-331.562
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-906.093	-694.329	-615.114
6.02.01	Aplicações de Títulos e Valores Mobiliários / Aplicação Financeira Vinculada	0	0	161.349
6.02.08	Pagamento à PPP	-54.028	-56.665	-64.427
6.02.09	Aumento de Capital em Subsidiárias	-49.740	-43.736	-42.122
6.02.10	Aquisição de Ativos de Contrato	-794.724	-455.637	-435.625
6.02.11	Aquisição de Ativos Intangíveis	-147.956	-139.385	-210.730
6.02.12	Aquisição de Ativos Imobilizados	-28.897	-12.559	-33.191
6.02.13	Valor Recebido pela Venda de Imobilizado	5.006	2.782	5.990
6.02.14	Caução em Garantia de Financiamentos	143.067	15.133	15.784
6.02.15	Bancos e Aplicação de Convênio	21.179	-4.262	-12.142
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-268.872	-780.228	-417.777
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	895.164	564.772	315.154
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-779.594	-251.750	-572.944
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-282.747	-225.064	-134.730
6.03.10	Dividendos Pagos	-57.372	-819.918	0
6.03.12	Custo de Captação	-11.659	-5.280	-1.480
6.03.13	Baixa de Passivo por Arrendamento	-32.664	-42.988	-23.777
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	493.092	265.073	223.786
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	786.377	521.304	297.518
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.279.469	786.377	521.304

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	537.587	48.439	586.026
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	537.587	0	537.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	48.439	48.439
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	123.841	123.841
5.05.02.07	IR e CS s/ Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-42.106	-42.106
5.05.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-33.296	-33.296
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	254.992	-537.587	-85	-282.680
5.06.04	Reserva Legal	0	0	26.880	-26.880	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	12.839	-12.839	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	215.273	-215.273	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-225.300	0	-225.300
5.06.08	Dividendos Declarados	0	0	0	-57.380	0	-57.380
5.06.10	Amortização CM sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	129	-129	0
5.06.11	IR e CS diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-44	44	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.402.583	0	-36.434	6.759.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	816.477	-55.527	760.950
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	816.477	0	816.477
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-55.527	-55.527
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-56.536	-56.536
5.05.02.10	Valor Justo - Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.009	1.009
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-231.348	-816.477	-226	-1.048.051
5.06.04	Reserva Legal	0	0	40.824	-40.824	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	316	-316	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	547.512	-547.512	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-228.027	0	-228.027
5.06.08	Dividendos Extraordinários	0	0	-820.000	0	0	-820.000
5.06.09	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	306	-306	0
5.06.10	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-104	104	0
5.06.11	Outros	0	0	0	0	-24	-24
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	2.834.829	0	-2.005	6.226.633
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	2.834.829	0	-2.005	6.226.633
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	754.374	-26.743	727.631
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	754.374	0	754.374
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-26.743	-26.743
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-33.576	-33.576
5.05.02.10	Valor Justo - Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.833	6.833
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	544.110	-754.374	-287	-210.551
5.06.04	Reserva Legal	0	0	37.719	-37.719	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	617	-617	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	505.774	-505.774	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-210.587	0	-210.587
5.06.09	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	489	-489	0
5.06.10	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	-166	166	0
5.06.11	Outros	0	0	0	0	36	36
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	6.314.631	5.602.166	5.491.009
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.710.259	5.526.839	5.164.649
7.01.02	Outras Receitas	177.380	171.341	105.917
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	112.752	118.331	49.142
7.01.02.02	Recuperação de Contas Baixadas	64.628	53.010	56.775
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	648.408	273.866	408.079
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-221.416	-369.880	-187.636
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.506.432	-1.712.452	-1.769.823
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.978.075	-1.412.793	-1.469.370
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-182.359	-148.434	-125.209
7.02.04	Outros	-345.998	-151.225	-175.244
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.808.199	3.889.714	3.721.186
7.04	Retenções	-741.456	-641.791	-600.613
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-741.456	-641.791	-600.613
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.066.743	3.247.923	3.120.573
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	281.961	139.124	107.968
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.691	-12.586	-12.772
7.06.02	Receitas Financeiras	294.652	151.710	120.740
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.348.704	3.387.047	3.228.541
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.348.704	3.387.047	3.228.541
7.08.01	Pessoal	1.475.076	1.256.142	1.219.543
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.011.588	811.487	777.579
7.08.01.02	Benefícios	365.052	330.402	334.401
7.08.01.03	F.G.T.S.	65.141	62.228	59.664
7.08.01.04	Outros	33.295	52.025	47.899
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	33.295	52.025	47.899
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	794.875	948.617	929.267
7.08.02.01	Federais	744.507	903.160	884.521

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.02.02	Estaduais	47.533	43.605	42.506
7.08.02.03	Municipais	2.835	1.852	2.240
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	541.166	365.811	325.357
7.08.03.01	Juros	522.842	359.885	300.072
7.08.03.02	Aluguéis	18.324	5.926	25.285
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	537.587	816.477	754.374
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	225.300	228.027	210.587
7.08.04.02	Dividendos	57.380	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	254.907	588.450	543.787

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	12.721.650	11.772.457	11.528.815
1.01	Ativo Circulante	2.563.011	2.004.368	1.842.796
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.309.721	805.619	524.146
1.01.03	Contas a Receber	1.000.456	1.045.441	1.187.496
1.01.03.01	Clientes	1.000.456	1.045.441	1.187.496
1.01.04	Estoques	87.349	64.921	59.120
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.882	18.509	30.326
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.882	18.509	30.326
1.01.06.01.01	Imposto a Recuperar	100.882	18.509	30.326
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	64.603	69.878	41.708
1.01.08.03	Outros	64.603	69.878	41.708
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	13.900	13.357	14.211
1.01.08.03.02	Diversos	9.094	7.519	6.782
1.01.08.03.03	Convênio de Cooperação Técnica	38.289	16.170	492
1.01.08.03.04	Bancos e Aplicação de Convênios	3.320	24.500	20.223
1.01.08.03.05	Caução em Garantia de Financiamentos	0	8.332	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.158.639	9.768.089	9.686.019
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.993.579	2.288.263	2.546.938
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	77.228	75.715	85.268
1.02.01.04	Contas a Receber	162.043	258.404	225.018
1.02.01.04.01	Clientes	37.092	0	0
1.02.01.04.03	Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	65.853	191.642	180.770
1.02.01.04.04	Adiantamentos e Outros	59.098	66.762	44.248
1.02.01.07	Tributos Diferidos	409.039	293.349	203.908
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	409.039	293.349	203.908
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.345.269	1.660.795	2.032.744
1.02.01.10.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	752.253	709.052	651.069
1.02.01.10.04	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	26.153	76.603	75.074

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Arrendamento Mercantil	72.703	61.719	57.171
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	1.488.995	787.233	1.213.836
1.02.01.10.07	Convênio de Cooperação Técnica	5.165	26.188	35.594
1.02.02	Investimentos	260	260	260
1.02.02.01	Participações Societárias	260	260	260
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	260	260	260
1.02.03	Imobilizado	1.473.533	1.520.652	1.590.921
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.473.533	1.520.652	1.590.921
1.02.04	Intangível	5.691.267	5.958.914	5.547.900
1.02.04.01	Intangíveis	5.691.267	5.958.914	5.547.900
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.691.267	5.958.914	5.547.900

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	12.721.650	11.772.457	11.528.815
2.01	Passivo Circulante	1.910.539	1.388.231	1.118.034
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	120.472	126.354	117.134
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	120.472	126.354	117.134
2.01.02	Fornecedores	307.967	213.289	181.825
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	307.967	213.289	181.825
2.01.03	Obrigações Fiscais	77.078	80.230	77.352
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	74.107	78.651	75.336
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	74.107	78.651	75.336
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.971	1.579	2.016
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	800.137	595.756	384.939
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	190.315	201.851	170.450
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	120.221	129.799	118.828
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	70.094	72.052	51.622
2.01.04.02	Debêntures	609.822	393.905	214.489
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	609.822	393.905	214.489
2.01.05	Outras Obrigações	473.084	281.266	296.471
2.01.05.02	Outros	473.084	281.266	296.471
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	265	72.270	80.719
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	16.614	21.998	42.170
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	1.214	3.547	3.326
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	52.331	47.975	59.985
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	376.349	102.850	73.102
2.01.05.02.09	Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	26.311	32.626	37.169
2.01.06	Provisões	131.801	91.336	60.313
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	131.801	91.336	60.313
2.01.06.01.05	Parcelamento de Impostos	6.623	0	14.289
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	125.178	91.336	46.024

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02	Passivo Não Circulante	4.051.153	3.927.614	3.667.068
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.185.207	3.185.385	2.925.298
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	878.079	1.072.146	1.110.936
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	713.812	803.147	858.870
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	164.267	268.999	252.066
2.02.01.02	Debêntures	2.307.128	2.113.239	1.814.362
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	2.307.128	2.113.239	1.814.362
2.02.02	Outras Obrigações	487.825	607.695	549.060
2.02.02.02	Outros	487.825	607.695	549.060
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	112.764	223.892	136.007
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	60.814	79.851	82.139
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	208.654	258.251	297.434
2.02.02.02.07	Diversos	54.285	14.189	9.206
2.02.02.02.08	Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	49.331	31.512	21.106
2.02.02.02.09	Convênio de Cooperação Técnica	1.977	0	3.168
2.02.04	Provisões	378.121	134.534	192.710
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	378.121	134.534	192.710
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	378.121	134.534	192.710
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.759.958	6.456.612	6.743.713
2.03.01	Capital Social Realizado	3.402.385	3.402.385	3.402.385
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.04	Reservas de Lucros	3.402.583	3.147.591	3.378.939
2.03.04.01	Reserva Legal	415.440	388.560	347.736
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.926.101	2.710.828	2.983.316
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	61.042	48.203	47.887
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-36.434	-84.788	-29.035

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.894.710	5.343.338	5.157.224
3.01.01	Serviços de Água	3.386.850	3.221.778	3.020.724
3.01.02	Serviços de Esgoto	1.834.053	1.827.058	1.695.235
3.01.03	Receita de Construção	671.542	292.412	439.203
3.01.04	Receita de Resíduo Sólido	2.265	2.090	2.062
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.745.491	-2.939.233	-3.000.897
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.073.949	-2.646.821	-2.561.694
3.02.02	Custo de Construção	-671.542	-292.412	-439.203
3.03	Resultado Bruto	2.149.219	2.404.105	2.156.327
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.302.463	-1.123.755	-1.000.939
3.04.01	Despesas com Vendas	-456.123	-598.314	-398.757
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-229.970	-223.832	-207.037
3.04.01.02	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-226.153	-374.482	-191.720
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-625.802	-499.427	-490.034
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	179.185	177.833	111.103
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-399.723	-203.847	-223.251
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-399.723	-203.847	-223.251
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	846.756	1.280.350	1.155.388
3.06	Resultado Financeiro	-192.307	-175.075	-133.084
3.06.01	Receitas Financeiras	287.553	147.037	116.592
3.06.02	Despesas Financeiras	-479.860	-322.112	-249.676
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	654.449	1.105.275	1.022.304
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-116.862	-288.798	-267.930
3.08.01	Corrente	-257.505	-349.635	-298.169
3.08.02	Diferido	140.643	60.837	30.239
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	537.587	816.477	754.374
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	537.587	816.477	754.374
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	537.587	816.477	754.374

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,42	2,15	1,99
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,42	2,15	1,99

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	537.587	816.477	754.374
4.02	Outros Resultados Abrangentes	48.439	-55.527	-26.743
4.02.01	Ganho/Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	81.735	-56.536	-33.576
4.02.04	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros Resultados Abrangentes	-33.296	1.009	6.833
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	586.026	760.950	727.631
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	586.026	760.950	727.631

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.674.905	1.739.882	1.239.933
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.888.439	2.108.306	1.730.291
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	537.587	816.477	754.374
6.01.01.02	Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	226.153	374.482	189.701
6.01.01.03	Recuperação de Contas Baixadas	0	0	-58.457
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	94.035	129.778	43.650
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros	293.676	107.745	148.298
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-140.643	-60.837	-30.239
6.01.01.08	Ganho/Perda na Baixa de Intangível e Imobilizado	12.585	132.634	-2.330
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	748.651	646.216	603.081
6.01.01.10	Constituição de Provisões	151.361	-62.843	59.787
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	68.183	60.247	56.089
6.01.01.12	Ativos Financeiros	-102.187	-36.614	-31.813
6.01.01.13	Outros	-1.182	-317	-617
6.01.01.16	Provisão para Perdas de Estoque	220	1.338	-1.233
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	312.279	182.195	86.133
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-169.665	-193.979	-191.347
6.01.02.02	Estoques	-22.645	-6.758	-10.512
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-82.373	11.817	365
6.01.02.07	Adiantamento de Repasse Tarifário	6.318	-19.812	-7.195
6.01.02.09	Outros	-3.803	7.793	-5.762
6.01.02.10	Fornecedores	94.679	19.195	-24.018
6.01.02.11	Impostos,Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais	289.575	362.036	325.904
6.01.02.12	Provisão para Férias e 13º Salário	-5.882	9.220	768
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	33.842	45.312	28.576
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	-1.452	-9.219	81.176
6.01.02.15	Contingências	-8.196	4.667	2.848
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	-51.652	-50.058	-45.664

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.17	Energia Elétrica e Outros (Pagamento de Parcelamento de Impostos)	238.513	28.979	-42.603
6.01.02.19	Pagamento de Passivo Atuarial	-4.980	-26.998	-26.403
6.01.03	Outros	-525.813	-550.619	-576.491
6.01.03.01	Juros Pagos	-212.326	-171.108	-236.946
6.01.03.02	Juros Pagos a Parceria Público Privada	-6.194	-8.859	-7.983
6.01.03.03	Pagamento de IR/CSLL	-307.293	-370.652	-331.562
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-901.896	-678.147	-611.345
6.02.01	Aplicações de Títulos e Valores Mobiliários / Aplicação Financeira Vinculada	0	0	161.349
6.02.08	Pagamento à PPP	-54.028	-56.665	-64.427
6.02.10	Aquisição de Ativos de Contrato	-829.787	-477.488	-468.413
6.02.11	Aquisição de Ativos Intangíveis	-156.151	-144.052	-216.060
6.02.12	Aquisição de Ativos Imobilizados	-31.183	-13.580	-33.414
6.02.13	Valor Recebido pela Venda de Imobilizado	5.006	2.782	5.990
6.02.14	Caução em Garantia de Financiamentos	143.067	15.133	15.784
6.02.15	Bancos e Aplicação de Convênio	21.180	-4.277	-12.154
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-268.907	-780.263	-417.812
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	895.164	564.772	315.154
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-779.594	-251.750	-572.944
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-282.747	-225.064	-134.730
6.03.10	Dividendos Pagos	-57.372	-819.918	0
6.03.12	Custo de Captação	-11.659	-5.280	-1.480
6.03.13	Baixa de Passivo por Arrendamento	-32.699	-43.023	-23.812
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	504.102	281.472	210.776
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	805.619	524.147	313.371
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.309.721	805.619	524.147

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612	0	6.456.612
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612	0	6.456.612
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	537.587	48.439	586.026	0	586.026
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	537.587	0	537.587	0	537.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	48.439	48.439	0	48.439
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	123.841	123.841	0	123.841
5.05.02.07	IR e CS s/ Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-42.106	-42.106	0	-42.106
5.05.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-33.296	-33.296	0	-33.296
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	254.992	-537.587	-85	-282.680	0	-282.680
5.06.04	Reserva Legal	0	0	26.880	-26.880	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	12.839	-12.839	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	215.273	-215.273	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-225.300	0	-225.300	0	-225.300
5.06.08	Dividendos Declarados	0	0	0	-57.380	0	-57.380	0	-57.380
5.06.10	Amortização CM sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	129	-129	0	0	0
5.06.11	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-44	44	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.402.583	0	-36.434	6.759.958	0	6.759.958

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713	0	6.743.713
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713	0	6.743.713
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	816.477	-55.527	760.950	0	760.950
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	816.477	0	816.477	0	816.477
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-55.527	-55.527	0	-55.527
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-56.536	-56.536	0	-56.536
5.05.02.10	Valor Justo - Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.009	1.009	0	1.009
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-231.348	-816.477	-226	-1.048.051	0	-1.048.051
5.06.04	Reserva Legal	0	0	40.824	-40.824	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	316	-316	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	547.512	-547.512	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-228.027	0	-228.027	0	-228.027
5.06.08	Dividendos Extraordinários	0	0	-820.000	0	0	-820.000	0	-820.000
5.06.09	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	306	-306	0	0	0
5.06.10	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-104	104	0	0	0
5.06.11	Outros	0	0	0	0	-24	-24	0	-24
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612	0	6.456.612

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	2.834.829	0	-2.005	6.226.633	0	6.226.633
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	2.834.829	0	-2.005	6.226.633	0	6.226.633
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	754.374	-26.743	727.631	0	727.631
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	754.374	0	754.374	0	754.374
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-26.743	-26.743	0	-26.743
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-33.576	-33.576	0	-33.576
5.05.02.10	Valor Justo - Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.833	6.833	0	6.833
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	544.110	-754.374	-287	-210.551	0	-210.551
5.06.04	Reserva Legal	0	0	37.719	-37.719	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	617	-617	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	505.774	-505.774	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-210.587	0	-210.587	0	-210.587
5.06.09	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	489	-489	0	0	0
5.06.10	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	-166	166	0	0	0
5.06.11	Outros	0	0	0	0	36	36	0	36
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713	0	6.743.713

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	6.380.433	5.662.104	5.559.309
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.755.859	5.566.341	5.200.724
7.01.02	Outras Receitas	179.185	177.833	109.083
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	113.331	124.320	50.626
7.01.02.02	Recuperação de Contas Baixadas	65.854	53.513	58.457
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	671.542	292.412	439.203
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-226.153	-374.482	-189.701
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.556.118	-1.753.430	-1.827.726
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.022.592	-1.449.553	-1.522.155
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-186.285	-151.490	-128.911
7.02.04	Outros	-347.241	-152.387	-176.660
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.824.315	3.908.674	3.731.583
7.04	Retenções	-748.652	-646.216	-603.081
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-748.652	-646.216	-603.081
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.075.663	3.262.458	3.128.502
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	297.149	147.638	121.837
7.06.02	Receitas Financeiras	297.149	152.838	121.837
7.06.03	Outros	0	-5.200	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.372.812	3.410.096	3.250.339
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.372.812	3.410.096	3.250.339
7.08.01	Pessoal	1.490.654	1.272.227	1.235.464
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.023.127	822.976	788.619
7.08.01.02	Benefícios	368.258	334.192	338.505
7.08.01.03	F.G.T.S.	65.974	63.034	60.441
7.08.01.04	Outros	33.295	52.025	47.899
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	33.295	52.025	47.899
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	803.284	955.411	934.907
7.08.02.01	Federais	752.048	909.197	889.426

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.02.02	Estaduais	48.393	44.359	43.241
7.08.02.03	Municipais	2.843	1.855	2.240
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	541.287	365.981	325.594
7.08.03.01	Juros	522.843	359.941	300.079
7.08.03.02	Aluguéis	18.444	6.040	25.515
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	537.587	816.477	754.374
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	225.300	228.027	210.587
7.08.04.02	Dividendos	57.380	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	254.907	588.450	543.787

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O setor de saneamento básico brasileiro passa por profundas transformações em virtude do Novo Marco Regulatório, introduzido pela Lei 14.026/2020. As mudanças do Novo Marco trazem como pontos principais metas de eficiência da prestação dos serviços, obrigação de licitação para a formalização de novos contratos e exigência de universalização do acesso ao saneamento básico.

Relativamente às exigências de universalização dos serviços trazidas pelo Novo Marco (99% para água e 90% para esgoto coletado e tratado até 2033), a COPASA MG apresenta, já em 2021, índices de cobertura que se destacam em relação à média nacional, a saber: 99,4% referentes ao acesso à água tratada e 71,9% quanto à coleta e tratamento de esgoto dos imóveis em sua área de atuação. Os últimos dados nacionais disponíveis apontam para índices significativamente inferiores aos da Companhia, quais sejam, 84,1% para a cobertura de água e 43,9% para esgoto coletado e tratado.

Nota-se que a COPASA MG já alcançou a universalização de água tratada e a Companhia sabe da importância de se atingir também a exigência quanto à cobertura de esgoto coletado e tratado. Disso decorre o desenvolvimento de robusto Programa de Investimentos, cujos principais objetivos são a ampliação do seu sistema de abastecimento, o atendimento a metas regulatórias e de eficiência e o compromisso com as concessões assumidas.

Neste sentido, em 2021, no âmbito da Controladora, foram investidos R\$906,9 milhões em sistemas de abastecimento de água e esgoto, bem como em desenvolvimento empresarial e operacional. A Companhia prevê investimentos da ordem de R\$7,4 bilhões para os próximos 5 (cinco) anos, dos quais R\$1,40 bilhão para 2022, R\$1,41 bilhão em 2023, R\$1,60 bilhão em 2024, R\$1,60 bilhão em 2025 e R\$1,41 bilhão em 2026. Dada a necessidade de prudência na execução desses investimentos, a COPASA MG iniciou a implantação do Escritório de Projetos – PMO, valorizando a condução de seus projetos de maneira estratégica.

Referente às adaptações trazidas pelo novo Marco, a Companhia enviou, ainda, à ARSAE-MG, em 31.12.2021, o requerimento de comprovação da capacidade econômico-financeira, conforme determinado pelo Decreto 10.710/2021. Adicionalmente, a COPASA MG vem se mobilizando em prol da atualização dos seus contratos de concessões vigentes, incluindo as metas de universalização previstas no Novo Marco.

O Conselho de Administração da COPASA MG, em 15.12.2021, aprovou o Planejamento Estratégico da Companhia, renovando o compromisso desta com o cliente, que figura como elemento central em sua cadeia de valor. Nesse sentido, foi estabelecido como objetivo estratégico o fortalecimento e a expansão da atuação da COPASA MG no mercado, bem como a transformação da experiência do cliente.

Ainda dentro do Planejamento Estratégico, a Companhia firmou seu compromisso com a Agenda ESG (sigla em inglês para Environmental, Social and Governance), ao definir dez objetivos estratégicos específicos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS do Pacto Global. Relativamente ao objetivo que diz respeito à sustentabilidade, a Companhia se compromete a atuar em conformidade com os padrões ambientais, sociais e de governança e assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro.

A COPASA MG obteve resultados operacionais representativos em 2021. A Companhia, em conjunto com a sua subsidiária COPANOR, encerrou o exercício com 640 concessões para prestação de serviços

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com abastecimento de água, atendendo 11,8 milhões de pessoas. O número de economias (unidades consumidoras) de água totalizou 5,53 milhões e a extensão da rede de água atingiu 63,3 mil km, representando, em relação ao ano anterior, aumento de 1,3% e 11,4% respectivamente.

Em relação aos serviços de esgotamento sanitário, a Companhia, somada à sua subsidiária COPANOR, atingiu, em dezembro de 2021, 310 concessões, beneficiando 8,4 milhões de pessoas e o número de economias atendidas com esse serviço teve um incremento de 3,3%, totalizando 3,89 milhões, sendo que a extensão da rede atingiu 32,4 mil km, um aumento de 10,9%.

Quanto ao desempenho financeiro, a COPASA MG registrou lucro líquido de R\$537,6 milhões. O EBITDA ajustado, que desconsidera os itens extraordinários e não recorrentes (Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, Devolução de Tarifas determinada pela Arsae-MG, e incremento da Provisão para o Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024), foi de R\$1,9 bilhão.

Para o ano de 2021, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$282,7 milhões, a título de Dividendos Regulares.

No que diz respeito à gestão de pessoas, cabe destacar que o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI), cujas dispensas estão programadas para finalizar em março de 2022, contou com a adesão de 1.098 empregados da Companhia e tem *payback* estimado de 11 meses, com economia mensal prevista de R\$14 milhões. Com os demais desligamentos ocorridos ao longo do ano, o número de colaboradores atingiu, em dezembro de 2021, 10.692, uma redução de 6,2% em relação ao ano anterior.

Ainda quanto à gestão de seus colaboradores, a COPASA MG tem foco no desenvolvimento e reconhecimento dos profissionais que integram o seu quadro efetivo e, nesse sentido, desenvolveu, em todo o ano de 2021, várias ações visando ao aprimoramento contínuo de seus empregados, dentre as quais se pode destacar: (i) melhorias no plano de carreira, cargos e salários; (ii) continuidade do Programa de Desenvolvimento de Potenciais Líderes e do Programa de Mentoria para Técnicos Estratégicos; (iii) implementação do Programa de Mentoria Feminina, cujo objetivo é desenvolver lideranças femininas na Companhia e, assim, promover um ambiente organizacional mais diverso e inclusivo; (iv) continuidade do Programa Acidente Zero; e (v) realização de Treinamentos de Segurança, com 30.847 participações, o que representa 32,62% de todos os treinamentos realizados no âmbito da Companhia.

A COPASA MG está comprometida com as boas práticas de governança, pautadas pelos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. E, por estar listada no segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia se vê sujeita a regras mais estreitas de governança corporativa, o que levou à revisão de algumas de suas políticas internas em 2021 e 2022, quais sejam: o Código de Conduta e Integridade, que transmite os princípios éticos e valores fundamentais da Companhia; a Política de Transação com Partes Relacionadas; e a Política de Divulgação e Negociação.

Ademais, a Companhia conta com alguns instrumentos de denúncia, como o Canal de Linha Ética. Há ainda o *site* de Compliance, criado em 2021, que permite que os usuários conheçam os pilares do Plano de Integridade da COPASA MG e se informem sobre as demais ações por ela desenvolvidas no âmbito da governança corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ainda relativo às ações no âmbito da governança corporativa, a Companhia promoveu o Workshop Integridade 2021, cujo tema foi “Novos Tempos, Novos Desafios, Mesmos Valores”, que contou com a participação de mais de 6 (seis) mil colaboradores, sendo acessado via plataforma EAD (Manancial do Saber) desenvolvida pela COPASA MG.

A COPASA MG é consciente de sua responsabilidade para com a comunidade na qual está inserida e, nesse sentido, desenvolve diversas ações socioambientais, de fomento à cultura e de melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Atualmente, a COPASA MG participa de 3 (três) iniciativas no âmbito do Pacto Global da ONU, que são O Inova 2030 - Jovens Inovadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o programa Ambição Net Zero e o Programa Equidade é Prioridade, com a parceria da ONU Mulheres.

Em 2021, a Companhia deu continuidade ao Programa Engajar para Transformar, que estabelece diretrizes do relacionamento da Companhia com a sociedade. Em seu âmbito, foram realizadas 724 reuniões com o Poder Concedente e lideranças locais, quase 4 mil capacitações, aproximadamente 116 mil abordagens com a sociedade, cerca de 46 mil atualizações cadastrais e mais de R\$8 milhões de incremento na receita em adesões de água ou esgoto.

Também merece destaque a Tarifa Social, benefício para as famílias de baixa renda, que reduz as tarifas dos serviços de água e esgoto e que, considerando a COPASA MG e a COPANOR conjuntamente, beneficiou 652,3 mil famílias (média/mês) e, dessas residências, 403,2 mil (média/mês) com esgotamento sanitário no exercício de 2021. Quanto ao Programa de Subvenção a Entidades Filantrópicas, na qual a COPASA MG pode destinar até 0,6% do seu faturamento mensal, foram disponibilizados, em 2021, R\$16 milhões entre as 652 entidades beneficiadas.

Fomentando a riqueza das artes, cultura, dança, entretenimento, esportes e do patrimônio cultural, a Companhia patrocina, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, diversos projetos, tais como 15º CineBH 2021, Brasil CineMundi – 12º International Coproduction Meeting, Festival das Artes de Tiradentes - 10 anos, Projeto Esporte Cidadão, dentre diversos outros.

No que atine à responsabilidade ambiental, merece destaque o Programa Pró-Mananciais, que foi iniciado em janeiro de 2017, com o objetivo de proteger e recuperar as microbacias hidrográficas na região de atuação da COPASA MG. Referido Projeto foi contemplado em 2021 com o troféu do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), considerado o Oscar do setor no Brasil, sendo o único prêmio no mundo a reconhecer a excelência em gestão do saneamento básico. No exercício de 2021, a Companhia investiu no referido Programa R\$22,1 milhões, tendo sido plantadas 87,5 mil árvores, instalados 465,8 mil metros de cercas para isolamento de Área de Preservação Permanente - APP e construídas 8,6 mil barraginhas de infiltração de água pluvial.

De maneira complementar ao Programa Pró-Mananciais, a Companhia promove programa de educação ambiental junto à comunidade escolar, denominado Chuá Socio-Ambiental, conscientizando sobre a importância da preservação e recuperação de mananciais para fins de abastecimento.

A COPASA MG obedece à legislação vigente, buscando a outorga e o licenciamento ambiental de seus empreendimentos, de forma a minimizar os impactos ambientais de suas operações. Em 2021, foram obtidas 112 outorgas de captação de água, 254 licenças e 18 documentos autorizativos para intervenção ambiental para obras de água e esgoto.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Apesar de ainda continuarmos vivenciando a pandemia iniciada em 2020, a resiliência do setor de saneamento, associada às ações desenvolvidas pela COPASA MG permitiram a redução dos impactos sobre seus negócios.

O ano de 2022 será um ano de oportunidades para a Companhia reafirmar o seu posicionamento estratégico e sua força competitiva frente às mudanças introduzidas no setor.

Encerrando, agradecemos aos nossos mais de 10 mil colaboradores, 104 mil acionistas, 11,8 milhões de clientes, fornecedores e toda a comunidade beneficiada por nossos serviços pela confiança e parceria ao longo das nossas quase 6 (seis) décadas de atuação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****1. Novo Marco do Saneamento**

Em 15 de julho de 2020, foi publicada a Lei nº 14.026/2020 que altera o marco do saneamento básico no país (Lei nº 11.445/2007). Essa Lei traz, como pontos principais, dentre outros, a atribuição à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA como órgão regulador dos serviços em nível nacional, podendo editar regras gerais para os serviços; a exigência de universalização do acesso aos serviços, com metas de 99% de cobertura para água e 90% para esgoto coletado e tratado, até o ano de 2033; novas condições para a prestação dos serviços; metas para redução de perdas; obrigatoriedade de indenização prévia de investimentos não amortizados na transferência de um prestador dos serviços para outro; obrigação de licitação para todos os novos contratos; e instrumentos facilitadores para a desestatização.

Em 17 de março de 2021, o Congresso Nacional votou pela manutenção dos vetos presidenciais em relação à necessidade de ampla concorrência quando do vencimento dos contratos vigentes. Ainda em 2021, a legalidade de determinados pontos do Marco do Saneamento foi questionada no Supremo Tribunal Federal - STF por alguns partidos políticos, tendo sido votado o tema pelo Supremo em 02 de dezembro. Prevaleceu o voto do relator, a favor da constitucionalidade da Lei.

Em cumprimento ao Decreto nº 10.710/2021 e à Lei Federal nº 11.445/2007, a Companhia protocolou, em 31.12.2021, na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG), Requerimento de Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira. Na ocasião, foi apresentada comprovação de atendimento dos índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros, devidamente auditada. Adicionalmente, foram apresentados os estudos de viabilidade e o plano de captação de recursos, validados por certificador independente, comprovando a capacidade econômico-financeira para atendimento das metas de universalização previstas no Art. 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007.

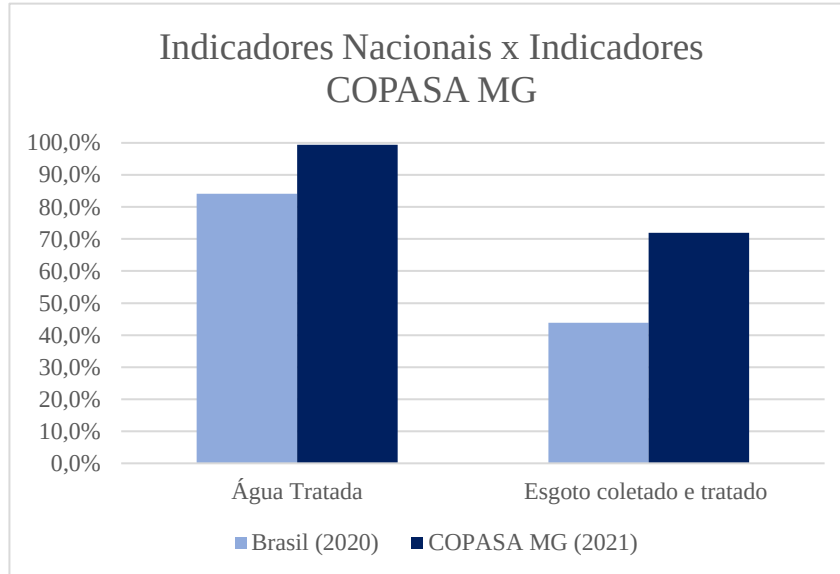
A Companhia continua trabalhando na atualização dos seus contratos de concessão para inserção das metas de universalização no prazo definido pela legislação, ou seja, até 31.03.2022. No caso de não celebração de termo aditivo no prazo legal, importa salientar que os contratos são instrumentos válidos e eficazes, produzem efeitos jurídicos e atribuem às partes direitos e deveres a serem cumpridos, de forma a garantir a segurança jurídica.

A Companhia segue trabalhando em várias frentes para garantir o cumprimento do estabelecido no Novo marco do Saneamento. Ao mesmo tempo em que a nova legislação traz desafios, ela representa também, oportunidades e uma delas refere-se ao posicionamento da COPASA MG no setor de saneamento básico brasileiro, com indicadores financeiros, operacionais e de atendimento muito superiores à média nacional.

Em dezembro de 2021, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS divulgou o “Diagnóstico Temático – Serviços de Água e Esgoto”, cujo ano de referência é 2020. De acordo com o relatório, em 2020 o índice de abastecimento com redes públicas de água era de 84,1% no Brasil. Em relação ao esgotamento sanitário, apenas 55% da população possuía rede de esgoto, sendo que dos esgotos gerados, somente 50,8% era tratado. Considerando-se apenas o esgoto coletado, o índice de tratamento eleva-se para 79,8%. Dessa forma, 43,9% da população tinha acesso a esgoto coletado e tratado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2021, o índice de cobertura de água tratada, medido pelo percentual de imóveis com disponibilidade de rede de distribuição de água tratada foi de 99,4% na área de abrangência da COPASA MG. No referido período, a Companhia disponibilizou rede coletora de esgoto para 90,5% dos imóveis em sua área de atuação, dos quais 79,45% foram tratados, resultando em 71,9% dos imóveis com disponibilidade de infraestrutura para tratamento do esgoto coletado.



Embora haja uma defasagem de um ano na comparação entre os indicadores, a cobertura da COPASA MG é muito superior à média nacional. O indicador de acesso à rede de água da Companhia é 15,3 pontos percentuais acima da média nacional. Adicionalmente, nota-se que em 2021 a COPASA MG já atingiu a universalização do acesso à água em sua região de abrangência, muito antes de 2033, da data prevista pelo Novo Marco Regulatório. O outro indicador para a universalização do acesso é o de esgoto coletado e tratado. Nesse caso, a cobertura da COPASA MG é 28 pontos percentuais superior à média nacional.

Os investimentos para universalização nos próximos anos visam a atender ao crescimento orgânico das localidades na área de abrangência das concessões da COPASA MG, além de investimentos em infraestrutura para garantir a continuidade do abastecimento com qualidade para a atual demanda. No esgoto, além de atender ao crescimento dos municípios, a COPASA MG necessitará ampliar a implantação de unidades de tratamento, interceptores e elevatórias, para que todo esgoto coletado seja tratado. O Plano de Investimento da Companhia está alinhado ao atingimento dessas metas.

2. Programa de Investimentos e Captação de Recursos

2.1. Programa de Investimentos – 2021

Conforme demonstrado no quadro a seguir, em 2021, considerando a COPASA MG e a COPANOR conjuntamente, foram investidos R\$943,4 milhões. O investimento em 2021 foi substancialmente superior ao registrado no ano anterior, e o montante foi aplicado em sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, bem como em desenvolvimento empresarial e operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos (R\$ milhões)	2021	2020	2019
Água	537,1	147,1	260,5
Esgoto	317,5	213,3	279,1
Desenvolvimento Empresarial e Operacional	52,3	99,0	46,7
Total - Controladora	906,9	459,4	586,3
COPANOR	36,5	22,3	34,1
Total - COPASA MG e COPANOR	943,4	481,7	620,4

Sistemas de Abastecimento de Água

- ampliação da capacidade de produção dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Barroso, Frei Lagonegro, Lagoa Santa, Mato Verde, Montes Claros, Nova Serrana, Patos de Minas, Ubá e Várzea da Palma;
- ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Curvelo, Extrema, Ipatinga, Lavras, Montes Claros, Nazareno, Nova Resende, Sabará e São Gotardo;
- implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Cambuquira, Campestre, Conselheiro Lafaiete, Guaraciama, Ijaci, Montalvânia, Montes Claros, Palma, Patos de Minas e São João Nepomuceno;
- melhorias e otimização dos Sistemas de Abastecimento de Água nos municípios de Belo Oriente, Conceição do Mato Dentro, Lavras, Medina, Paracatu, Perdígão, Resplendor, Santa Luzia, Teófilo Otoni e Timóteo;
- execução de Unidade de Tratamento de Resíduos (UTR) das Estações de Tratamento de Água (ETA) dos municípios de Araxá, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Ibirité, Itajubá, Lavras e Varginha;
- aquisição de micromedidores de vazão, visando à eficiência da hidrometração e à redução de perdas;
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização dos Sistemas de Abastecimento de Água em diversos municípios operados; e
- execução de redes distribuidoras e ligações prediais de água em vários municípios do estado de Minas Gerais.

Sistemas de Esgotamento Sanitário

- ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos municípios de Carmo da Cachoeira, Diamantina, Estrela do Sul, Fronteira, Ibirité, Ipatinga, Medina, Nova Lima, Ribeirão das Neves e Sabará;
- implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos municípios de Caratinga, Divino, Espinosa, Inhapim, Leandro Ferreira, Santana do Paraíso, São João Nepomuceno, Ubá, Verdelândia e Visconde do Rio Branco;
- execução de obras voltadas ao tratamento de esgoto dos municípios de Bom Despacho, Cataguases, Jacinto, Mateus Leme, Minas Novas, Paracatu, Patos de Minas, São Gotardo e Serra da Saudade;
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização dos Sistemas de Esgotamento Sanitário em diversos municípios operados; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- execução de redes coletoras e ligações prediais de esgoto em vários municípios do estado de Minas Gerais.

Desenvolvimento Empresarial e Operacional

- modernização da infraestrutura de informática, com a implantação (em andamento) do sistema SAP S/4 Hana, buscando melhorias e agilização no atendimento a clientes e nos processos internos; e
- contratação de ferramentas a fim de assegurar a segurança de dados e informações, bem como em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

2.2. Programa de Investimentos – 2022 a 2026

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2021, o Programa Plurianual de Investimentos projetado, referente à Controladora, para o período de 2022 a 2026, conforme detalhado na tabela abaixo:

Programa de Investimentos	2022	2023	2024	2025	2026
Valor (R\$ milhões)	1.395	1.410	1.600	1.600	1.410

O patamar de aportes previstos no Programa de Investimentos visa à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, extensão de redes, segurança hídrica, combate a perdas, desenvolvimento empresarial, atendimento de metas regulatórias e de eficiência, compromissos de concessão assumidos, reposição de ativos depreciados, bem como à consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo a sustentabilidade e perenidade da Empresa. Com isso, a Companhia procura atender as demandas dos clientes e dos poderes concedentes, em busca da universalização dos serviços.

2.3. Captação de Recursos

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 18 de agosto de 2021, aprovou a contratação de operação de crédito de longo prazo, por meio da 16ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante de R\$750,0 milhões. Os recursos dessa operação, cuja liquidação ocorreu em 29 de setembro de 2021, serão destinados à execução de parte do Programa de Investimentos da Companhia.

No encerramento do exercício de 2021, a Companhia possuía um saldo de R\$1,68 bilhão em recursos contratados e ainda não liberados, sendo R\$42,8 milhões junto ao BNDES, R\$312,2 milhões junto ao FGTS, €74,7 milhões (equivalente a R\$472,1 milhões) contratados com o KfW e €135,0 milhões (equivalente a R\$853,3 milhões) junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). O registro contábil da dívida será realizado quando da efetiva entrada desses recursos na Companhia.

2.4. Escritório de Projetos – PMO

Com a edição do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (Lei Feral n. 14.026/2020), aumentaram os desafios do saneamento básico. As metas de universalização do acesso aos serviços de água e esgoto devem ser cumpridas até 2033 em um contexto em que o saneamento básico passa a integrar um mercado competitivo. Assim, os projetos de expansão desenvolvidos pela Companhia tornam-se ainda mais relevantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Portanto, em consonância com as melhores práticas de gestão adotadas pelo mercado e, buscando o gerenciamento de seus projetos de maneira estratégica, a COPASA MG está implementando a metodologia de gestão de projetos, programas e portfólio, com a respectiva estruturação do Escritório de Projetos – PMO (sigla em inglês para *Project Management Office*). O objetivo dessa mudança é melhorar a eficiência no planejamento e na condução dos projetos da Companhia, fornecendo informações objetivas, estruturadas e transparentes, permitindo o acompanhamento da evolução física e financeira dos projetos, bem como subsidiando a tomada de decisões estratégicas.

3. Covid-19

A partir de março de 2020, a Companhia iniciou uma série de ações emergenciais, com base nas recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde, visando a preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, garantir a prestação dos serviços de forma segura e conscientizar a população quanto à prevenção contra a Covid-19.

As Agências de Atendimento da COPASA MG passaram a adotar o atendimento presencial com agendamento prévio, garantindo maior comodidade e segurança para funcionários e clientes. A Companhia ampliou os serviços disponibilizados no site da Empresa - Agência Virtual, e aumentou, em 25%, a capacidade de atendimento do Call Center.

Adicionalmente, em 2021, foram disponibilizados 2 (dois) novos canais de relacionamento com o cliente, o Chatbot e o Whatsapp, e, no Call Center, foi estruturada a automatização de serviços. Tais ações foram determinantes para permitir a continuidade da prestação dos serviços e, além disso, possibilitaram a ampliação da capacidade de atendimento da Empresa, a melhoria da qualidade do relacionamento e a otimização do tempo da jornada do cliente.

A Companhia também reforçou os cuidados com os seus empregados, incluindo a ampliação do teletrabalho (*home office*), mantendo, contudo, um contingente presencial mínimo para a adequada prestação dos serviços à população. Quanto aos empregados em trabalho presencial, foram realizadas medidas para a segurança, tais como instalação de divisórias de acrílico nas estações de trabalho, compra de EPIs especiais, difusão de medidas de higienização, adoção de protocolos de distanciamento social, exigência de uso de máscara e de apresentação do comprovante de vacinação para adentrar as instalações da Companhia. Além disso, ao longo do ano os empregados em regime presencial foram periodicamente convocados para realizar testagem com método de antígeno *swab*.

Em relação aos clientes, para aqueles da categoria social, que respondem por cerca de 6% do faturamento da Companhia, as ações de cobrança permanecem suspensas. Além disso, foi ofertada a possibilidade de parcelamento das faturas atrasadas, sem entrada e sem cobrança de juros e multas, podendo ser divididas em até 36 meses, medida em vigor até o dia 10 de julho de 2021, retomada entre os dias 26 de novembro a 31 de dezembro de 2021 na Campanha "Dias Azuis".

Adicionalmente, a Companhia deu continuidade ao programa “COPASA em Ação: Todos Contra o Coronavírus”, iniciado ainda em 2020, com o objetivo de fornecer informações reais, confiáveis e úteis para o enfrentamento à Covid-19. A estratégia de comunicação da Companhia focou, principalmente, no esclarecimento de dúvidas e no fornecimento de dicas quanto ao uso da água, principal insumo para adequada higienização das mãos. A Companhia também ressaltou a importância do uso de máscaras e do distanciamento social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Estratégia Corporativa

4.1. Novo Planejamento Estratégico

A fim de melhor se posicionar frente ao novo cenário do saneamento no Brasil, a COPASA MG revisitou a sua estratégia corporativa e instituiu a sua Declaração Estratégica, com conceitos mais modernos e elementos que fazem alusão à transformação inovadora, conforme destacado a seguir:

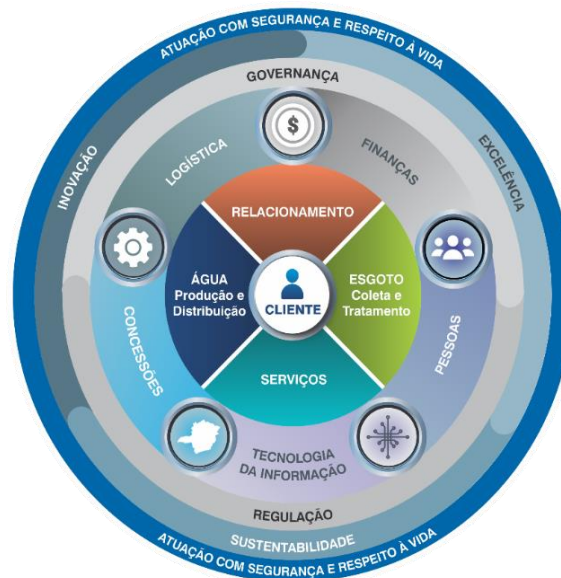
Nosso Propósito: Cuidar da água e gerar valor para as pessoas.

Nosso Compromisso: Atuamos com segurança e respeito à vida. Somos motivados a atender bem o cliente. Buscamos a universalização dos serviços de água e esgoto, com qualidade e de forma sustentável.

Nosso Jeito: Zelamos pelo comportamento seguro individual e coletivo. Valorizamos as pessoas e desenvolvemos seus talentos. Transformamos paixão em serviço de qualidade. Atendemos o cliente com respeito e entusiasmo. Fazemos acontecer com criatividade e inovação. Somos comprometidos com entregas e resultados. Respeitamos e incluímos as diversidades. Estamos em *Compliance*: integridade, responsabilidade, ética e transparência.

Nossa Ambição: Sermos reconhecidos pela qualidade e eficiência dos nossos serviços.

Nossos Processos (cadeia de valor):



Em continuidade ao processo de formulação das estratégias, foi aprovado em dezembro de 2021 o novo Mapa Estratégico da Companhia para o ciclo 2022-2026. De forma pioneira no setor, a COPASA MG integrou os compromissos de sua Agenda ESG ao planejamento estratégico. Assim, por meio dos dez objetivos estratégicos definidos, serão concentrados esforços para potencialização de resultados, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS do Pacto Global, tendo como foco as perspectivas Sustentabilidade, Clientes e Mercado, Inovação e Pessoas:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perspectiva: SUSTENTABILIDADE

○ *Objetivos Estratégicos*

1. Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro
2. Atuar de acordo com padrões ambientais, sociais e de governança

Perspectiva: CLIENTES E MERCADO

○ *Objetivos Estratégicos*

3. Fortalecer e expandir a atuação no mercado
4. Transformar a experiência do cliente

Perspectiva: INOVAÇÃO

○ *Objetivos Estratégicos*

5. Acelerar a inovação e soluções tecnológicas
6. Alavancar a gestão de empreendimentos e de ativos
7. Garantir a excelência dos serviços

Perspectiva: PESSOAS

○ *Objetivos Estratégicos*

8. Desenvolver e reter talentos
9. Valorizar a segurança e o bem-estar das pessoas

Promover a inclusão e a diversidade

4.2. Foco no cliente (Solução 360°)

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 08.03.2022 aprovou a contratação da Solução Integrada 360° de Atendimento ao Cliente, por um período de 5 (cinco) anos, no montante de até R\$575,9 milhões.

Essa contratação visa a promover a transformação digital do atendimento ao cliente, com novas soluções integradas e sinergias de tecnologias, por meio de plataformas multicanais de atendimento, de modo a melhorar a experiência do cliente COPASA MG e a gestão da reputação da marca, agregar valor ao negócio e a seus acionistas, otimizar os custos operacionais e mitigar riscos regulatórios e judiciais.

A contratação está composta do seguinte escopo:

- Atendimento Presencial (100 agências + 300 Pontos Inteligentes de autoatendimento);
- Call Center;
- Solução Omnichannel (multicanalidade do atendimento digital);
- Gestão Integrada de Cobrança;
- Pagamento digital / POS /PIN PAD (máquinas de cartões);
- Ferramentas de boas práticas de inovação e implementação de estratégia digital.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Ambiente Regulatório

5.1. Tarifas

Os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia são regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG). Dentre outras atribuições, cabe à Agência a definição das tarifas, que é a forma de remuneração dos serviços prestados pela Companhia.

O cálculo das tarifas toma como base os custos globais incorridos pela Companhia em toda sua área de atuação, em nível considerado eficiente pela Agência Reguladora, devendo assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445/2007.

As tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada 4 (quatro) anos. Os reajustes tarifários têm foco na compensação dos efeitos da inflação sobre os custos do prestador. A revisão tarifária periódica, por sua vez, é mais abrangente e busca reconstruir a tarifa, de forma que a receita do prestador seja capaz de cobrir os custos eficientes necessários à prestação de um serviço de qualidade ao usuário. Contemplando a reavaliação das condições de mercado e da prestação dos serviços, o processo de revisão tarifária resulta em um novo patamar de tarifas.

Em 29 de junho de 2021 foi divulgado o resultado da 2ª Revisão Periódica da COPASA MG. O efeito tarifário médio, aplicado sobre as tarifas vigentes foi de -1,52% (um inteiro e cinquenta e dois centésimos por cento negativo), cuja aplicação se deu a partir de 01.08.2021, quando se iniciou um novo ciclo de 4 (quatro) anos.

5.2. Processos Referentes à Devolução de Tarifas

▪ Processo Administrativo nº 005/2019

Em setembro de 2019, a Arsae-MG instaurou o Processo Administrativo nº 005/2019 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente no Município de Belo Horizonte, referentes a Esgoto Dinâmico com Coleta e Tratamento (EDT) no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2018. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém, sem êxito. Em julho de 2021 foi emitida a Decisão Arsae-MG nº 066/2021, determinando a devolução dos valores aos clientes, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26.07.2021.

Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 08.09.2021, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 26.08.2021, decidiu pela devolução do valor principal acrescido de atualização monetária. Após a identificação dos usuários com direito à devolução, a Companhia apurou que o montante total é de R\$125,8 milhões, cujo início das devoluções ocorreu em setembro de 2021. Os valores reconhecidos foram integralmente contabilizados no Terceiro Trimestre de 2021 (3T21).

▪ Processo Administrativo nº 028/2021

Em 2021, a Arsae-MG instaurou o Processo Administrativo nº 028/2021, para apurar possíveis inconsistências quanto à sistemática adotada pela COPASA MG para cálculo de valor faturado, em mês posterior ao faturamento pela média, no período de janeiro a julho de 2020, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 11.02.2021. A COPASA MG apresentou recurso administrativo no processo, porém sem êxito. A Arsae-MG deliberou pela devolução de valores aos clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Administração da Companhia autorizou as devoluções, considerando o valor principal acrescidos de juros e correção monetária, totalizando R\$12,0 milhões, cuja devolução iniciou em novembro de 2021. Os valores foram integralmente contabilizados no Terceiro Trimestre de 2021 (3T21).

▪ Processo Administrativo nº 31/2021

Em abril de 2021, a Arsae-MG instaurou o Processo Administrativo nº 31/2021 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente no Município de Belo Horizonte, alegando a não prestação efetiva dos serviços de tratamento de esgoto. Os fatos geradores, que levaram à interrupção temporária do transporte dos esgotos coletados para a Estação de Tratamento, foram de Força Maior, consequências das fortes chuvas registradas no mês de janeiro de 2020. As chuvas em Belo Horizonte nesse período culminaram, inclusive, na edição dos Decretos Estaduais de Emergência nº 33, 35 e 38, todos de janeiro/2020. Em outubro de 2021, a Arsae-MG divulgou que a COPASA MG teria que devolver aproximadamente R\$130 milhões a usuários desse Município, conforme Fato Relevante divulgado em 07.10.2021. A Companhia informa que o assunto está sendo tratado com a ARSAE por meio da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos, unidade vinculada à Advocacia Geral do Estado.

6. Concessões dos Serviços de Água e Esgoto

Em dezembro de 2021, a COPASA MG possuía 640 concessões para prestação de serviços de água e 310 concessões para prestação de serviços de esgotamento sanitário, conforme quadro a seguir:

Concessões ^{(1), (2)}	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Total	Controladora	Coponor	Total	Controladora	Coponor
Água						
Concessões	640	591	49	640	591	49
Em Operação	631	583	48	630	582	48
Esgoto						
Concessões	310	254	56	310	254	56
Em Operação	266	225	41	265	224	41

1) Inclui as concessões vencidas com 10 municípios e as concessões com 2 (dois) municípios, cujos contratos foram declarados judicialmente nulos.

2) Considera-se apenas uma concessão/operação por município, independentemente de haver mais de um contrato, nos casos de atendimento de COPASA MG e COPANOR no mesmo município, ou de se tratar de um contrato que abranja somente distritos e localidades.

As 10 (dez) principais concessões que, em 31.12.2021, em conjunto, representavam cerca de 50% da receita líquida de água e esgoto da Companhia, bem como os respectivos vencimentos, encontram-se elencadas a seguir:

Município	Vencimento
Belo Horizonte	11/2032
Contagem	02/2073
Betim	12/2042
Montes Claros	07/2048
Ribeirão das Neves	05/2034
Divinópolis	06/2041
Ipatinga	02/2022
Santa Luzia	02/2050
Pouso Alegre	08/2046
Varginha	06/2047

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em dezembro de 2021, 83% das receitas de água e esgoto da Companhia eram provenientes de concessões cujos prazos de vencimentos ocorrem após janeiro de 2032. Na mesma data, encontravam-se vencidas concessões referentes a 10 municípios e judicialmente nulos os contratos de 2 (dois) municípios que representam em conjunto cerca de 1,7% das receitas de água e esgoto.

Atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais, os serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia tanto nos municípios com concessões vencidas, quanto nos municípios em que foi decretada a nulidade contratual.

Sobre a concessão de Belo Horizonte, a Companhia esclarece que o Convênio de Cooperação, assinado em 13 de novembro de 2002, estabeleceu o prazo de 30 anos para a prestação dos serviços, com vencimento previsto em 13.11.2032. Em 30 de abril de 2004, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Convênio, contendo na íntegra a mesma redação constante no referido Convênio quanto à sua vigência. Essa cláusula no Aditivo gerou, posteriormente, a interpretação de que o vencimento da concessão seria de 30 anos a contar da data do 1º Aditivo. Em avaliação pormenorizada dos contratos da COPASA MG, a Companhia, numa nova interpretação, entendeu que o vencimento se dará em 13.11.2032, tomando-se como referência a data de formalização do Convênio de Cooperação.

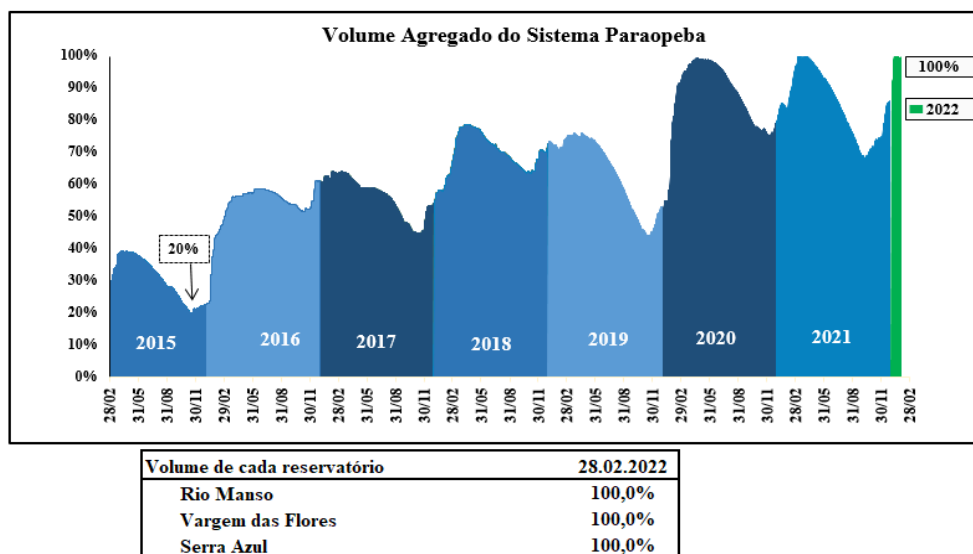
A Companhia avaliou, ainda, as cláusulas referentes à renovação automática de contratos. Em uma nova interpretação, 59 contratos de concessão, até então considerados vencidos, passaram a estar vigentes.

7. Situação Hídrica

7.1. Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

7.1.1 Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul

A seguir, evolução dos níveis dos reservatórios do Sistema Paraopeba (Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul), que são responsáveis por 49% do volume distribuído da RMBH. Em função das chuvas registradas de dezembro/2021 a fevereiro/2022, houve recuperação significativa nos volumes desses reservatórios, que, em 28.02.2022, se encontravam cheios, conforme demonstrado a seguir.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em função do rompimento, em 25.01.2019, da barragem Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, operada pela Vale S.A., os órgãos ambientais, sanitários e de fiscalização determinaram a suspensão da captação de água no rio Paraopeba para fins de consumo humano e de abastecimento público. Por essa razão, a Companhia interrompeu a captação de água no rio Paraopeba e executou ações visando a identificar e mitigar os riscos à sua operação. Preventivamente, a Companhia fechou as comportas da unidade de captação de água no rio Paraopeba, no mesmo dia do rompimento, visando à preservação das instalações da captação, cujos ativos não sofreram deterioração e, portanto, não foram comprometidos.

Em julho de 2019, foi assinado Termo de Compromisso (TC) entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Vale, tendo como um dos intervenientes a COPASA MG, para construção de novo ponto de captação no Rio Paraopeba, a montante do ponto de rompimento e da congruência do ribeirão Ferro Carvão e rio Paraopeba.

A Vale informou que iniciou, em setembro de 2021, o bombeamento de água do novo sistema de captação do rio Paraopeba, em Brumadinho, com vazão de 1 (um) mil litros por segundo, atingindo 2 (dois) mil litros por segundo em novembro do mesmo ano. Segundo informações prestadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais pela Vale, em 25.02.2022, as estruturas implantadas já se encontram em condições técnicas para o início dos testes de bombeamento, com a vazão de 5 (cinco) mil litros por segundo.

Porém, em razão da necessidade de manter a continuidade do abastecimento público da RMBH e do nível de consumo de água registrado nos últimos dias frente à capacidade de produção atual, a Companhia entendeu ser mais prudente aguardar um quadro de consumo mais estável para autorizar o início dos testes de bombeamento do novo sistema, que, por estar sendo operado de forma integral pela 1ª (primeira) vez, está sujeito a intermitências que podem impactar diretamente na distribuição de água à população.

Encontram-se em andamento os ajustes finais necessários para o início da operação assistida e efetiva entrega da captação para a COPASA MG.

A COPASA MG ressalta que os atuais níveis dos reservatórios da bacia do Paraopeba permitem que os testes iniciais da nova captação possam ser temporariamente postergados sem prejuízo ao abastecimento regular da população da RMBH.

7.1.2 Rio das Velhas

A captação no Rio das Velhas, responsável por aproximadamente 42% do volume distribuído na RMBH, é realizada a fio d'água, sendo bastante influenciada pela ocorrência de chuvas, tendo em vista sua localização na parte alta da bacia hidrográfica. A seguir, tabela com informações sobre essa captação:

Sistema Rio das Velhas	
Percentual do volume distribuído da RMBH	42%
Outorga de captação	8,7 m³/s
Vazão média do Rio das Velhas dos últimos 15 dias anteriores a 28.02.2022	72,2 m³/s
Vazão média utilizada nos últimos 12 meses	6,9 m³/s

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.2. Interior do Estado de Minas Gerais

As atividades da Companhia no interior do Estado são pulverizadas em vários municípios e bacias hidrográficas distintas. De forma geral, a maioria das localidades onde a Companhia presta seus serviços possui fonte de produção de água local. Assim, eventual restrição hídrica no abastecimento impacta apenas localmente e de forma marginal as receitas totais da Companhia.

Em 28.02.2022, encontrava-se em situação de racionamento apenas a localidade de Bom Jesus de Cardosos (município de Urucânia), que possui cerca de 800 ligações de água, ao passo que em fevereiro de 2021, encontravam-se em racionamento as localidades de Jesus de Cardosos (município de Urucânia) e Vale Verde de Minas (município de Ipaba) que representam, de forma conjunta, cerca de 1,3 mil ligações de água.

Visando a minimizar os impactos da situação hídrica, a Companhia recorre a meios que contribuem para a regularização do abastecimento nas localidades afetadas, por meio da utilização de caminhões-pipa, perfurações de poços e investimentos em captações alternativas, conforme as opções disponíveis em cada região e o grau de criticidade da escassez em cada caso. Adicionalmente, são intensificadas campanhas de conscientização quanto ao consumo racional da água.

Especificamente quanto a Montes Claros, município com população estimada de 413,5 mil habitantes e maior concessão da Companhia no interior do Estado, que historicamente enfrenta problemas de estiagem, foram iniciadas obras de implantação do Sistema São Francisco, que possui capacidade de 500 l/s. Esse sistema, além de promover segurança hídrica do município de Montes Claros até o ano de 2050, prevê, ainda, o abastecimento dos municípios de Coração de Jesus e Ibiaí, podendo, também, ser considerado como alternativa para outras localidades da região, beneficiando potencialmente cerca de 430 mil habitantes. A finalização do empreendimento está prevista para o final deste semestre, com aporte estimado de R\$257 milhões.

8. Desempenho Operacional

A COPASA MG e a COPANOR encerraram o ano de 2021 com 5,5 milhões de economias de água, crescimento de 1,3% em relação a 2020, servindo a aproximadamente 11,8 milhões de pessoas.

A seguir, são apresentados os principais dados operacionais e a evolução nos períodos comparativos:

Especificação-CONSOLIDADO (COPASA+COPANOR)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Água					
Ligações (1.000 unidades)	4.591	4.529	1,4%	4.401	2,9%
Economias (1.000 unidades)	5.532	5.458	1,3%	5.310	2,8%
População Atendida (1.000 habitantes)	11.833	11.804	0,2%	11.608	1,7%
Volume Distribuído (1.000 m³)	1.056.135	1.034.704	2,1%	1.016.917	1,7%
Volume Medido (1.000 m³)	628.709	611.118	2,9%	604.241	1,1%
Extensão de Rede (km) ⁽¹⁾	63.316	56.859	11,4%	55.838	1,8%

(1) O CopaGIS, plataforma de informação geográfica (GIS) corporativa desenvolvida sob medida para a gestão operacional da Companhia passou a contemplar a partir de 2021, 100% da malha de rede de distribuição de água e coletora de esgoto da Companhia, o que resultou em dados mais precisos da extensão de rede.

Referentes aos serviços de abastecimento de água, a Companhia conta com 600 fontes outorgadas para captações superficiais e 969 captações subterrâneas, cuja soma das vazões outorgadas totalizam 59,54 m³/s.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos é um instrumento econômico de gestão das águas previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos e na Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Essa cobrança abrange, no âmbito estadual, as seguintes bacias: Rios Piracicaba e Jaguari; Araguari; Velhas; Pará; Piracicaba; Caratinga; Piranga; Suaçuí Grande; Santo Antônio; Manhuaçu, Pomba e Muriaé; Preto e Paraibuna. Na esfera federal, a cobrança engloba as seguintes bacias: Rios Doce; Paraíba do Sul; São Francisco; Piracicaba, Capivari e Jundiá; e Verde Grande. Em 2021, o valor contabilizado como despesa foi de R\$12,5 milhões em 2021 (R\$21,3 milhões em 2020). Vale mencionar que tal cobrança é repassada, integralmente, ao cliente por meio de rubrica específica na fatura de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Com relação aos serviços de esgotamento sanitário, a COPASA MG e a COPANOR possuíam, conjuntamente, ao final de 2021, 3,9 milhões de economias de esgoto, o que representa um crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior, atendendo uma população de aproximadamente 8,4 milhões de habitantes, conforme tabela a seguir:

Especificação-CONSOLIDADO (COPASA+COPANOR) ⁽¹⁾	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Esgoto					
Ligações (1.000 unidades)	3.064	2.992	2,4%	2.921	2,4%
Economias (1.000 unidades)	3.888	3.764	3,3%	3.676	2,4%
População Atendida (1.000 habitantes)	8.447	8.332	1,4%	8.211	1,5%
Volume Medido (1.000 m³)	428.813	414.326	3,5%	410.222	1,0%
Volume Tratado (1.000 m³)	339.981	314.169	8,2%	303.350	3,6%
Extensão de Rede (km) ⁽²⁾	32.376	29.189	10,9%	28.166	3,6%

(1) Os dados se referem à COPASA MG e à COPANOR conjuntamente, exceto o volume tratado, cuja informação é da Controladora.

(2) O CopaGIS, plataforma de informação geográfica (GIS) corporativa desenvolvida sob medida para a gestão operacional da Companhia passou a contemplar a partir de 2021, 100% da malha de rede de distribuição de água e coletora de esgoto da Companhia, o que resultou em dados mais precisos da extensão de rede.

O quadro a seguir apresenta indicadores de desempenho comercial e operacional:

Especificação	Unidades	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Empregados/Ligações ⁽¹⁾	emp./mil ligações	1,45	1,58	-8,2%	1,64	-3,9%
Índice de Hidrometração	%	99,8	99,8	-	99,8	-
Índice de Perdas na Distribuição ⁽²⁾	%	40,1	40,5	-0,4p.p	40,1	0,4p.p
Índice de Perdas na Distribuição ⁽³⁾	(L/ligxdia)	256,31	257,82	-0,6%	256,21	0,6%
Inadimplência ⁽⁴⁾	%	3,50	4,52	-1,0p.p	4,23	0,29 p.p

(1) Número de Empregados / 1.000 Ligações de água e esgoto - dados COPASA + COPANOR.

(2) Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo volume distribuído, dos últimos 12 meses - dados COPASA.

(3) Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo número de ligações atendidas e pelo número de dias do período – dados COPASA.

(4) Corresponde à relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses – dados COPASA.

O indicador empregados/ligações, que mostra a quantidade de empregados próprios para cada mil ligações atendidas, apresentou queda de 8,2% em 2021 comparativamente a 2020, reflexo do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, detalhado no item 14 (Gestão de Pessoas) deste Relatório. O índice de hidrometração, que mostra o percentual de ligações da Companhia cujo consumo é hidrometrado, ficou em linha nos períodos comparativos. Já o índice de perdas na distribuição mostra a relação entre o volume de água medido e o volume de água distribuído, tendo sido observada uma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

queda de 0,4 pontos percentuais em 2021. O índice de perdas em litros/Ligação/dia) apresentou queda de 0,6%, comprando-se 2021 com o ano anterior.

A Companhia tem adotado uma série de medidas visando à redução de perdas, bem como adequação ao contexto atual de regulação e alinhamento à legislação pertinente. Nesse sentido, várias ações estão sendo desenvolvidas, com destaque para a instalação e substituição de micromedidores e macromedidores, cujos investimentos foram de R\$44 milhões em 2021. Também foram realizadas operações de combate a fraudes e a ligações clandestinas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e foram investidos R\$8 milhões em equipamentos para identificação de vazamentos não visíveis e para redução da pressão nas redes de distribuição. A Companhia conta, ainda, com 2 (duas) importantes ferramentas, o BI da macromedição e o BI da micromedição, que melhoram o processo de gestão da perda aparente e fornecem informações precisas para a tomada de decisão. Em 2021 foi realizado o treinamento “Auditoria Operacional de Perdas”, capacitando 36 profissionais em curso de 350 horas para que as metas de redução de perdas sejam mais assertivas.

O índice de inadimplência, que corresponde à relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses, que era de 4,52% em dezembro de 2020, atingiu 3,50% em dezembro de 2021 com a retomada e intensificação de ações de cobrança, bem como campanhas de renegociação de débitos.

9. Desempenho Financeiro

Tendo em vista a imaterialidade da subsidiária COPANOR, as informações financeiras prestadas pela Administração da Companhia neste Relatório, exceto quando indicadas em contrário, referem-se às Demonstrações Financeiras da Controladora (COPASA MG).

9.1. Receitas

A receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos de 2021 totalizou R\$5,2 bilhões, sendo 3,3% superior ao ano anterior, conforme tabela a seguir:

Receita Líquida (R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Receita Líquida - Água	3.355.225	3.193.744	5,1%	2.995.036	6,6%
Receita Líquida - Esgoto	1.824.296	1.819.243	0,3%	1.688.185	7,8%
Receita Líquida - Resíduos Sólidos	2.265	2.090	8,4%	2.062	1,4%
Receita Líquida - Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	5.181.786	5.015.077	3,3%	4.685.283	7,0%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos nos períodos comparativos:

- aplicação de novas tarifas pela Companhia, conforme autorização da Arsae-MG, sendo de +3,04%, a partir de novembro de 2020, em função do reajuste tarifário daquele ano; e de -1,52%, a partir de agosto de 2021, decorrente do resultado da 2ª Revisão Tarifária da COPASA MG;
- crescimento no número de economias (unidades consumidoras) de água em 1,3% e de esgoto em 3,3%, no âmbito da Controladora; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- aumento de 0,6% no volume medido por economia de água e de 0,3% no volume medido por economia de esgoto.

9.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas e administrativas decorrentes da exploração dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos totalizaram R\$4,1 bilhões, contra R\$3,7 bilhões no ano de 2020, incremento de 11,0%. A tabela a seguir mostra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Custos e Despesas (R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Custos Administráveis	2.710.966	2.501.764	8,4%	2.293.452	9,1%
Pessoal ¹	1.492.208	1.413.472	5,6%	1.381.495	2,3%
Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	152.171	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	474.963	413.953	14,7%	442.774	-6,5%
PPP do Rio Manso	86.058	77.792	10,6%	75.693	2,8%
Material	70.859	58.860	20,4%	56.695	3,8%
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	221.416	369.880	-40,1%	189.655	95,0%
Repasse Tarifário a Municípios	171.917	133.432	28,8%	105.803	26,1%
Custos Operacionais Diversos	41.374	34.375	20,4%	41.337	-16,8%
Custos não Administráveis	635.845	530.516	19,9%	499.160	6,3%
Energia Elétrica	560.363	452.287	23,9%	476.198	-5,0%
Telecomunicações	13.308	12.037	10,6%	13.349	-9,8%
Material de Tratamento	87.716	94.487	-7,2%	77.579	21,8%
Combustíveis e Lubrificantes	31.942	25.089	27,3%	26.343	-4,8%
Créditos Tributários	(57.484)	(53.384)	7,7%	(94.309)	-43,4%
Custos de Capital	741.456	641.791	15,5%	600.613	6,9%
Depreciações e Amortizações	741.456	641.791	15,5%	600.613	6,9%
Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	12.546	21.252	-41,0%	9.853	115,7%
Total dos Custos e Despesas	4.100.813	3.695.323	11,0%	3.403.078	8,6%
Total dos Custos e Despesas (sem PDVI)	3.948.642	3.695.323	6,9%	3.403.078	8,6%

(1) Considera a Participação dos Empregados nos Lucros, sendo R\$33.295 mil em 2021, R\$52.025 mil em 2020 e R\$47.899 mil em 2019.

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas (excluindo-se os custos de construção) que apresentaram variações mais significativas:

9.2.1 Custos Administráveis

Pessoal (sem PDVI)

Os gastos com pessoal apresentaram, em 2021, elevação de 5,6% em relação ao ano de 2020. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- provisões realizadas para o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT de 2019 a 2021, (data base: maio), cujo índice de referência é o INPC, sendo que o seu cálculo tomava como base as propostas em discussão e as expectativas da Companhia. Em fevereiro de 2022 foram concluídas as negociações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

referentes ao ACT com os Sindicatos, tendo sido acordado, ainda, a alteração da data base de maio para novembro, gerando, além dos valores já provisionados, a correção dos salários e dos vales alimentação e refeição, a partir de 01.11.2021, no percentual de 5,00%, contabilizados no 1º (primeiro) trimestre de 2022;

- aumento de R\$22,2 milhões nos gastos com programa de saúde, sendo que em 2020 houve menor utilização dos serviços médicos;
- redução no valor das provisões para a participação dos empregados nos lucros, que em 2021 totalizou R\$33,0 milhões (R\$52,0 milhões no 2020), em função da diminuição no lucro registrado em 2021, comparativamente ao ano anterior.

Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI

Refere-se aos gastos com o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI da COPASA MG, que contou com a adesão de 1.098 empregados da Companhia, cujos valores estimados (R\$152,2 milhões) foram integralmente reconhecidos em setembro de 2021. As informações detalhadas sobre esse Programa encontram-se no item 14 deste Relatório.

Serviços de Terceiros

Essa conta apresentou aumento de 14,7%. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- aumento de R\$16,1 milhões nos gastos com informática, em função de novas contratação de serviços dessa natureza, bem como de aplicação de reajustes previstos contratualmente;
- elevação de R\$8,6 milhões com serviços técnicos profissionais, em função, principalmente, dos gastos incorridos com o banco coordenador, no âmbito da 16ª Emissão de debêntures, com a consultoria contratada para apoio no processo da 2ª Revisão Tarifária, e com a consultoria para apoio em assuntos contábeis e tributários;
- elevação de R\$3,7 milhão com gastos referentes a cortes, suspensão e religação de água; e
- elevação de gastos com serviços diversos em função de reajustes contratuais e formalização de novos contratos.

PPP do Rio Manso

Esse item apresentou aumento de 10,6%, em função, principalmente, de incremento nos gastos com energia elétrica, bem como atualização monetária pelo IPCA ocorrido em abril de 2021.

Materiais

Esse item apresentou elevação de 20,4%, em função, principalmente, de incremento nos gastos com materiais de conservação e manutenção de bens e sistemas, em decorrência de aumento no consumo e atualização monetária dos contratos vigentes, bem como nos gastos com peças, acessórios e componentes para veículos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber

Comparando-se o ano de 2021 com o ano de 2020, esse item apresentou queda de 40,1%. Vale mencionar que em 2020 houve um acréscimo pontual nos valores dessas provisões, em função de aprimoramento, em junho do referido ano, da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para a linha contas a receber de clientes, a partir de estudos realizados, visando a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

Contribuiu, ainda, a redução na inadimplência (relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses), que passou de 4,52% em dezembro de 2020 para 3,50% em dezembro de 2021.

A seguir, tabela com a Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber líquida, obtida por meio da diferença entre a perda e a recuperação de contas baixadas (contabilizada em Outras Receitas Operacionais):

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida (R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	221.416	369.880	-40,1%	189.655	95,0%
Recuperação de Contas Baixadas	64.628	53.010	21,9%	56.775	-6,6%
Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida	156.788	316.870	-50,5%	132.880	138,5%

Repasse Tarifário a Municípios

O aumento de 28,8% neste item, comparando-se os valores registrados em 2021 com os valores registrados em 2020, ocorreu em função do repasse para novos fundos municipais de saneamento, cujos valores são reconhecidos no cálculo da tarifa pela Agência Reguladora, conforme detalhado a seguir:

- **Reajuste Tarifário (01.11.2020):** no âmbito desse reajuste foram incluídos 74 novos fundos municipais de saneamento com direito a esses repasses. Com isso, naquele momento, o número de municípios habilitados ao recebimento desses repasses passou para 134.
- **Revisão Tarifária (01.08.2021):** no âmbito dessa revisão foram incluídos 85 novos fundos municipais de saneamento com direito a esses repasses. Com isso, no período de agosto de 2020 a julho de 2021, o número de municípios habilitados ao recebimento desses repasses passou para 219. Vale ressaltar que o valor previsto para os repasses no referido período, cujos valores são reconhecidos na tarifa, foi de R\$147,1 milhões, conforme Nota Técnica CRE 14/2021 da Arsae-MG.

9.2.2. Custos Não Administráveis

Energia Elétrica

O aumento de 23,9%, comparando-se os gastos observados no ano de 2021 com os do ano anterior, se deu em função, principalmente, do incremento nos gastos com bandeiras tarifárias e do crescimento no custo médio da energia em função da redução no subsídio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Telecomunicações

A elevação observada neste item reflete, principalmente, a ampliação da cobertura de telefonia celular ocorrida em novembro de 2020, visando à integração de várias localidades operadas pela Companhia.

Combustíveis e Lubrificantes

A elevação observada neste item reflete, principalmente, o aumento dos preços dos combustíveis em 2021.

Créditos Tributários

A elevação nos créditos tributários, comparando-se 2021 com 2020, deveu-se, principalmente, ao acréscimo das despesas de depreciação consideradas como base de cálculo para a incidência dos referidos créditos.

9.2.3 Custos de Capital

Depreciações e Amortizações

A elevação em 15,5% no item depreciações e amortizações, comparando-se 2021 com 2020, ocorreu em função do maior volume de incorporação de obras, em especial, de esgotamento sanitário.

9.3. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A seguir, tabela com os valores das Outras Receitas (Despesas) Operacionais nos períodos comparativos:

Outras Receitas (Despesas) Operacionais (R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Outras Receitas Operacionais	177.380	171.341	3,5%	107.937	58,7%
Receita de Serviços Técnicos	145	(63)	n.m.	130	n.m.
Reversão de Provisão não Dedutível	33.650	103.076	-67,4%	32.659	215,6%
Recuperação de Contas Baixadas	64.628	53.010	21,9%	56.775	-6,6%
Outras Receitas	78.957	15.318	415,5%	18.373	-16,6%
Outras Despesas Operacionais	(396.631)	(197.260)	101,1%	(221.171)	-10,8%
Pagamento e Provisão não Dedutível	(225.535)	(92.368)	144,2%	(128.079)	-27,9%
Perdas Eventuais ou Extraordinárias	(68.333)	(14.352)	n.m.	(12.314)	16,6%
Taxa de Fiscalização sobre Serviços	(42.949)	(39.408)	9,0%	(37.548)	5,0%
Outras Despesas	(59.814)	(51.132)	17,0%	(43.230)	18,3%
Total	(219.251)	(25.919)	n.m.	(113.234)	n.m.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais ficaram em linha nos períodos comparativos.

Outras Despesas Operacionais

A elevação observada nas Outras Despesas Operacionais deveu-se em função de:

- provisionamento das devoluções determinadas pela Arsae-MG, no âmbito dos Processos Administrativos nºs 05/2019 e 28/2021. O valor total dos provisionamentos realizados, referentes a esses processos, totalizou R\$126,8 milhões, dos quais R\$82,6 milhões foram contabilizados em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

“Outras Despesas Operacionais” e R\$44,2 milhões em Despesas Financeiras (juros e correção monetária). A contabilização ocorreu em setembro de 2021.

▪ complemento de R\$217,4 milhões na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, dos quais R\$110,3 milhões foram contabilizados como Outras Despesas Operacionais e R\$107,1 milhões foram contabilizados como Despesas Financeiras. Esse processo foi ajuizado, em 2008, pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, referente a rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos. Em 18.06.2019, a Companhia apresentou Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal – STF (Processo nº 35.342), sendo emitida decisão favorável à COPASA MG, em 21.11.2019.

Em 30.09.2021, o STF reviu sua decisão, no que o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais – TRT-MG, pela procedência da ação, voltaria a prevalecer. A Companhia interpôs Agravo Regimental na Reclamação, mas que foi rejeitado, com decisão publicada em 01.12.2021.

Em 07.12.2021, a Companhia interpôs Embargos de Declaração sobre a decisão, por entendê-la omissa. Esse processo estava classificado como de perda provável, sendo que o valor, até então provisionado, era de R\$33,5 milhões. Considerando as recentes decisões judiciais, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento, ainda que não haja o valor da condenação na referida ação. Para tanto, realizou cálculos preliminares, e em atenção às melhores práticas contábeis, aumentou a provisão para esse processo em cerca de R\$217 milhões, cuja contabilização ocorreu em 31.12.2021.

9.4. Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial do ano de 2021 é referente à subsidiária integral COPANOR e foi negativo em R\$12,7 milhões (negativo em R\$12,6 milhões em 2020).

Demonstrativo Sintético da Subsidiária (R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	41.381	35.849	15,4%	32.738	9,5%
Receita de Construção	23.134	18.546	24,7%	31.124	-40,4%
Outras Receitas Operacionais	1.805	6.492	-72,2%	3.165	105,1%
Custos e Despesas Operacionais	(55.061)	(49.239)	11,8%	(47.406)	3,9%
Custos de Construção	(23.134)	(18.546)	24,7%	(31.124)	-40,4%
Outras Despesas Operacionais	(3.091)	(1.387)	122,9%	(2.080)	-33,3%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	2.275	898	153,3%	811	10,7%
<i>Impairment</i>	-	(5.200)	n.m.	-	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(12.691)	(12.587)	0,8%	(12.772)	-1,4%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**9.5. Resultado Financeiro**

A seguir, tabela com o resultado financeiro:

Receitas (Despesas) Financeiras (R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019 X 2019	2020 X 2019
Receitas Financeiras	285.167	145.962	95,4%	115.547	26,3%
Variações Monetárias	9.835	4.298	128,8%	6.991	-38,5%
Variações Cambiais	32.581	26.394	23,4%	9.271	184,7%
Juros	46.507	43.270	7,5%	34.329	26,0%
Ganho Real em Aplicações Financeiras	47.839	23.212	106,1%	25.485	-8,9%
Capitalização de Ativos Financeiros/Outros	148.405	48.788	n.m.	39.471	23,6%
Despesas Financeiras	(479.749)	(321.935)	49,0%	(249.442)	29,1%
Variações Monetárias	(142.137)	(57.151)	148,7%	(48.909)	16,9%
Variações Cambiais	(30.193)	(108.356)	n.m.	(13.527)	n.m.
Juros sobre Financiamentos	(306.599)	(156.084)	96,4%	(186.547)	-16,3%
Diversas	(820)	(344)	138,4%	(459)	-25,1%
Resultado Financeiro	(194.582)	(175.973)	10,6%	(133.895)	31,4%

Receitas Financeiras

As receitas financeiras apresentaram aumento de 95,4%, comparando-se o ano de 2021 com o anterior em função de:

- incremento nos ganhos com aplicações financeiras, decorrentes de maior caixa disponível para aplicação, associado à elevação da taxa básica de juros brasileira;
- dividendos e JCP recebidos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A, cujo montante em 2021 foi de R\$52,6 milhões (R\$14,1 milhões em 2020); e
- incremento na Capitalização de Ativos Financeiros.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram aumento de 49,0%, comparando-se o ano de 2021 com o de 2020. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- incremento nas variações monetárias e nos juros sobre financiamentos em decorrência de novas captações, bem como elevação da taxa básica de juros brasileira;
- complemento, em dezembro de 2021, de R\$217,4 milhões na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, dos quais R\$107,1 milhões foram contabilizados como Despesas Financeiras e R\$110,3 milhões como Outras Despesas Operacionais, sendo que o detalhamento sobre o processo encontra-se na Nota Explicativa 17; e
- redução nas variações cambiais, sendo que no ano de 2020 houve significativa valorização do dólar e do euro frente ao real. Adicionalmente, houve queda nos valores da dívida em moeda estrangeira.

9.6. Tributos sobre o Lucro

A seguir, tabela com os tributos sobre o lucro:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tributos sobre o Lucro (R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	116.862	288.798	-59,5%	267.930	7,8%

A redução observada nos tributos sobre os lucros é decorrente, principalmente, da contração de 59,5% no resultado antes dos tributos sobre o lucro, comparando-se o ano 2021 com o de 2020, bem como da obtenção do incentivo fiscal SUDENE, conforme detalhado nas Notas Explicativas 18 e 21 destas Demonstrações Financeiras.

9.7. Lucro Líquido

A Companhia registrou lucro líquido de R\$537,6 milhões em 2021, ante R\$816,5 milhões no ano de 2020, conforme observado na tabela a seguir:

Lucro Líquido (R\$ mil) e Lucro por Ação (R\$)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	849.031	1.281.248	-33,7%	1.156.199	10,8%
Resultado Financeiro Líquido	(194.582)	(175.973)	10,6%	(133.895)	31,4%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	654.449	1.105.275	-40,8%	1.022.304	8,1%
Tributos sobre o Lucro	(116.862)	(288.798)	-59,5%	(267.930)	7,8%
Lucro Líquido	537.587	816.477	-34,2%	754.374	8,2%
Ações em Circulação no fim do Período (milhares)	379.181	379.181	-	379.181	-
Lucro Líquido por Ação (R\$)¹	1,42	2,15	-34,2%	1,99	8,2%

1. Os valores do lucro líquido por ação de 2019 foram ajustados considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações. Dessa forma, os valores anteriores a data da operação foram divididos por três.

10. EBITDA Consolidado

O EBITDA consolidado é uma medição não contábil adotada pela COPASA MG, calculada de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

O EBITDA consolidado atingiu R\$1,6 bilhão no ano de 2021. O EBITDA ajustado, que desconsidera os itens extraordinários e não recorrentes (Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, Devolução de Tarifas determinada pela Arsae-MG, e incremento da Provisão para o Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024) atingiu R\$1,94 bilhão (0,7% superior ao registrado no ano anterior).

A Margem EBITDA ajustada, que é calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelo somatório da receita líquida de água e esgoto e das outras receitas operacionais, atingiu 35,9% em 2021 (36,8% em 2020).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA - Consolidado (R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Lucro Líquido do Período	537.587	816.477	-34,2%	754.374	8,2%
(+) Tributos sobre o Lucro	116.862	288.798	-59,5%	267.930	7,8%
(+) Resultado Financeiro	192.307	175.075	9,8%	133.084	31,6%
(+) Depreciações e Amortizações	748.652	646.216	15,9%	603.081	7,2%
(=) EBITDA	1.595.408	1.926.566	-17,2%	1.758.469	9,6%
Margem EBITDA	29,5%	36,8%	-9,2p.p.	36,4%	+0,4p.p.
Ajustes - Itens Não Recorrentes					
(+) Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	152.171				
(+) Devolução de Tarifas - Arsae-MG	82.639				
(+) Incremento da Provisão - Processo Trabalhista	110.324				
EBITDA Ajustado	1.940.542	1.926.566	0,7%	1.758.469	9,6%
Margem EBITDA (Ajustada)	35,9%	36,8%	-0,9p.p.	36,4%	+0,4p.p.

11. Remuneração aos Acionistas

Para o ano de 2021, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$282,7 milhões, a título de Dividendos Regulares, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valor Total (R\$ Milhões)	Data do Pagamento
JCP - 1T21	RCA 19.03.2021	24.03.2021	64,84	18.05.2021
JCP - 2T21	RCA 17.06.2021	22.06.2021	55,17	16.08.2021
JCP - 3T21	RCA 21.09.2021	24.09.2021	105,28	19.11.2021
Dividendos - 3T21	RCA 21.09.2021	24.09.2021	57,38	19.11.2021
Exercício de 2021			282,68	

A Companhia informa que, em função dos eventos extraordinários e não recorrentes referentes à devolução de tarifas determinada pela Agência Reguladora e ao complemento na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, descrito no item 9.3, cuja contabilização ocorreu em dezembro de 2021, os valores declarados até setembro de 2021 atingiram o limite estabelecido para o referido exercício. Dessa forma, não se aplica declaração de JCP ou dividendos para o 4º (quarto) trimestre de 2021.

12. Endividamento, Waiver e Rating**12.1. Endividamento**

A dívida bruta, que considera os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures, atingiu o montante de R\$3,99 bilhões em dezembro de 2021, representando acréscimo de R\$190 milhões, em comparação com o valor registrado em dezembro de 2020.

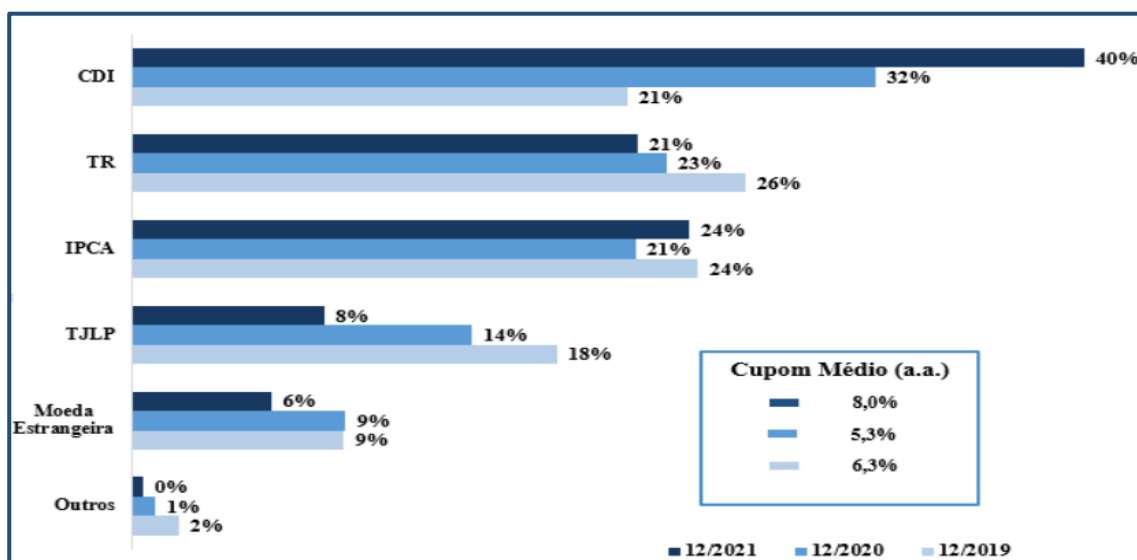
A dívida líquida passou de R\$3,0 bilhões em dezembro de 2020 para R\$2,7 bilhões em dezembro de 2021. O índice de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses, atingiu 1,7x em dezembro de 2021. O índice era 1,6x no mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Especificação (R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.068.394	1.273.997	-16,1%	1.281.386	-0,6%
(+) Debêntures	2.916.950	2.507.144	16,3%	2.028.851	23,6%
(+) Outras Obrigações Onerosas (Libertas)	-	4.669	n.m	30.001	-84,4%
(=) Dívida Bruta Contábil	3.985.344	3.785.810	5,3%	3.340.238	13,3%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	1.279.469	786.377	62,7%	521.304	50,8%
(=) Dívida Líquida	2.705.875	2.999.433	-9,8%	2.818.934	6,4%
EBITDA	1.595.408	1.926.566	-17,2%	1.758.469	9,6%
Dívida Líquida / EBITDA	1,7	1,6	-	1,6	-

O endividamento em moeda estrangeira representava 5,9% da dívida bruta em dezembro de 2021 e se referia à dívida junto ao banco alemão KfW e ao Banco Europeu de Investimento, cujos saldos acrescidos dos juros de curto prazo eram de €27,6 milhões (equivalente a R\$174,2 milhões em dezembro de 2021) e €10,0 milhões (equivalente a R\$63,2 milhões em dezembro de 2021), respectivamente. Para essas operações não havia mecanismo de hedge contratado.

A seguir, a Companhia apresenta a evolução do cupom médio e a representatividade da dívida por indexador contratual em dezembro de 2021, 2020 e 2019:



O CDI passou a representar 40% da dívida da COPASA MG, sendo que esse aumento pode ser atribuído, principalmente, à captação de recursos por meio da Segunda Série da 16ª Emissão de Debêntures, ocorrida em setembro de 2021, no valor de aproximadamente R\$507,0 milhões. Já a queda observada na representatividade da TJLP refletiu as amortizações de dívidas indexadas à essa taxa, realizadas em 2021.

O Cupom Médio passou para 8,0%, em função da elevação no CDI.

12.2. Waiver

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

deve apresentar garantias reais adicionais ao credor ou restabelecer os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Os *covenants* não financeiros foram impactados pelas decisões judiciais recentes exaradas no Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, referente à rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos. Conforme noticiado em Fato Relevante em 27.12.2021, a COPASA MG entendeu por rever o valor do provisionamento, ainda que não haja o valor da condenação na referida ação, tendo aumentado a provisão para esse processo em cerca de R\$217,0 milhões, cuja contabilização ocorreu em dezembro de 2021 (vide item 9.3).

Ainda em dezembro de 2021, foram iniciadas as negociações com os debenturistas da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª emissões, uma vez que as escrituras dessas debêntures preveem que constitui um Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$50 milhões. Tal disposição pode ser verificada no texto extraído, exemplificativamente, do item IX, cláusula 7.26.2, da escritura da 12ª emissão, a seguir transcrito:

“7.26.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.26.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

(...)

IX. decisão em segundo grau de processos ou procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais, de qualquer natureza, em face da Companhia e/ou qualquer de suas Controladas ou Coligadas (a) cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda; (...);”

No caso das debêntures da 16ª Emissão, as negociações com os debenturistas foram também iniciadas em dezembro de 2021, uma vez que a escritura dessa emissão prevê que constitui o Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$75 milhões.

Em decorrência desse provisionamento, os debenturistas, em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGDs) das 13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões, realizadas no dia 10.03.2022, e da 12ª emissão em 21.03.2022, decidiram pela dispensa do cumprimento do inadimplemento contratual (*waiver*), recebendo em contrapartida 0,10% ao ano, sobre o saldo devedor, calculado na data de pagamento do prêmio (*waiver fee*). Considerando as ações tomadas pela Companhia, que resultaram na efetiva obtenção dos *waivers*, as dívidas não são exigíveis ou pagáveis no curto prazo, de forma que as referidas dívidas permanecem classificadas no passivo não circulante.

A Administração da Companhia considera que essas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, e aplicou todos os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações do CPC cabíveis, exceto pela não aplicação do item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 26).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conforme referido item, a Companhia deveria reclassificar as suas dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante. No entanto, considerando a obtenção dos *waivers* junto aos credores, as dívidas da Companhia não se configuram como “passivo vencido e pagável à ordem do credor” no curto prazo e desta forma o atendimento ao item 74 do CPC 26 consistiria grave distorção do Balanço Patrimonial, pois faria com que as demonstrações financeiras da COPASA MG apresentassem no curto prazo dívidas no montante de R\$1.933 milhões que, na data da publicação das demonstrações financeiras, não eram exigíveis no curto prazo.

Assim, em conformidade com o item 19 do referido CPC 26, caso a dívida fosse reclassificada para o passivo circulante, a Administração entende que seria apresentada uma informação enganosa para os usuários das Demonstrações Contábeis, ferindo a finalidade de representação fidedigna dessas demonstrações, conflitando com o Pronunciamento Técnico “CPC 00 – Estrutura Conceitual para relatório financeiro”.

12.3. Rating

Em 02.07.2021, a Agência de Rating Fitch publicou relatório, elevando os *Ratings* Nacional de Longo Prazo e de suas emissões de debêntures quirografárias de AA(bra) para AA+(bra). A Perspectiva do *rating* corporativo permaneceu estável.

Em 14.09.2021, a Agência de Rating Moody's publicou relatório, com a atribuição do *Rating* Corporativo AAA.br para a COPASA MG, sendo que a perspectiva é estável.

A seguir, tabela com o resumo dos *ratings*:

Agência	Escala Nacional	Perspectiva	Data	Link do Relatório
Fitch Ratings	AA+(bra)	Estável	02.07.2021	Relatório
Moody's América Latina	AAA.br	Estável	14.09.2021	Relatório

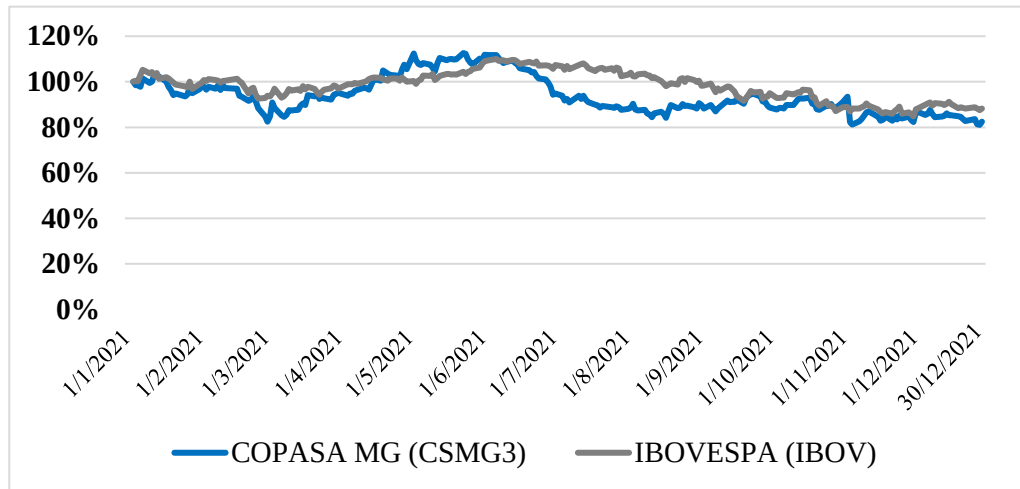
13. Desempenho das Ações

A cotação unitária das ações da COPASA MG (B3:CSMG3), ajustada pelos proventos declarados, apresentou desvalorização de 17,9% em 2021, com a cotação atingindo R\$12,71 no fechamento do último pregão do referido exercício.

O volume médio diário negociado em 2021 foi de R\$32,1 milhões. O número médio de negócios diários, em 2021, foi 7,8 mil negócios, um aumento de 44,4% em relação à média de 5,4 mil negócios diários em 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho das ações da COPASA MG (CSMG3) versus Ibovespa (IBOV) - Base 100: 01.01.2021

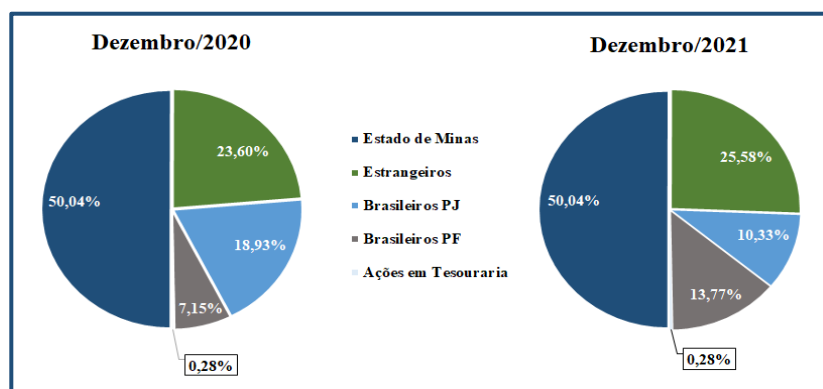


A Companhia integrava, no final de 2021, 8 (oito) índices da B3, a saber: Índice Brasil Amplo (IBRA), Índice de Governança Corporativa (IGCX), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado (IGC-NM), Índice de Ações com *tag along* diferenciado (ITAG), Índice de Dividendos (IDIV), Índice *Small Cap* (SMLL) e Índice Utilidade Pública (UTIL).

Em 2021 a COPASA MG comemorou 15 anos de listagem no Novo Mercado de Governança Corporativa da B3. Nesse período o mercado de capitais apresentou significativa evolução, contribuindo para o incremento de práticas de governança, bem como de iniciativas socioambientais. Ao mesmo tempo, o saneamento básico passou a figurar no centro de importantes discussões no âmbito nacional, trazendo novos desafios e oportunidades à Companhia.

A COPASA MG tem acompanhado essa tendência e evoluído constantemente, tornando-se uma empresa mais diversa e inclusiva, mostrando que é possível aliar o caráter social, fortemente presente em seu segmento de atuação, com sólidos resultados econômico-financeiros. Prova disso, é o crescimento no número de acionistas da Companhia, particularmente, as pessoas físicas, que, ao destinar suas economias à COPASA MG, refletem sua confiança e credibilidade na Companhia.

O número de acionistas da Companhia apresentou crescimento de 140%, passando de cerca de 43 mil no final de 2020 para mais de 104 mil acionistas ao final de 2021. Destaque para evolução dos acionistas Pessoas Físicas, que saltaram de 42 mil em 2020 para 103 mil em 2021. A seguir, a representatividade dos grupos de acionistas na composição da base acionária da Companhia.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

14. Gestão de Pessoas

Em 17.06.2021 o Conselho de Administração da COPASA MG aprovou o Regulamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI da COPASA MG. Empregados aposentados pelo INSS por tempo de contribuição, idade ou aposentadoria especial, cuja aposentadoria tenha sido concedida até 13.11.2019, data anterior ao início de vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019, puderam aderir ao Programa durante o mês de agosto de 2021.

No total, 1.098 empregados da Companhia fizeram adesão ao PDVI. As dispensas se iniciaram em outubro de 2021 e foram programadas para finalizar em março de 2022, ocorrendo aproximadamente 200 desligamentos por mês.

Os gastos com indenizações e incentivos foram estimados em R\$152,2 milhões, cuja provisão foi integralmente contabilizada no terceiro trimestre de 2021. O *payback* estimado é de 11 meses, permitindo uma economia mensal de aproximadamente R\$14 milhões nos gastos com pessoal da Companhia, considerando o desligamento da totalidade dos empregados que aderiram ao Programa.

Adicionalmente, a Companhia vem realizando desligamentos dos empregados aposentados após a data de início da vigência da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Com isso, o número de empregados, no âmbito da Controladora, reduziu 6,2% em relação ao observado no encerramento do exercício anterior, chegando a 10.692 empregados em dezembro de 2021, conforme tabela abaixo:

Número de Empregados	2021	2020	2021 x 2020	2019	2020 x 2019
COPASA	10.692	11.393	-6,2%	11.525	-1,2%
COPANOR	471	466	+1,1%	468	-0,4%

A COPASA MG, comprometida com o aprimoramento contínuo de seus processos, efetuou melhorias em seu Plano de Carreiras, Cargos e Salários – PCCS, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11.08.2021. O PCCS é um importante instrumento orientado para o aperfeiçoamento profissional, com destaque para a formação de líderes qualificados, necessários à condução e à sustentabilidade dos negócios da Companhia. Visa ao desenvolvimento e à retenção de talentos da Companhia, valorizando as pessoas que, com o resultado do seu trabalho, são responsáveis por manter e desenvolver a Empresa.

Dentre as principais mudanças no PCCS destacam-se as alterações de requisitos para ingresso na carreira, para movimentação por Mudança de Especialidade e para designação interina de Cargos de Confiança. O PCCS permitiu, ainda, a ampliação da contratação, para Cargos de Confiança, por recrutamento amplo externo.

Ao longo de 2021 também foram desenvolvidas ações de qualificação profissional. A gestão do conhecimento, com o objetivo de capacitar e reter talentos, é fundamental na formação de equipes e lideranças qualificadas para promover o crescimento sustentável da Companhia. Por meio da Plataforma de Ensino a Distância, denominada Manancial do Saber, cuja implantação se deu em 2020, foram ofertados cursos adquiridos externamente e outros produzidos internamente. Destaque para o Workshop Integridade 2021, com mais de 6 (seis) mil empregados treinados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com o objetivo de promover a atualização e elevar o nível de conhecimento dos engenheiros, de forma a prepará-los para lidar com os constantes desafios enfrentados pela Companhia, o Programa de Aperfeiçoamento de Engenheiros contou com 953 participações em treinamentos neste ano.

Desenvolver ações para minimizar a perda de capital intelectual é um constante desafio para as grandes organizações. O compartilhamento do conhecimento e a formação de sucessores são importantes estratégias para tal. Nesse contexto, a COPASA MG já desenvolve o Programa de Sucessão para Cargos de Confiança. O Programa de Desenvolvimento de Potenciais Líderes (PDPL), que em 2021 encontra-se na 6ª (sexta) turma, tem como objetivo identificar e desenvolver empregados, preparando-os para ocupar cargos de liderança na Empresa. Os participantes desse Programa que obtiverem aproveitamento superior a 80% serão incluídos no Banco de Sucessão para Cargos de Confiança e poderão ser convidados a assumir posição de liderança na Companhia.

A COPASA MG também conta com o Programa de Mentoria para Sucessão de Técnicos Estratégicos, que tem como mentores empregados de elevado nível de conhecimento, e como mentorados, pessoas com potencial, interesse e disponibilidade para o aprendizado. Para a realização do repasse, foram priorizados processos e atividades críticas identificados pelas superintendências e alinhados aos principais riscos corporativos.

Há de se mencionar, ainda, que houve expressivo aumento de eventos internos realizados por meio de videoconferência, em decorrência das medidas de prevenção à Covid-19, tais como seminários, reuniões de grupos de trabalho, dentre outras, sem prejuízo da qualidade e com consequente redução de custos com deslocamento e estadias para Companhia.

A COPASA MG aderiu ao Pacto Global – Agenda 2030, reforçando o seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU – Organização das Nações Unidas. Nesse sentido, uma das ações da Companhia relacionadas ao Objetivo 5 – Igualdade de Gênero – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas – foi a implementação do Programa de Mentoria Feminina, com a participação, em 2021, de 20 mulheres, sendo 10 mentoras e 10 mentoradas. Esse Programa visa a encorajar e desenvolver profissionalmente mulheres, para que elas possam construir suas trajetórias profissionais e evoluir em suas carreiras, contribuindo para a equidade de gênero em posições estratégicas da Companhia. As mentoras são empregadas mais experientes, atuando na função de gestoras, enquanto as mentoradas são empregadas interessadas em aprender e potencializar seus resultados profissionais, por meio de encareiramento na Companhia.

No ciclo de avaliações de desempenho de 2021, foram avaliados cerca de 10,6 mil empregados ocupantes de cargos efetivos e de confiança. O processo de avaliação de desempenho utilizado visa a avaliar e medir a maturidade e o grau de contribuição de cada empregado para o alcance dos resultados organizacionais. Essa ferramenta subsidia investimentos em capacitação e movimentações funcionais. Desde 2020, com a implantação dos Comitês de Calibração, o processo foi reformulado, tornando as avaliações mais justas e minimizando eventual viés por parte dos avaliadores e gestores.

A Segurança do Trabalho, quando inserida no cerne de uma cultura organizacional, torna-se um hábito angular que impacta e otimiza diversos outros processos de uma Empresa. Por conseguinte, melhora a qualidade dos serviços prestados, aumenta a disponibilidade de mão de obra e a produtividade e, ainda, a satisfação dos empregados. Em 2021, foi dada continuidade às ações visando à redução de acidentes da Companhia, por meio do Programa Acidente Zero, cuja implementação se deu no ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Programa consiste em um conjunto de projetos e ações voltadas para consolidação de uma cultura pautada pelo comportamento seguro, pela disciplina operacional e pela fiscalização das condições de segurança. O Programa, que tem caráter permanente e visa à meta de zero acidentes, é estruturado a partir de 4 (quatro) pilares: a) Compromisso dos gestores; b) Envolvimento dos empregados; c) Comunicação; d) Implantação de práticas de Segurança do Trabalho que estimulem a mudança de hábitos.

No período de 2014 a 2019, a média do indicador Taxa de Frequência era de 14,72 acidentes por milhão de horas trabalhadas. Com a implantação do Programa Acidente Zero, este número decresceu significativamente em 2020 e se manteve estável no ano de 2021, com 7,8 acidentes por milhão de horas trabalhadas. Ao longo do ano de 2021, foram realizadas diversas campanhas para o desenvolvimento do comportamento seguro e para o incentivo ao relato de ocorrências. As principais ações são apresentadas a seguir:

- Criação e disseminação das 9 (nove) Regras de Ouro da Segurança, diretrizes básicas que visam à prevenção de acidentes, incidentes e doenças ocupacionais;
- Implantação do Boletim USSS Informa, relatando os acidentes ocorridos e apontando ações para se evitar a reincidência;
- Elaboração de protocolos operacionais, a saber: Trabalho em Altura; Trabalho em Espaço Confinado; Trabalho com Energia Elétrica; Utilização de EPI; Gestão de Contratadas; Operação e Manuseio de Cloro Gás; Investigação e Comunicação de Ocorrências e Placares de Acidentes do trabalho;
- Criação e institucionalização do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), em consonância com as atualizações da NR-1;
- Implementação de mudanças na comunicação e investigação de acidentes do trabalho, fomentando o relato de ocorrências e reduzindo possíveis subnotificações;
- Realização de Treinamentos de Segurança, com 30.847 participações, o que representa 32,6% de todos os treinamentos realizados no âmbito da Companhia;
- Efetuação de 1.657 inspeções de segurança em todo o Estado;
- Promoção de campanhas sazonais de conscientização dos empregados, tais como: Janeiro Branco, Abril Verde, Maio Amarelo, Agosto Seguro, dentre outras;
- Produção e disseminação de vídeos personalizados abordando, de forma lúdica e atrativa, aspectos de segurança durante a execução das atividades;
- Elaboração e disseminação de *cards* com dicas de segurança para realização das principais atividades da Companhia.

15. Governança Corporativa

A COPASA MG está comprometida com as boas práticas de governança, pautadas pelos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Desde fevereiro de 2006, a Companhia faz parte, do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento diferenciado que exige maior transparência e regras mais rígidas de governança corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As boas práticas de governança estão consolidadas na Companhia por meio dos órgãos de governança, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria Estatutário, os quais desempenham as funções que estão previstas no Estatuto Social e nos respectivos Regimentos Internos. Destacam-se, ainda, as unidades de Controladoria, Auditoria Interna, Conformidade e Controles Internos e Gestão de Riscos, que fortalecem as práticas de governança da COPASA MG.

A Companhia está em constante aperfeiçoamento dos seus mecanismos de controle, por meio da elaboração e revisão de suas políticas, normas e procedimentos, que visam a assegurar as práticas de governança e de integridade. A seguir, destacam-se as principais práticas e políticas de governança da Companhia:

- **Política Anticorrupção:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em agosto de 2020. Aliada aos demais instrumentos de controle interno da Companhia, visa a contribuir de forma efetiva para a identificação e mitigação de riscos de atos lesivos praticados contra a Companhia, tais como desvios, fraudes e irregularidades.
- **Política de Brindes e Presentes:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 2019. Estabelece diretrizes, orienta e auxilia a conduta dos colaboradores da COPASA MG quanto ao recebimento de brindes, presentes, convites, ingressos para entretenimentos, refeições, hospitalidades e cortesias nas suas relações profissionais, visando a evitar a concessão de favorecimentos ou privilégios indevidos, bem como a ocorrência de desvios de conduta, conflito de interesses e outros atos irregulares ou ilícitos.
- **Política de Conflito de Interesses:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 2020. Visa a estabelecer princípios e orientar na identificação, declaração e tratamento de situações que possam caracterizar conflitos de interesse reais ou potenciais.
- **Política de Controles Internos:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 2019. Estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades visando ao fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controles Internos da Companhia.
- **Política de Dividendos:** a Política vigente foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em maio de 2018. Estabelece as práticas quanto à remuneração dos acionistas, de modo a dar transparência ao mercado e aos investidores, proporcionando-lhes previsibilidade nos rendimentos e buscando atender aos melhores padrões de Governança Corporativa.
- **Política de Divulgação e Negociação:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2022. Essa Política tem por objetivo estabelecer diretrizes, procedimentos e responsabilidades a serem observados pela COPASA MG, Pessoas Vinculadas e Pessoas Ligadas no que se refere à identificação, manutenção da confidencialidade e divulgação adequada de informações que possam constituir atos ou fatos relevantes, ao correto contato dos representantes da Companhia com a mídia e a sociedade e à negociação de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.
- **Política de Doações e Patrocínios:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em novembro de 2020. Estabelece diretrizes para a realização de doações e patrocínios visando a garantir o mais elevado padrão de transparência, integridade e legalidade, prevenindo a ocorrência de atos ilícitos em decorrência da utilização ou repasses inadequados de recursos da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Política de Due Diligence de Integridade:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em agosto de 2020. Essa Política tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes para evitar a ocorrência de atos lesivos contra a COPASA MG e, por conseguinte, garantir a execução dos contratos em conformidade com a lei e normativos; reduzir os riscos de integridade inerentes aos contratos; prover maior segurança e transparência na sua consecução; obter melhores desempenhos e garantir a qualidade nas relações contratuais.
- **Política de Elegibilidade de Membros Estatutários:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2018. Essa Política tem por objetivo definir os princípios, critérios e vedações a serem observados para indicação de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria Estatutário.
- **Política de Gestão de Riscos Corporativos:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em julho de 2020. Estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados nas atividades relacionadas à gestão dos riscos corporativos da Companhia e orientar as ações para a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos.
- **Política de Gestão de Segurança de Barragens:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em novembro de 2020. Tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes, responsabilidades e padrões de segurança de barragens de água a serem seguidos pelos colaboradores, de forma a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências.
- **Política de Governança Corporativa:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2019. Essa Política tem o objetivo de consolidar os princípios, diretrizes e melhores práticas de gestão pelos quais a COPASA MG é dirigida e monitorada.
- **Política de Participações Societárias:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em janeiro de 2020. Essa Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a participação da Companhia, como minoritária, em sociedade empresarial, elencando as práticas de governança corporativa a serem observadas, visando a alcançar resultados sustentáveis no longo prazo, ajustados a níveis de riscos e controles adequados para a COPASA MG.
- **Política de Proteção de Dados:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em julho de 2020. Estabelece diretrizes para uniformizar os procedimentos da COPASA MG no que concerne ao tratamento de dados pessoais em seus processos e a proteção desses dados, além de disseminar a cultura de segurança dessas informações em consonância com os seguintes princípios: legalidade, lealdade, transparência, integridade e confidencialidade.
- **Política de Responsabilidade Social:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em julho de 2015. Essa Política tem como objetivo promover ações de responsabilidade social, visando ao desenvolvimento sustentável no âmbito de atuação da Companhia.
- **Política de Reuniões:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2020. Essa Política estabelece diretrizes para a realização de reuniões entre os colaboradores da Companhia e outras partes.
- **Política de Transações com Partes Relacionadas:** a Política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 2021. Estabelece diretrizes e critérios a serem observados quando da ocorrência de transação envolvendo partes relacionadas, procedimentos para situações que possam

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

envolver conflito de interesses, competências para identificação e divulgação das transações ocorridas e garantir a aderência aos preceitos legais e às melhores práticas de governança corporativa.

- **Plano de Integridade:** o Plano de Integridade vigente foi aprovado pelo Conselho de Administração em junho de 2020. Consiste na implementação de políticas, diretrizes e procedimentos no combate à corrupção e na apuração de denúncias e irregularidades, visando a implantar mecanismos e procedimentos internos de integridade, em aderência à Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e a boas práticas de governança corporativa.

- **Código de Conduta e Integridade:** o Código vigente foi aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2021. Consiste em instrumento de divulgação dos princípios éticos e dos valores fundamentais da COPASA MG, devendo ser observado por todos os seus empregados e por aqueles que com ela se relacionam.

- **Canal de Linha Ética:** canal de denúncias da Companhia, implementado em 2016, com o objetivo de inibir práticas ilícitas e contrárias aos interesses da COPASA MG, como corrupção, fraude, irregularidade, conflitos de interesse, dentre outros, bem como favorecer a comunicação, apuração e tratamento dessas práticas. Esse Canal está disponível no site institucional da Companhia (www.copasa.com.br), na aba “Denúncias”, acessível a qualquer cidadão. As denúncias podem ser encaminhadas de forma anônima, com garantia de independência nas apurações. As denúncias também poderão ser encaminhadas para o e-mail denuncias@copasa.com.br ou pelo telefone (31) 3207-7250. O andamento de todo o processo pode ser acompanhado pelo denunciante, por meio de protocolo e senha cadastrados no momento da denúncia.

Sua gestão é de responsabilidade da Auditoria Interna que, por estar vinculada diretamente ao Conselho de Administração, garante independência no tratamento das denúncias. As denúncias são analisadas com base em critérios de admissibilidade e de classificação, aprovados pelo Conselho de Administração, por meio dos quais são definidas as Unidades responsáveis pela apuração. As apurações das denúncias que apresentam maior criticidade ficam a cargo da Auditoria Interna. As denúncias que envolvem problemas nas relações interpessoais são encaminhadas para tratamento pela Comissão de Ética.

- **Gestão Colegiada:** sistema informatizado de gerenciamento dos gastos e compartilhamento de decisões, em que os dispêndios referentes a custeio e investimentos, em todos os níveis da organização (Gerências, Superintendências e Diretoria Executiva), são aprovados por Comitês (Comitê de Administração, Comitê Operacional e Comitê Diretivo), compostos por, no mínimo, três integrantes, tendo sido instituído em 2015. Em 2018, tal mecanismo foi revisado e aprimorado.

A Companhia, com o apoio dos órgãos de governança, tem focado suas ações no desenvolvimento de seu Plano de Integridade. A seguir, as ações mais relevantes realizadas ao longo do exercício de 2021:

- **Site de Compliance:** Em janeiro de 2021, a COPASA MG lançou o site de *Compliance* (www.copasa.com.br/compliance). Com *layout* divertido e intuitivo, a página permite ao usuário conhecer os pilares que compõem o Plano de Integridade da Companhia, acessar os instrumentos de Integridade e familiarizar-se com as ações de *Compliance* desenvolvidas pela Empresa.

- **Workshop Integridade 2021:** com o tema “Novos tempos, novos desafios, mesmos valores”, os empregados foram convidados a refletir a respeito das mudanças em curso na Empresa, na Sociedade e no Mundo, enfatizando que é possível e é necessário estarmos comprometidos com os valores,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

princípios e integridade. O Workshop Integridade 2021 aconteceu de forma presencial em todas as Unidades da Companhia, tendo como público-alvo, as lideranças.

Ainda em 2021, visando a atualizar os empregados acerca dos instrumentos de integridade da Companhia, foi disponibilizado novo módulo do Workshop Integridade 2021, em EAD, na plataforma Manancial do Saber. Esse evento enfatizou a Política de Brindes e Presentes, Política de Conflito de Interesses, Política Anticorrupção e o Código de Conduta Ética.

- **Controles Internos: cuidando da água para gerar valor para as pessoas:** treinamento destinado aos Encarregados de Sistemas, objetivando a disseminação da importância dos controles internos. O curso foi disponibilizado na Plataforma Manancial do Saber e seu conteúdo enfatizou os riscos priorizados pela Companhia.
- **Introdução a Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos:** direcionado aos novos empregados, estagiários e aprendizes, o evento objetivou apresentar a unidade e as atividades desenvolvidas pelo Compliance na COPASA MG.
- **Disseminando a Cultura da Integridade para os prestadores de serviço:** realizado em Ambiente Virtual, o treinamento abordou temáticas referentes à Ética e Integridade que envolvem a relação da COPASA MG com seus parceiros de negócio.
- **Campanha interna “COMPLIANCE COM VOCÊ, COM TODOS”:** foram distribuídos diversos “lembretes morais” em todas as unidades da Companhia (móveis, prisms, cartazes, folhetos, *wallpapers*, e-mails, vídeos, intranet, dentre outros).
- **Campanha “Gotas da Integridade”:** semanalmente, durante todo o ano de 2021, foram disponibilizados na intranet frases de impacto, com a finalidade de promover reflexões no tocante à integridade e ética nas atitudes, visando à promoção de um ambiente corporativo íntegro. Foram contabilizados, ao todo, nessa Campanha, aproximadamente 13 mil visualizações.
- **Baralho da Ética:** atividade desenvolvida a partir do Código de Conduta Ética da COPASA MG, com objetivo de proporcionar ao público operacional, de forma lúdica, oportunidade para disseminação desse instrumento de integridade e propiciar condições para que os participantes pudessem discutir situações do dia a dia que envolvem dilemas éticos. A atividade alcançou 1.000 colaboradores operacionais.
- **Caravana da Integridade:** o evento, direcionado ao público administrativo, foi realizado em todas as Unidades de Negócio da Companhia, presencialmente, por meio da dinâmica “Julgamento Simulado”, onde os participantes puderam vivenciar situações que remetem aos conflitos éticos do dia a dia.
- **Dia Internacional Contra a Corrupção:** em alusão ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, no dia 09 de dezembro, foi realizado um evento que contou a participação dos gestores, dos líderes de Compliance e dos empregados da Superintendência de Compliance. Foram realizadas, ainda, palestras referentes ao tema *Compliance Comportamental*.

16. Responsabilidade Social

Em consonância com a sua Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração em 17.07.2015, a COPASA MG desenvolve iniciativas e programas estruturados que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

objetivam contribuir para a universalização dos serviços de saneamento, para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida do corpo funcional e da sociedade.

A Política de Responsabilidade Social é composta por 4 (quatro) pilares – Direitos Humanos, Relacionamento com Comunidades, Investimento Social Privado, Engajamento das Partes Interessadas – e suas diretrizes visam a assegurar que a gestão da responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, sendo praticada em suas relações e levando em conta os interesses de seus *stakeholders*.

Atualmente, a COPASA MG participa de 3 (três) iniciativas no âmbito do Pacto Global da ONU, ratificando o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. O Inova 2030 – Jovens Inovadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é um programa de aceleração, voltado para jovens profissionais que querem solucionar desafios do negócio e contribuir para o alcance dos ODS. O programa Ambição Net Zero possibilita que empresas se tornem referência na agenda climática nacional e internacional, reforçando o compromisso com uma atuação social e ambientalmente responsável, fomentando inovação, aumentando a resiliência, valor de mercado e sustentabilidade a longo prazo. Há, ainda, o Programa Equidade é Prioridade, que tem por objetivo aumentar a quantidade de mulheres em cargos de alta liderança, contando, no Brasil, com a parceria da ONU Mulheres.

A Companhia conta, ainda, com uma plataforma denominada Sistema de Informações de Desenvolvimento Social (IDS), onde são registradas as informações relativas à atuação social da Companhia, subsidiando a gestão das informações. Atendendo também a esse propósito, a COPASA MG conta ainda com o Balanço Social, elaborado segundo a metodologia Ibase, com o Relatório de Sustentabilidade, que segue a *Global Reporting Initiative (GRI)* e com o Subcomitê de Gestão Estratégica da Sustentabilidade Corporativa. Periodicamente, são realizadas ações de *benchmarking*, pesquisas, intercâmbios e outros processos de parcerias com empresas e instituições.

A Companhia promove o desenvolvimento das comunidades em que atua, buscando amenizar situações de vulnerabilidade social. Nesse sentido, em 2020 foi instituído o Programa Engajar para Transformar, que estabelece diretrizes do relacionamento da Companhia com a sociedade, com foco no cliente, e apresenta uma metodologia que estabelece presença, diálogo e afinidade com os *stakeholders*. Em 2021 efetuaram-se diversas ações no âmbito do Projeto, com destaque para 724 reuniões com o Poder Concedente e lideranças locais, quase 4 mil capacitações, aproximadamente 116 mil abordagens com a sociedade, 45.950 atualizações cadastrais e mais de R\$8 milhões de incremento na receita em adesões de água ou esgoto.

Também merece destaque a Tarifa Social, benefício para as famílias de baixa renda, que reduz as tarifas dos serviços de água e esgoto. Para usufruir do benefício, os usuários devem atender aos critérios especificados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Em 2021, considerando a COPASA MG e a COPANOR conjuntamente, foram beneficiadas 652,3 mil famílias (média/mês) com a tarifa social com abastecimento de água e, dessas residências, 403,2 mil (média/mês) com esgotamento sanitário.

A COPASA MG pode destinar até 0,6% do seu faturamento mensal ao Programa de Subvenção a Entidades Filantrópicas, cujo benefício equivale a 25% de desconto nas tarifas de água e esgoto para entidades filantrópicas beneficiadas e de 50% de desconto para hospitais públicos ou filantrópicos. Em 2021, foram disponibilizados R\$16 milhões entre as 652 entidades beneficiadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os clientes da COPASA MG podem fazer doações através da fatura para entidades filantrópicas por meio do meio de 2 (dois) programas: um denominado Programa de Apadrinhamento, destinado às áreas de educação, segurança pública e assistência social e o 2º (segundo), o Solidariédágua, voltado para hospitais públicos ou filantrópicos. Em 2021 foram arrecadados R\$2,60 milhões, beneficiando 329 instituições participantes no âmbito do Programa de Apadrinhamento e R\$2,61 milhões com o Solidariédágua destinados a 42 hospitais.

Outra ação já consolidada é o Programa “Confia em 6%”, por meio do qual a Companhia incentiva os empregados a destinarem ao Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) parte do seu imposto de renda devido, beneficiando crianças e adolescentes em diversas regiões do estado de Minas Gerais. Na Campanha de 2021, foi distribuído o montante de R\$641,9 mil, beneficiando 41 municípios do estado de Minas Gerais.

Considerando que o impacto social na vida dos mineiros vai muito além da prestação dos serviços de saneamento básico, a Companhia é parceira em várias iniciativas, como no Programa Fica Vivo! do SENAI, focado no ingresso de profissionais no mercado de trabalho, por meio do Programa de Aprendizagem. A Companhia também participa do Programa de Integração e Contribuição Social Além dos Muros, com ações sociais beneficiando crianças das comunidades Vilas Pedreira Prado Lopes e Senhor dos Passos, no município de Belo Horizonte.

Internamente, a Companhia possui programa de voluntariado, incentivando seus empregados a participarem de ações como arrecadação de alimentos, brinquedos, produtos de higiene pessoal, coleta de material reciclável para doação, comemorações do Dia das Crianças, Natal, dentre outras. Os empregados também atuam em grupos culturais, ferramentas eficazes de mobilização social. Atualmente são 5 (cinco) os grupos culturais: Contadores de história, Coral Copasa, Os Sustentáveis, Som das Águas e Teatro Copasa. A Companhia conta, ainda, com um espaço, em sua sede, aberto à população, destinado a divulgar artes plásticas e visuais.

Em consonância com sua Política de Responsabilidade Social, a Companhia desenvolve ações que visam a promover uma cultura organizacional inclusiva, combatendo a discriminação e fomentando o respeito e a valorização da diversidade.

A COPASA MG está sempre cuidando do povo mineiro, de forma direta, com a prestação de serviços de saneamento básico, mas também fomentando a riqueza das artes, cultura, dança, entretenimento, esportes e do patrimônio cultural. Assim, é com grande orgulho que a Companhia patrocina, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, diversos projetos para o desenvolvimento econômico e social do estado de Minas Gerais, listados a seguir:

- **15º CineBH 2021:** Mostra Internacional de Cinema de Belo Horizonte, com o tema “Cinema (em) Comum”, reunindo mais de 60 produções, entre longas, médias e curtas.
- **Brasil CineMundi – 12º International Coproduction Meeting:** o evento viabiliza parcerias produtivas assegurando aos projetos brasileiros de longa-metragem vagas em diversos eventos internacionais.
- **Cinema sem Fronteiras – 22ª Temporada:** evento incluiu a exibição de mais de 80 filmes brasileiros em pré-estreias nacionais e mostras temáticas.
- **Fazenda Boa Esperança:** projeto para requalificação da fazenda, datada de fins do século XVIII e princípios do século XIX, como patrimônio cultural.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Festival das Artes de Tiradentes – 10 anos:** o projeto oferece espetáculos de alto nível nas diversas linguagens artísticas – música, artes visuais, cinema, literatura e teatro.
- **Projeto Acervo de Compositores:** acervo virtual de partituras eruditas em formato de *website*, possibilitando o acesso mundial e preservando obras que pertencem, muitas vezes, a acervos fechados.
- **Museu de Sant´Ana – Plano Plurianual de Manutenção:** visa a garantir a manutenção do espaço expositivo e do acervo público formado por 291 imagens sacras de Sant´Ana.
- **Natal Cultural nas Montanhas:** consiste em 56 dias de atração em Monte Verde, incluindo apresentações culturais gratuitas de artes cênicas e música instrumental.
- **Programa Receptivo e Educativo da Visitação Pública – Palácio da Liberdade:** permite o acesso ao espaço a educadores e seus estudantes, promovendo a elaboração de práticas que enfatizem a experiência educativa, democratizando o acesso à arte e à ciência.
- **Projeto Esporte Cidadão:** permite que crianças e adolescentes com idade entre 07 a 17 anos, matriculados na rede pública de ensino, membros de famílias de baixa renda ou moradores de comunidades em situação de vulnerabilidade social inscrevam-se nas modalidades de judô, vôlei e futsal, em diversas cidades do Vale do Aço.
- **Projeto Mackenzie Formando Atletas Olímpicos:** projeto para formação continuada de atletas de voleibol feminino, basquetebol masculino e natação feminino e masculino, beneficiando cerca de 234 atletas, na faixa etária de 06 a 18 anos.
- **Projeto Formação e Desenvolvimento de Atletas por Meio da Integração das Ciências dos Esportes Individuais:** promove treinamento, aprimoramento e desenvolvimento técnico e humano dos atletas do Minas Tênis Clube, por meio de prática metodológica padronizada, atendendo 846 atletas, na faixa etária de 06 a 17 anos.
- **Projeto Excelência no Esporte V – Olympic Club:** projeto ofertado a 342 atletas, com idade entre 09 e 19 anos, para participarem de competições em nível regional, estadual e nacional, nas modalidades de basquete masculino, voleibol e natação masculino e feminino.
- **Projeto Tecnologia, Arte & Vida:** visa equipar salas de aula para cursos de formação profissional na área audiovisual, para 72 adolescentes cumprindo medida socioeducativa.
- **Projeto Música e Cidadania Transformando o Futuro:** o projeto para formação musical e cidadã das crianças e adolescentes, de 07 a 17 anos, residentes em comunidades de baixa renda.
- **Projeto Novos Sonhos – Associação dos Protetores das Pessoas Carentes:** projeto para qualificação profissional, aquisição de equipamentos e materiais educacionais e ampliação de creche que atende 200 crianças de 0 a 06 anos.
- **Projeto Solidariedade Ativa – Associação dos Protetores das Pessoas Carentes:** projeto para acolhimento de idosos em diversos estágios de demências beneficiados 160 internos e 400 familiares e responsáveis.
- **Projeto Qualificação do Tratamento à Pessoa Idosa do Lar dos Idosos São José:** acolhimento de 90 idosos residentes, com idades variando de 62 a 103 anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

17. Responsabilidade Ambiental

Para garantir a qualidade e a quantidade de água dos mananciais utilizados para abastecimento público, a Companhia promove ações de proteção e recuperação ambiental, em prol da conservação dos recursos naturais das bacias hidrográficas sujeitas à exploração com a finalidade de abastecimento público. Abaixo, estão listados os principais programas e projetos da Companhia:

Programa Pró-Mananciais: iniciado em janeiro de 2017, consiste em ações para proteção e recuperação das microbacias hidrográficas e áreas de recarga dos aquíferos – cujos mananciais são captados pelos sistemas de abastecimento público de água – por meio de ações e do estabelecimento de parcerias que visem à melhoria da qualidade e quantidade das águas, favorecendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social desses locais. A cada ano, o Programa tem consolidado suas ações, efetivando as parcerias com instituições diversas, o que resultou em 2021 na aprovação de 237 municípios integrados e 207 Coletivos de Meio Ambiente (COLMEIA).

O Projeto Pró-Mananciais conquistou um troféu na edição 2021 do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), considerado o Oscar do setor no Brasil, sendo o único prêmio no mundo a reconhecer a excelência em gestão do saneamento básico. A premiação é um importante reconhecimento da relevância do projeto no âmbito socioambiental.

Programa Pró-Mananciais	2021	De 2017 a 2021
Valor investido	R\$22,1 milhões	R\$62 milhões
Árvores plantadas	87,5 mil	542 mil
Metros de cercas para proteção de APP	465,8mil	1,8 milhões
Barraginha de infiltração de água pluvial	8,6 mil	17,4 mil

Sistema de Gestão de Informações de Recursos Hídricos e Ambientais (GERHA): ferramenta criada com o objetivo de facilitar a gestão dos processos de regularização ambiental dos empreendimentos da Empresa, monitoramento dos mananciais e demais ações ambientais.

Chuí Socio-Ambiental: programa de educação ambiental promovido junto à comunidade escolar, composto de atividades de sustentabilidade, alinhadas à conscientização sobre a importância da preservação e recuperação de mananciais para fins de abastecimento. O principal objetivo do programa é disseminar conhecimento e estreitar os laços entre a COPASA MG e a comunidade.

Em 2021, para dar continuidade à educação ambiental que é desenvolvida pela COPASA MG com escolas do estado de Minas Gerais, o Projeto de Educação Cidadã: Encontro Chuí Virtual foi adotado junto à rede de ensino por meio de videoconferências.

Monitoramento quali-quantitativo de mananciais superficiais e subterrâneos: iniciativa que permite o acompanhamento das vazões e identificação dos mananciais com maior risco de falha, subsidiando o planejamento operacional dos sistemas de abastecimento de água.

Para a identificação do impacto das variáveis climáticas e hidrológicas sobre as nossas captações, é realizado monitoramento quantitativo por meio de medições de vazão em mananciais superficiais, instalação de estações de monitoramento fluviométrico convencionais e operação de rede de estações pluviométricas. A rede setorial de monitoramento quantitativo, também está sendo ampliada, com a instalação de novas estações fluviométricas convencionais e automáticas com telemetria.

Já o monitoramento qualitativo consiste no estudo e análise das variáveis físico-químicas e biológicas das águas, dos mananciais superficiais e subterrâneos, bem como dos corpos hídricos receptores, para

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

o atendimento de legislações, condicionantes de outorgas e regularização ambiental dos empreendimentos da Companhia. O aumento dos pontos de amostragem acompanha a implantação de novas captações nos sistemas de abastecimento de água e a operação de novos sistemas de esgotamento sanitário.

A COPASA MG obedece à legislação vigente, buscando a outorga e o licenciamento ambiental de seus empreendimentos de forma a minimizar os impactos ambientais de suas operações, por meio do cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias determinadas pelos órgãos ambientais responsáveis. Em 2021, foram obtidas 112 outorgas de captação de água, 254 licenças e 18 documentos autorizativos para intervenção ambiental para obras de água e esgoto. Além disso, a Companhia contratou e elaborou estudos ambientais para avaliar o impacto ambiental de seus empreendimentos.

18. COPANOR

A subsidiária integral COPANOR foi criada em 2007 para prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas Regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais. Essa região do Estado conta com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em Minas Gerais. O seu âmbito de atuação são as localidades com população compreendida entre 200 e 5.000 habitantes.

As tarifas praticadas são bem inferiores às tarifas de sua Controladora (COPASA MG), pois sua estrutura de custos não leva em conta a remuneração dos investimentos.

A partir de julho de 2017, foi criado pela Arsae-MG um Subsídio Tarifário na tarifa da COPASA MG para suportar os investimentos e manutenção da COPANOR. Esse subsídio consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a subsidiária, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. O valor do subsídio, a preços de 2017, era de R\$40 milhões.

No âmbito da 2ª (segunda) Revisão Tarifária finalizada em junho de 2021, a Arsae-MG definiu que, para o ciclo tarifário atual, foi mantido o valor de referência de R\$40 milhões definido em 2017, atualizado monetariamente pelo INCC.

Em fevereiro de 2020, as tarifas foram reajustadas, tendo sido de 4,5% o Efeito Tarifário Médio, correspondente ao impacto médio percebido pelos usuários devido à variação das tarifas aplicadas.

Em maio de 2020, foi iniciado o processo da 3ª Revisão Tarifária Periódica da COPANOR, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021. O Efeito Tarifário Médio foi de 21,84%.

Em 2021, foram investidos R\$36,5 milhões na COPANOR. No referido exercício, a Controladora realizou 2 (dois) aportes de R\$23,8 milhões cada, sendo um em março e outro em agosto, visando a melhorias na infraestrutura da Subsidiária, conforme definido pela Agência Reguladora.

Em dezembro de 2021, a COPANOR atendia 223 mil habitantes com abastecimento de água e 105 mil habitantes com esgotamento sanitário.

Para o ano de 2022, estão previstos investimentos de R\$47,5 milhões para a subsidiária, que serão empregados em demandas operacionais para garantir a sustentabilidade do negócio e a prestação adequada dos serviços, com foco em pilares como a redução de intermitências de abastecimento, redução de perdas e melhorias da infraestrutura.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

19. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a COPASA MG e a subsidiária COPANOR informam que a KPMG Auditores Independentes foi contratada em 09 de abril de 2019 e teve o contrato renovado para realização dos serviços de auditoria externas das Demonstrações Financeiras da Controladora e sua subsidiária, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Durante o exercício de 2021, os auditores externos, além dos serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras, prestaram serviço também de auditoria dos indicadores econômico-financeiros consolidados, em atendimento ao estabelecido no Decreto 10.710/21 e à Lei Federal 11.445/2007 (Lei do Saneamento). Os valores pagos pelos serviços prestados em 2021 totalizaram R\$1,53 milhão.

No processo de contratação dos serviços de Auditoria, compete ao Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, bem como supervisionar as atividades e a qualidade dos serviços prestados, avaliando sua independência em relação à Companhia, reportando ao Conselho de Administração.

A COPASA MG respeita os princípios que preservam a independência do auditor externo quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente, visando a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2021



Empresa: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

1 - Base de Cálculo	2021 Valor (mil reais)			2020 Valor (mil reais)		
Receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos (RL)*	5.181.786			5.015.077		
Receita líquida total	5.830.194			5.288.943		
Resultado operacional (RO)	654.449			1.105.275		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.611.084			1.361.447		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	170.608	10,59%	3,29%	174.726	12,83%	3,48%
Encargos sociais compulsórios	308.989	19,18%	5,96%	292.153	21,46%	5,83%
Previdência privada	55.155	3,42%	1,06%	51.918	3,81%	1,04%
Saúde	99.781	6,19%	1,93%	79.651	5,85%	1,59%
Segurança e saúde no trabalho	9.270	0,58%	0,18%	7.139	0,52%	0,14%
Educação	3.115	0,19%	0,06%	2.936	0,22%	0,06%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.593	0,16%	0,05%	1.705	0,13%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	1.288	0,08%	0,02%	1.206	0,09%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	33.295	2,07%	0,64%	52.025	3,82%	1,04%
Outros	11.732	0,73%	0,23%	9.121	0,67%	0,18%
Total - Indicadores sociais internos	695.826	43,19%	13,43%	672.580	49,40%	13,41%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.686	0,41%	0,05%	1.451	0,13%	0,03%
Cultura	4.032	0,62%	0,08%	5.332	0,48%	0,11%
Saúde e saneamento	437.334	66,82%	8,44%	342.552	30,99%	6,83%
Esporte	2.835	0,43%	0,05%	1.220	0,11%	0,02%
Outros	689	0,11%	0,01%	517	0,05%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	447.576	68,39%	8,64%	351.072	31,76%	7,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	650.325	99,37%	12,55%	800.166	72,40%	15,96%
Total - Indicadores sociais externos	1.097.901	167,76%	21,19%	1.151.238	104,16%	22,96%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	263.298	40,23%	5,08%	144.665	13,09%	2,88%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	28.070	4,29%	0,54%	18.784	1,70%	0,37%
Total dos investimentos em meio ambiente	291.368	44,52%	5,62%	163.449	14,79%	3,26%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%					
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2021			2020		
Número de empregados ao final do período	10.692			11.393		
Número de admissões durante o período	39			14		
Número de empregados terceirizados²	1.219			1.148		
Número de estagiários	147			38		
Número de empregados acima de 45 anos	5.959			6.265		
Número de mulheres que trabalham na empresa	951			1.062		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,10%			31,65%		
Número de negros que trabalham na empresa	5.802			6.120		
% de cargos de chefia ocupados por negros (pretos + pardos)	25,52%			26,62%		
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	532			582		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021			Metas 2022		
Número total de acidentes de trabalho	162			111³		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() todos + Cipa	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a Empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na empresa: 1.577.640	no Procon: 822	na Justiça: 2.715	na empresa: 1.093.135	no Procon: 500	na Justiça: 2.000
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 53,92%	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 70%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021: 3.348.704			Em 2020: 3.387.047		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	23,74% governo 8,44% acionistas 7,61% retido	44,05% colaboradores 16,16% terceiros		28,01% governo 6,73% acionistas 17,37% retido	37,09% colaboradores 10,80% terceiros	

7 - Outras Informações

CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento.

Esclarecimentos sobre as informações declaradas: Unidade de Responsabilidade Social, telefone 55 31 3250-2024, e-mail reso@copasa.com.br.

A Copasa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Respeitamos e incluímos as diversidades.

1 - Para o cálculo dos indicadores, está sendo considerado o valor da Receita Líquida proveniente dos serviços prestados pela Copasa.

2 - O número de empregados/as terceirizados/as é estimado considerando a mão de obra alocada nos contratos de serviço, pois a Copasa não contrata terceiros diretamente.

3 - Valor máximo admissível. A empresa tem investido no aprimoramento do tema, especialmente, por meio do Programa Acidente Zero, constituído por um conjunto de projetos e ações voltadas para o desenvolvimento de uma cultura de segurança envolvendo comportamento seguro, disciplina e fiscalização e visando a meta de zero acidentes.

Notas Explicativas

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (EMG). Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A COPASA MG possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”, “Subsidiária”, “Controlada”), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Impactos do COVID-19 nas condições financeiras e patrimoniais da Companhia

A COPASA MG, desde o início da pandemia, vem praticando uma série de ações com base nas recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde com o objetivo de preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, bem como adotando medidas no âmbito comercial e outras ações preventivas para minimizar os impactos da pandemia aos clientes.

As Agências de Atendimento da COPASA MG passaram a adotar o atendimento presencial com agendamento prévio, garantindo maior comodidade e segurança para funcionários e clientes. A empresa ampliou os serviços disponibilizados no site da empresa - Agência Virtual, e aumentou a capacidade de atendimento do Call Center em 25%. No ano de 2021, foram disponibilizados dois novos canais de relacionamento com o cliente, o Chatbot e o Whatsapp, e no Call Center, foi estruturado a automatização de serviços. Tais ações foram determinantes para permitir a continuidade da prestação dos serviços e, além disso, possibilitaram a ampliação da capacidade de atendimento da Empresa, a melhoria da qualidade do relacionamento e a otimização do tempo da jornada do cliente.

Também reforçou os cuidados com os seus empregados, incluindo a ampliação do teletrabalho (home office) mantendo, contudo, um contingente presencial mínimo para a adequada prestação dos serviços à população.

Em relação aos clientes, para aqueles da categoria social, que respondem por cerca de 6% do faturamento da Companhia, as ações de cobrança permanecem suspensas. Além disso, foi ofertada a possibilidade de parcelamento das faturas atrasadas sem entrada e sem cobrança de juros e multas, podendo ser dividido em até 36 meses, medida em vigor até o dia 10 de julho de 2021, retomada entre os dias 26 de novembro a 31 de dezembro de 2021 na Campanha "Dias Azuis".

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2021 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e reconhecimento da receita.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de “Individual” ou “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -

Notas Explicativas

CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, exceto pela não aplicação item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 - “Apresentação das Demonstrações Contábeis” (CPC 26), como explicado a seguir.

A Companhia devido à falta de cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados indicadores não financeiros (Ver Nota Explicativa 16.c), em função das recentes decisões em relação ao Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia (Ver Nota Explicativa 17.a.ii) e em atendimento ao item 74 do CPC 26 deveria reclassificar as suas dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante. No entanto, considerando a obtenção do waver (perdão) junto aos credores (ver Nota Explicativa 36.2) e que essas dívidas da Companhia não se configuram como passivo exigível no curto prazo, a referida reclassificação conforme o item 74 do CPC 26 consistiria em grave distorção do Balanço Patrimonial da Companhia.

O item 19 do referido CPC 26 menciona também que se a Administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações financeiras estabelecido no CPC 00 – “Estrutura Conceitual para relatório financeiro” (CPC 00), a Companhia não deve aplicar esse requisito. A Administração entende que a referida reclassificação seria uma informação enganosa para os usuários das Demonstrações Financeiras, ferindo a finalidade de representação fidedigna dessas demonstrações, conforme previsto no CPC 00, e, desta forma não efetuou a referida reclassificação. Em atendimento ao item 20 do referido CPC 26, a Companhia informa que caso tivesse sido cumprido o requisito do item 74 do CPC 26, efetuando a referida reclassificação, o passivo circulante seria aumentado e o passivo não circulante reduzido em R\$1.933.212.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, Individuais e Consolidadas, em 24 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui três segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária, além do segmento resíduos sólidos, no município de Varginha, iniciado no ano de 2017. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 22.

3.2 Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Notas Explicativas

O controle sobre uma investida pode ser presumido quando a Companhia mantiver vinte por cento ou mais do poder de voto da investida. Nos demais casos, a existência de controle será determinada se houver influência significativa sobre a investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2.1 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativo financeiro

3.4.1.1 Reconhecimento inicial

O contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.4.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(a) Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

(b) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(c) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.4.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Visando aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para o contas a receber de clientes, conforme CPC 48 a Companhia vem realizando estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir do estudo, a perda esperada registrada contabilmente pela Companhia considera a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir das contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia revisitou os critérios da estimativa, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes para determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e análise da dívida de seus clientes, e integrando projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

Adicionalmente, a Companhia refinou, em suas análises, o cálculo do período de tempo adequado para efetuar a baixa contábil definitiva a resultado de seus recebíveis, após exauridos todos os esforços comerciais de cobrança. Este intervalo de tempo, anteriormente calculado em 180 dias após o vencimento, foi revisto, em dezembro de 2020, para 360 dias. Tal revisão levou em conta a análise do comportamento histórico de recuperabilidade e o efeito dos trâmites de cobrança finais realizados pela Companhia e por terceiros, a partir dos quais os esforços de cobrança não mais surtem efeitos significativos, e os valores não recuperados são considerados perdidos.

A Companhia vem analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas no contas a receber de clientes.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja “BBB” - ou superior, conforme padrão divulgado pelas agências de *rating* de crédito *Fitch* e *S&P*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando

Notas Explicativas

ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Aplicação financeira vinculada

Refere-se a recursos financeiros oriundos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como incentivo, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Os recursos são liberados e depositados em conta específica vinculada e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada desde que cumpridas as metas pactuadas. Tendo em vista cumprimento parcial das metas, esses recursos também são mantidos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas. A Companhia não reconhece perda por *impairment*, baseado no fato de que se houver uma obrigação de devolver os recursos há passivo correspondente registrado, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

Ativos financeiros – Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela COPASA MG reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da

Notas Explicativas

infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificada como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

Na eventualidade de ocorrer quebra de acordo contratual (*covenants*) de um empréstimo de longo prazo (indicadores não financeiro, por exemplo) ao término ou antes do término da data do Balanço, a Companhia avalia a necessidade de reclassificação como circulante, considerando a obtenção do direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data. Nesta avaliação considera-se

Notas Explicativas

também, a necessidade de representação fidedigna quanto à essência requerida às Demonstrações Contábeis, bem como a finalidade de proporcionar informação fidedigna da posição patrimonial e financeira da Companhia.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário. São demonstrados ao custo que é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, exceto os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.6 Ativo intangível

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.14.

(b) Direitos de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Notas Explicativas

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.7 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado incluem aqueles que não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia, bem como os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados, uma vez que estes são considerados como ativos da Companhia, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente, a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.8 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em uma UGC, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada.

Notas Explicativas

3.9 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.10 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras - maiores detalhes estão descritos na Nota Explicativa 21. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.11 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que

Notas Explicativas

estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

Notas Explicativas

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.12 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Plano RP1- Benefício Definido (BD), Plano Copasa Saldado (BD) e o Novo Plano Copasa - Contribuição Definida (CD). Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O valor atual dessas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de desconto que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 20.

(b) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia registra provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado.

Notas Explicativas

Em 2008, o Conselho de Administração aprovou o Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da empresa, definindo os procedimentos para operacionalização.

O montante de PL a ser distribuído será aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, é equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, correspondendo, portanto, a 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, sobre o qual serão aplicados parâmetros de desempenho institucional.

Anualmente, a parcela do lucro não distribuída aos empregados será transferida para o exercício seguinte, sendo adicionada na base de cálculo do valor a ser distribuído.

3.13 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda) é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

Notas Explicativas

A Companhia estima que a margem é zero, depois de considerar a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão e de Programa, pelos Municípios.

(c) Ativo de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.15 Receita financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.16 Arrendamentos

A Companhia considera se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

3.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS 37);

Notas Explicativas

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguro e alterações à IFRS 17;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Consolidação - Nota explicativa 3.2: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida e determinação se a Companhia não tem influência significativa sobre a investida;
- (b) Reclassificação - Nota explicativa 3.4.3(b): determinação se a Companhia deve ou não reclassificar um passivo de não circulante para circulante;
- (c) Prazo do arrendamento - Nota explicativa 3.16: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção – Nota explicativa 3.14(b): Estimativa da margem considerando a Resolução nº072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.
- (b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota explicativa 3.14(a): Estimativa baseada na média de consumo.
- (c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota explicativa 3.4.2(a): Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais.
- (d) Benefícios de planos de previdência complementar – Nota explicativa 3.12(a): Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; definição da taxa.
- (e) Impostos – Nota explicativa 3.11: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Notas Explicativas

- (f) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- (g) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais - Nota explicativa 3.9: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (h) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo - Nota explicativa 3.4.1: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais.
- (i) Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão - Nota explicativa 3.4.2: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão e/ou os contratos de programa que são firmados com cada município, e normalmente têm a duração de 30 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

A Companhia e sua subsidiária COPANOR possuíam 640 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 310 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2021 (640 e 310, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, 10 concessões encontravam-se vencidas, representando 1,4% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período. A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG divulgou em 28 de junho de 2021, a Resolução ARSAE-MG nº 154/2021, na qual autorizou a aplicação de novas tarifas, aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados, a partir de 01 de agosto de 2021. O efeito tarifário médio, aplicado sobre as tarifas vigentes é de - 1,52% (um inteiro e cinquenta e dois centésimos por cento negativos), por considerar também compensações relativas ao exercício anterior e outros componentes financeiros.

A ARSAE MG estabeleceu ainda a cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário sem qualquer diferenciação tarifária em razão da existência ou não de tratamento de esgoto coletado para cada usuário.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$733.328 (R\$685.561 em 31 de dezembro de 2020) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão.

Notas Explicativas

Contratos de concessão de serviços públicos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	685.561	648.892	709.052	651.069
Transferência de (para) o intangível	(54.069)	263	(58.986)	21.369
Capitalização	102.298	37.707	102.649	37.915
Baixas	(509)	(858)	(509)	(858)
Outros	47	(443)	47	(443)
Saldo final	733.328	685.561	752.253	709.052

O novo Marco Legal

Após a edição da Lei 14.026 em 15 de julho de 2020 e os consequentes vetos presidenciais – que levam à necessidade de ampla concorrência quando do vencimento dos contratos vigentes – finalmente em 17 de março de 2021 houve a votação final no Congresso, em que tais vetos foram mantidos. Isso levou, portanto, a uma abertura de mercado onde os contratos, à medida que encerrados, passam a ter que ser levados a licitação pelo Poder Concedente, não havendo mais a figura da renovação e/ou atribuição do serviço direta mediante contratos de programa, processo usual até então.

Além da inclusão do fator concorrencial, podemos dizer que outros principais pilares introduzidos pelo Novo Marco Legal foram:

- A instituição de metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033;
- Nacionalização da Regulação – competência para a ANA instituir normas de referência;
- Prestação regionalizada dos serviços.

Deste modo, o início da vigência da Lei 14.026/2020 - acompanhada de seus respectivos decretos, normas e procedimentos - trouxe uma série de obrigações vinculadas ao atendimento da universalização do saneamento, sob índices específicos, com abertura de mercado e data final de 31 de dezembro de 2033 para todas as companhias de saneamento no país e seus respectivos contratos. Os trabalhos de atualização dos contratos para inserção das metas definidas pela Lei 14.026/2020 estão sendo executados, sendo que o prazo final definido pela própria legislação é 31 de março de 2022.

Atendimento ao Decreto 10.710/2021

A COPASA MG, para fazer frente aos estudos e planejamentos necessários ao atendimento das metas e condições impostas pela referida lei, mobilizou esforços e concluiu, em 31 de dezembro de 2021, o atendimento às condições definidas pelo Decreto 10.710/2021, o qual requeria a apresentação de comprovação de capacidade econômico-financeira da Companhia.

A Administração da Companhia afirma que o Marco Legal, embora traga naturalmente tanto oportunidades e desafios em nosso ponto de vista, não constitui fator de impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em caixa e bancos	29.789	26.465	30.056	26.954
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	1.249.680	759.912	1.279.665	778.665
Total	1.279.469	786.377	1.309.721	805.619

Notas Explicativas

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,35% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (104,36% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A variação apresentada no montante disponível deve-se basicamente à entrada de recursos provenientes da 16ª emissão de debêntures ocorrida em setembro de 2021.

O CDI em 31 de dezembro de 2021 era de 9,15% a.a. (1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhada na Nota Explicativa 23.1(d)(ii).

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	759.912	489.831	778.665	492.162
Novas aplicações	5.624.768	3.502.182	5.695.214	3.552.321
Rendimentos	47.839	23.212	49.279	23.572
Resgates	(5.182.839)	(3.255.313)	(5.243.493)	(3.289.390)
Em 31 de dezembro	1.249.680	759.912	1.279.665	778.665

07. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos até 30 dias	213.006	218.124	215.626	220.591
Vencidos de 31 até 60 dias	92.251	98.077	93.549	99.399
Vencidos de 61 até 90 dias	55.783	58.077	56.952	58.910
Vencidos de 91 até 180 dias	97.620	123.590	99.337	125.262
Vencidos de 181 até 360 dias	136.266	60.970	136.315	61.646
Vencidos acima de 360 dias	8.464	21.788	8.469	21.799
Vencidos - total	603.390	580.626	610.248	587.607
A vencer	274.905	250.694	277.820	252.909
Faturados	878.295	831.320	888.068	840.516
A faturar	387.246	399.389	390.626	402.420
Contas a receber de clientes⁽¹⁾	1.265.541	1.230.709	1.278.694	1.242.936
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber de clientes	(239.177)	(195.999)	(241.146)	(197.495)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.026.364	1.034.710	1.037.548	1.045.441
Contas a receber de clientes circulante	989.272	1.034.710	1.000.456	1.045.441
Contas a receber de clientes não circulante	37.092	-	37.092	-

⁽¹⁾ Contempla o contas a receber do acionista Estado de Minas Gerais, conforme detalhamento a seguir.

Detalhamento dos valores das Contas a receber junto ao Estado de Minas Gerais:

Valores	Controladora/Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Faturados	20.232	16.127
A faturar	10.248	8.216
Contas a receber do Estado de Minas Gerais ⁽¹⁾	30.480	24.343

⁽¹⁾ Valores demonstrados também na Nota Explicativa 24 (a) que trata de Partes Relacionadas.

Notas Explicativas

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	195.999	43.720	197.495	43.732
Adição na provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber	221.416	369.880	226.153	374.482
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(178.238)	(217.601)	(182.502)	(220.719)
Saldo final	239.177	195.999	241.146	197.495

A provisão para perdas de crédito esperadas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do período como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A Companhia adota como metodologia de contabilização da Provisão para Perdas de Crédito Esperadas - PCE, a matriz de provisão, contemplando uma avaliação retrospectiva e prospectiva, para verificar a necessidade de provisões adicionais, conforme Nota Explicativa 3.4.2.

Considerando a necessidade de revisão anual da referida matriz, no segundo trimestre de 2021, foi atualizada a base de cálculo de modo a contemplar os três últimos exercícios, ou seja, 2018 a 2020. Tal atualização gerou um aumento no valor das perdas de crédito esperadas e ficará em vigor até o final do primeiro trimestre de 2022.

A Companhia não reconhece provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais (EMG), acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações, pagamentos recebidos, celebração de Acordo para equacionamento de dívida, bem como de Termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio, além do histórico de adimplência observado. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento, fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

08. Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Aplicação Financeira Vinculada

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	65.853	199.974
Aplicação financeira vinculada (ii)	77.228	75.715

(i) Refere-se a depósito de valores monetários em fundos de investimentos, ora sob titularidade dos credores, que a Companhia constitui, no âmbito de seus contratos de financiamentos, empréstimos e debêntures. Também é dado em garantia cessão fiduciária de sua arrecadação que se caracteriza pela transferência aos credores da titularidade de parte de sua arrecadação, conforme tabela inserida na Nota Explicativa 23.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$65.853 está classificado no ativo não circulante (R\$191.642 no ativo não circulante e R\$8.332 no ativo circulante em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Refere-se a recursos financeiros da ANA-Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, os valores são convertidos em cotas e aplicados no “fundo de investimento caixa despoluição de bacias hidrográficas renda fixa longo prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto

Notas Explicativas

de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA MG em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (ver Nota Explicativa 15).

Já foram liberados recursos referente aos contratos dos seguintes municípios: Carmo do Paranaíba, 03 (três) parcelas até o ano de 2020, totalizando R\$931, e Patos de Minas, 01(uma) parcela em maio de 2021, no valor de R\$1.182, com saldos remanescentes desses contratos no valor de R\$2.980 e R\$13.433, respectivamente.

09. Investimentos

Abaixo a tabela com a movimentação dos investimentos na subsidiária:

	Saldos iniciais	Participação no resultado da controlada	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
COPANOR	165.132	(12.691)	49.740	202.181
Outros	260	-	-	260
Total	165.392	(12.691)	49.740	202.441
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020				
COPANOR	133.983	(12.587)	43.736	165.132
Outros	260	-	-	260
Total	134.243	(12.587)	43.736	165.392

(i) A Controladora realizou integralização no valor de R\$49.740, sendo R\$25.945 no 1º trimestre e R\$23.795 no 3º trimestre de 2021 (R\$43.736 em 2020, sendo R\$21.868 no 1º trimestre e R\$21.868 no 3º trimestre), na COPANOR, cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Informações financeiras resumidas

	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido
COPANOR							
2021	100%	46.127	184.968	28.168	746	202.181	(12.691)
2020	100%	32.691	147.284	12.185	533	167.257	(7.387)

10. Ativo de Contrato

A movimentação de 2021 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	163.154	338.838	164.889	89.664	756.545
Adições	363.513	249.519	151.150	30.510	794.692
Baixas	(2.168)	(7.723)	(1.672)	(1.182)	(12.745)
Juros capitalizados	10.690	27.510	5.713	-	43.913
Transferências para o intangível	(30.156)	(90.047)	(27.961)	-	(148.164)
Transferências para o imobilizado	-	-	(9.371)	-	(9.371)
Saldos em 31 dezembro de 2021	505.033	518.097	282.748	118.992	1.424.870
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	169.035	354.638	165.662	97.898	787.233
Adições	374.284	264.680	156.422	34.398	829.784
Baixas	(2.168)	(7.723)	(1.672)	(2.232)	(13.795)
Juros capitalizados	10.690	27.510	5.713	-	43.913
Transferências para o intangível	(30.395)	(90.047)	(28.303)	-	(148.745)
Transferências para o imobilizado	-	-	(9.395)	-	(9.395)
Saldos em 31 dezembro de 2021	521.446	549.058	288.427	130.064	1.488.995

Notas Explicativas

No exercício de 2020, a movimentação foi a seguinte:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	208.013	639.509	193.724	91.676	1.132.922
Adições	155.045	180.738	114.244	5.657	455.684
Baixas	(7.969)	(14.616)	(44.832)	(7.669)	(75.086)
Juros capitalizados	6.092	31.604	598	-	38.294
Transferências para o intangível	(198.027)	(498.397)	(63.777)	-	(760.201)
Transferências para o imobilizado	-	-	(35.068)	-	(35.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	163.154	338.838	164.889	89.664	756.545
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	242.047	677.312	195.222	99.255	1.213.836
Adições	161.901	193.897	114.957	6.352	477.107
Baixas	(8.892)	(15.091)	(46.270)	(7.709)	(77.962)
Juros capitalizados	6.092	31.604	598	-	38.294
Transferências para o intangível	(231.916)	(533.084)	(63.777)	-	(828.777)
Transferências para o imobilizado	(197)	-	(35.068)	-	(35.265)
Saldos em 31 dezembro de 2020	169.035	354.638	165.662	97.898	787.233

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as adições, no montante de R\$794.692 na controladora (R\$455.684 em 31 de dezembro de 2020) e R\$829.784 no consolidado (R\$477.107 em 31 de dezembro de 2020) referem-se, principalmente, a obras de implantação dos sistemas de abastecimento de água cidades de Montes Claros, Paracatu e Patos de Minas, e implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Divino, Divinópolis, Espinosa, Ibirité, Inhapim, Ipatinga, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, Sabará e Ubá.

11. Intangível

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Controladora:						
Em operação						
Sistemas de água	4.052.841	(2.523.726)	1.529.115	4.004.651	(2.378.562)	1.626.089
Esgotamento sanitário	6.178.869	(2.688.220)	3.490.649	6.050.820	(2.404.025)	3.646.795
Sistemas de uso comum	1.028.145	(852.874)	175.271	961.300	(795.710)	165.590
Direitos de uso	610.228	(287.791)	322.437	584.503	(259.620)	324.883
Outros ativos intangíveis	101.996	(26.706)	75.290	130.280	(26.153)	104.127
Total do intangível	11.972.079	(6.379.317)	5.592.762	11.731.554	(5.864.070)	5.867.484
Consolidado:						
Em operação						
Sistemas de água	4.096.321	(2.527.730)	1.568.591	4.044.544	(2.380.506)	1.664.038
Esgotamento sanitário	6.232.932	(2.693.578)	3.539.354	6.099.461	(2.406.807)	3.692.654
Sistemas de uso comum	1.042.101	(857.083)	185.018	970.561	(797.823)	172.738
Direitos de uso	610.377	(287.896)	322.481	584.653	(259.695)	324.958
Outros ativos intangíveis	102.573	(26.750)	75.823	130.700	(26.174)	104.526
Total do intangível	12.084.304	(6.393.037)	5.691.267	11.829.919	(5.871.005)	5.958.914

Notas Explicativas

(b) A movimentação do exercício de 2021 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.626.089	3.646.795	165.590	324.883	104.127	5.867.484
Adições	26.652	49.338	45.353	25.613	1.000	147.956
Baixas	(2.742)	(471)	(117)	-	(15)	(3.345)
Amortização	(181.987)	(309.726)	(57.715)	(28.172)	(8.685)	(586.285)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	34.024	15.873	3.225	40	590	53.752
Transferência entre intangível e imobilizado	(3.732)	(176)	2.394	68	(33.461)	(34.907)
Transferências do ativo de contrato	30.830	89.018	16.578	2	11.736	148.164
Outros	(19)	(2)	(37)	3	(2)	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.529.115	3.490.649	175.271	322.437	75.290	5.592.762
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.664.038	3.692.654	172.738	324.958	104.526	5.958.914
Adições	28.488	50.577	50.115	25.613	1.358	156.151
Baixas	(2.742)	(471)	(147)	-	(15)	(3.375)
Amortização	(184.038)	(312.302)	(59.812)	(28.201)	(8.708)	(593.061)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	35.029	20.056	3.157	40	387	58.669
Transferências entre intangível e imobilizado	(3.544)	(176)	2.394	68	(33.461)	(34.719)
Transferência de ativos de contratos	31.380	89.018	16.609	2	11.736	148.745
Outros	(20)	(2)	(36)	1	-	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.568.591	3.539.354	185.018	322.481	75.823	5.691.267

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no exercício.

A amortização na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$586.285, sendo R\$581.197 como custo dos serviços prestados, R\$540 como despesas com vendas e R\$4.548 como despesas administrativas (R\$478.200 sendo R\$473.377, R\$612 e R\$4.211, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A amortização no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$593.061, sendo R\$587.943 como custo dos serviços prestados, R\$540 como despesas com vendas e R\$4.578 como despesas administrativas (R\$482.427, sendo R\$477.574, R\$612, R\$4.241, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação no exercício de 2020 é a seguinte:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.625.932	3.316.269	135.591	327.499	99.083	5.504.374
Adições	36.064	46.697	33.338	21.740	1.546	139.385
Baixas	(56.095)	(1.176)	(8)	(1)	(153)	(57.433)
Amortização	(141.042)	(255.004)	(51.475)	(25.241)	(5.438)	(478.200)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	(23.262)	26.878	(2.030)	248	(2.097)	(263)
Transferência entre intangível e imobilizado	809	422	461	472	(2.272)	(108)
Transferências do ativo de contrato	183.801	512.804	49.942	166	13.488	760.201
Outros	(118)	(95)	(229)	-	(30)	(472)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.626.089	3.646.795	165.590	324.883	104.127	5.867.484

Notas Explicativas

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Consolidado:						
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.639.414	3.341.495	140.068	327.603	99.320	5.547.900
Adições	38.084	47.410	35.044	21.740	1.774	144.052
Impairment	(1.773)	(3.345)	-	-	-	(5.118)
Baixas	(56.100)	(1.178)	(8)	(1)	(153)	(57.440)
Amortização	(142.297)	(256.709)	(52.694)	(25.271)	(5.456)	(482.427)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	(30.832)	14.206	(2.846)	248	(2.145)	(21.369)
Transferência entre intangível e imobilizado	832	447	413	472	(2.272)	(108)
Transferências do ativo de contrato	215.055	547.078	52.990	166	13.488	828.777
Recuperação de Impairment	1.773	3.345	-	-	-	5.118
Outros	(118)	(95)	(229)	1	(30)	(471)
Saldos em 31 dezembro de 2020	1.664.038	3.692.654	172.738	324.958	104.526	5.958.914

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no exercício e renovação de concessão com o município de Santa Luzia.

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de água	5,14%	4,21%	5,13%	4,21%
Esgotamento sanitário	5,28%	5,31%	5,27%	5,31%
Sistemas de uso comum	19,32%	19,06%	19,23%	19,06%
Direitos de uso	6,36%	5,20%	6,36%	5,20%
Outros ativos intangíveis	3,80%	3,88%	3,80%	3,88%

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de teste de impairment, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2021, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida, custos, despesas e investimentos no prazo das concessões vigentes da COPASA MG, considerando o último ano como 2070. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (*impairment*) de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O EBITDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa atual e volume faturado projetado em função do crescimento de volume e faturamento decorrente das ações e investimentos planejados até 2033 para atingimento das metas de universalização, conforme preconiza o Novo Marco do Saneamento. Com a premissa de considerar cada concessão até o vencimento do seu contrato atual, obteve-se um decréscimo médio de 0,4% ao ano até 2032. Nos demais anos, o crescimento projetado foi apenas em função de crescimento vegetativo e reduções em função do vencimento de cada concessão;
- Custos e despesas: custos com material de tratamento e energia elétrica estimados com variação proporcional às taxas de crescimento de economias atendidas para ampliação da cobertura a partir dos investimentos projetados até 2033 e crescimento vegetativo nos demais anos. Todos os custos foram

Notas Explicativas

considerados proporcionais às economias atendidas projetadas reduzidas no ano de vencimento de cada concessão;

- Preços foram mantidos constantes.

Com essas premissas, o crescimento médio anual do EBITDA até 2032 foi de aproximadamente 1,4% ao ano e considerando todo o período, um decréscimo médio de 4,4% ao ano.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e consequentemente não resultaria em impairment.

12. Imobilizado

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2021				31/12/2020		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Controladora:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	15,74%	594.208	(516.287)	77.921	563.295	(501.079)	62.216
Veículos	23,97%	85.009	(78.933)	6.076	87.008	(77.397)	9.611
Outros	-	31.485	(210)	31.275	31.464	(278)	31.186
		710.702	(595.430)	115.272	681.767	(578.754)	103.013
Terrenos e edificações	4,59%	3.371.917	(2.017.065)	1.354.852	3.331.467	(1.915.501)	1.415.966
Total em operação		4.082.619	(2.612.495)	1.470.124	4.013.234	(2.494.255)	1.518.979
Total do imobilizado		4.082.619	(2.612.495)	1.470.124	4.013.234	(2.494.255)	1.518.979
Consolidado:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	15,65%	598.218	(516.972)	81.246	565.076	(501.388)	63.688
Veículos	23,88%	85.104	(78.943)	6.161	87.022	(77.404)	9.618
Outros	-	31.485	(211)	31.274	31.465	(278)	31.187
		714.807	(596.126)	118.681	683.563	(579.070)	104.493
Terrenos e edificações	4,59%	3.371.917	(2.017.065)	1.354.852	3.331.664	(1.915.505)	1.416.159
Total em operação		4.086.724	(2.613.191)	1.473.533	4.015.227	(2.494.575)	1.520.652
Total do imobilizado		4.086.724	(2.613.191)	1.473.533	4.015.227	(2.494.575)	1.520.652

(b) A movimentação do exercício de 2021 pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 dezembro de 2020	62.216	9.611	31.186	1.415.966	1.518.979
Adições	28.876	21	-	-	28.897
Baixas	(395)	(26)	-	-	(421)
Depreciação	(20.367)	(3.798)	(18)	(97.804)	(121.987)
Transferência do ativo de contratos	6.015	215	107	3.034	9.371
Transferências entre intangível e imobilizado	1.331	44	-	33.532	34.907
Transferências para AF	243	9	-	65	317
Outros	2	-	-	59	61
Saldos em 31 dezembro de 2021	77.921	6.076	31.275	1.354.852	1.470.124
Consolidado:					
Saldos em 31 dezembro de 2020	63.688	9.618	31.187	1.416.159	1.520.652
Adições	31.080	103	-	-	31.183
Baixas	(395)	(26)	-	-	(421)
Depreciação	(20.742)	(3.802)	(18)	(97.809)	(122.371)
Transferência de ativos de contratos	6.038	215	107	3.035	9.395
Transferências entre intangível e imobilizado	1.331	44	-	33.344	34.719
Transferências para AF	243	9	-	65	317
Outros	3	-	(2)	58	59
Saldos em 31 dezembro de 2021	81.246	6.161	31.274	1.354.852	1.473.533

Notas Explicativas

A depreciação da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$121.987, sendo R\$108.783 como custo dos serviços prestados, R\$3.603 como despesas com vendas e R\$9.601 como despesas administrativas (R\$119.312, sendo R\$107.274, R\$3.125 e R\$8.913, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A depreciação do Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$122.371, sendo R\$109.165 como custo dos serviços prestados, R\$3.605 como despesas com vendas e R\$9.601 como despesas administrativas (R\$119.475, sendo R\$107.435, R\$3.127 e R\$8.913, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

No exercício de 2020, a movimentação foi a seguinte:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	62.583	13.326	31.841	1.482.553	1.590.303
Adições	12.556	3	-	-	12.559
Baixas	(5)	(9)	-	-	(14)
Depreciação	(17.441)	(3.758)	-	(98.113)	(119.312)
Transferência do ativo de contratos	4.462	52	4	30.550	35.068
Transferências do intangível	(218)	-	(3)	329	108
Outros	279	(3)	(656)	647	267
Saldos em 31 dezembro de 2020	62.216	9.611	31.186	1.415.966	1.518.979
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	63.191	13.335	31.842	1.482.553	1.590.921
Adições	13.577	3	-	-	13.580
Ajuste <i>Impairment</i>	(82)	-	-	-	(82)
Baixas	(5)	(9)	-	-	(14)
Depreciação	(17.598)	(3.760)	-	(98.117)	(119.475)
Transferência do ativo de contratos	4.462	52	4	30.747	35.265
Transferências do intangível	(218)	-	(3)	329	108
Recuperação de <i>Impairment</i>	82	-	-	-	82
Outros	279	(3)	(656)	647	267
Saldos em 31 dezembro de 2020	63.688	9.618	31.187	1.416.159	1.520.652

13. Direito de Uso de Arrendamento Mercantil

(a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo Não Circulante)

	Móveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	7.801	52.971	944	61.716
Adições	7.567	37.133	373	45.073
Remensurações	(752)	(145)	(8)	(905)
Depreciação	(4.750)	(27.290)	(1.145)	(33.185)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.866	62.669	164	72.699
Consolidado:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	7.804	52.971	944	61.719
Adições	7.602	37.133	373	45.108
Remensurações	(752)	(145)	(8)	(905)
Depreciação	(4.784)	(27.290)	(1.145)	(33.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.870	62.669	164	72.703

Notas Explicativas

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	6.908	50.261	-	57.169
Adições	5.209	40.869	1.979	48.057
Remensurações	(167)	936	-	769
Depreciação	(4.149)	(39.095)	(1.035)	(44.279)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.801	52.971	944	61.716
Consolidado:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	6.910	50.261	-	57.171
Adições	5.245	40.869	1.979	48.093
Remensurações	(167)	936	-	769
Depreciação	(4.184)	(39.095)	(1.035)	(44.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.804	52.971	944	61.719

(b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	8.218	54.928	989	64.135
Adições	7.567	37.133	373	45.073
Remensurações	(752)	(145)	(8)	(905)
Contraprestação	(5.346)	(30.787)	(1.225)	(37.358)
Juros	492	4.160	42	4.694
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.179	65.289	171	75.639
Passivo circulante	4.725	21.412	171	26.308
Passivo não circulante	5.454	43.877	-	49.331
Consolidado:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	8.221	54.928	989	64.138
Adições	7.602	37.133	373	45.108
Remensurações	(752)	(145)	(8)	(905)
Contraprestação	(5.382)	(30.787)	(1.225)	(37.394)
Juros	493	4.160	42	4.695
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.182	65.289	171	75.642
Passivo circulante	4.728	21.412	171	26.311
Passivo não circulante	5.454	43.877	-	49.331

A taxa de desconto utilizada na mensuração do valor presente total dos pagamentos futuros de alugueis para os contratos de arrendamento firmados em 2021 é de 6,7% trimestral (5,5% trimestral em 31 de dezembro de 2020). A taxa média utilizada é de 12,7% a.a. (6,2% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e o prazo médio é de 71 meses (38 meses em 31 de dezembro de 2020).

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	7.204	51.068	-	58.272
Adições	5.210	40.869	2.002	48.081
Remensurações	(167)	936	-	769
Contraprestação principal	(4.029)	(37.945)	(1.013)	(42.987)
Contraprestação juros	(475)	(2.825)	(94)	(3.394)
Juros	475	2.825	94	3.394
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.218	54.928	989	64.135
Passivo circulante	3.960	27.674	989	32.623
Passivo não circulante	4.258	27.254	-	31.512

Notas Explicativas

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Consolidado:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	7.207	51.068	-	58.275
Adições	5.245	40.869	2.002	48.116
Remensurações	(167)	936	-	769
Contraprestação principal	(4.064)	(37.945)	(1.013)	(43.022)
Contraprestação juros	(476)	(2.825)	(94)	(3.395)
Juros	476	2.825	94	3.395
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.221	54.928	989	64.138
Passivo circulante	3.963	27.674	989	32.626
Passivo não circulante	4.258	27.254	-	31.512

(c) Despesas de arrendamento mercantil

Classe de ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021			31/12/2021		
	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total
Máquinas e equipamentos	6.643	-	6.643	6.672	-	6.672
Equipamentos de reprografia e informática	815	-	815	825	-	825
Imóveis	-	197	197	-	245	245
Veículos	-	4.275	4.275	-	4.275	4.275
Total	7.458	4.472	11.930	7.497	4.520	12.017

A Companhia, em plena conformidade com o Pronunciamento CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo referido CPC.

14. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a BRK Ambiental - Manso S.A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação em 21 de dezembro de 2015.

As despesas decorrentes deste contrato referentes à manutenção de sistemas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram R\$86.058 (R\$77.792 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Para atualização do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente a cada mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	306.226	357.419
Atualização	14.981	14.331
Amortização	(54.028)	(56.665)
Juros pagos	(6.194)	(8.859)
Saldo final	260.985	306.226
Passivo circulante	52.331	47.975
Passivo não circulante	208.654	258.251

15. Impostos, taxas, contribuições, obrigações sociais e trabalhistas e obrigações diversas**(a) Ativo circulante:**

Os impostos a recuperar estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPF a compensar	3.759	2.912	3.943	2.972
IRPJ a compensar/saldo negativo	33.536	13.344	33.538	13.409
CSLL a compensar/saldo negativo	5.505	1.971	5.505	1.971
Recuperação de créditos PIS/COFINS	57.206	-	57.302	-
Outros Tributos a Recuperar	562	154	594	157
Total	100.568	18.381	100.882	18.509

Os impostos a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos de PIS/COFINS, na recuperação de créditos tributários e ao saldo negativo de IRPJ/CSLL de 2021, os quais serão compensados em 2022.

(b) Passivo circulante:

Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
INSS	24.236	24.494	24.879	24.865
COFINS	25.241	27.046	26.168	27.090
PIS	5.360	5.850	5.561	5.859
IR	10.454	13.745	10.482	13.758
FGTS	4.680	5.048	4.809	5.150
Outros	5.129	3.497	5.179	3.508
Passivo circulante	75.100	79.680	77.078	80.230

As obrigações diversas são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações diversas				
Depósito para obras (i)	60.814	79.851	60.814	79.851
Salários a pagar (ii)	180.170	73.593	180.655	73.735
PDVI (iii)	86.705	-	86.705	-
Devolução de tarifas – ARSAE (iv)	99.558	-	99.558	-
Outros	63.242	42.900	63.716	43.304
Total	490.489	196.344	491.448	196.890
Passivo circulante	375.390	102.304	376.349	102.850
Passivo não circulante	115.099	94.040	115.099	94.040

Notas Explicativas

- (i) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES (ver Nota Explicativa 8).
- (ii) A variação de salários a pagar apresentada ocorreu devido ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2019/2022, cujas negociações não haviam sido concluídas até o fim do exercício, sendo, na controladora, R\$ 178.835 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 72.671 em 31 de dezembro de 2020) (ver nota Explicativa 36.3).
- (iii) A Companhia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI em junho de 2021, devidamente regulamentado e amplamente divulgado aos seus empregados.

O período de adesão foi de 02 a 31 de agosto de 2021, sendo elegíveis ao Programa, os empregados aposentados pelo INSS por tempo de contribuição, idade ou aposentadoria especial, cuja aposentadoria tenha sido concedida até 13 de novembro de 2019, data anterior ao início de vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019.

O incentivo financeiro oferecido, a título de Prêmio Pecúnia de caráter indenizatório, foi de 0,8 (oito décimos) do somatório do salário nominal acrescido de anuênio(s), multiplicado pelo número de anos completos de trabalho efetivo na Empresa, limitados a 30 anos. O valor do incentivo financeiro não ultrapassará o valor equivalente a 20 vezes o somatório do salário nominal acrescido do anuênio.

Aderiram ao programa 1.098 empregados, com previsão de desligamento de outubro de 2021 a março de 2022. Em setembro de 2021 a Companhia reconheceu contabilmente o valor de R\$ 152.171, a título de indenização pecúnia, sendo que até 31 de dezembro de 2021, foram baixados R\$ 65.466 referentes a 492 empregados que se desligaram pelo PDVI. O saldo remanescente reconhecido no passivo circulante, para indenização ao PDVI, é de R\$86.705.

- (iv) Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE MG, determinou a devolução de valores aos clientes por intermédio dos seguintes processos administrativos:

- Processo 005/2019

Em setembro de 2019, a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo nº 005/2019 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente no Município de Belo Horizonte, referentes a Esgoto Dinâmico com Coleta e Tratamento – EDT. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém sem êxito. Em julho de 2021, foi emitida a Decisão ARSAE 066/21, determinando a devolução dos valores aos clientes, conforme Fato Relevante divulgado em 26 de julho de 2021.

Em agosto de 2021, a Administração da Companhia autorizou o início das devoluções, de forma simples e corrigida, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 8 de setembro de 2021. Após a identificação dos usuários com direito à devolução, a Companhia apurou que o valor total das devoluções é de R\$125.817. As devoluções foram iniciadas em setembro de 2021.

- Processo 028/2021

Em 2021 a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo 028/21, para apurar possíveis ajustes quanto à sistemática adotada pela COPASA para cálculo de valor faturado, em mês posterior ao faturamento pela média, no período de janeiro a julho de 2020. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém sem êxito. A ARSAE MG deliberou pela devolução de valores aos clientes. A Administração da Companhia autorizou a devolução dos valores apontados, de forma simples e corrigida, no valor total de R\$12.028, cuja devolução iniciou em outubro de 2021.

A Companhia identificou todos os clientes afetados aos processos mencionados e registrou o valor exato a ser devolvido a cada um, por intermédio de crédito (desconto) nas faturas, sendo que até

Notas Explicativas

dezembro de 2021, as devoluções foram de R\$38.287. A movimentação dos valores envolvidos nos processos foram como segue:

Controladora / Consolidado					
Processos	Valor a devolver	Devoluções realizadas até 31/12/2021			Saldo a devolver
		Inicial	Valor Principal	Juros e correções	
005/2019	125.817		19.804	11.940	31.744
028/2021	12.028		4.082	2.461	6.543
					99.558
Passivo circulante					71.442
Passivo não circulante					28.116

O valor inicial a devolver de R\$137.845 foi reconhecido no resultado, sendo que R\$89.472 a título de principal foi registrado em “Outras Despesas Operacionais” e R\$48.373 de juros e correção monetária registrado em “Despesas Financeiras”.

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$3.985.344 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.781.141 em 31 de dezembro de 2020), têm vencimento até 2042 e cupons médios de 8,0% ao ano para a Controladora e o Consolidado (5,2% a.a. em 31 de dezembro de 2020 para a Controladora e o Consolidado).

Controladora / Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Caixa Econômica Federal	38.120	34.500
BNDES – Finem	69.601	81.525
Finame	12.500	13.774
Banco do Brasil ⁽ⁱ⁾	-	1.303
KfW	70.346	71.006
Banco Europeu de Investimento - BEI ⁽ⁱⁱ⁾	(252)	(257)
Empréstimos bancários e financiamentos	190.315	201.851
Debêntures simples	609.822	393.905
Debêntures	609.822	393.905
Total circulante	800.137	595.756
Não circulante		
Caixa Econômica Federal	648.923	636.575
BNDES - Finem	57.393	146.612
Finame	7.496	19.960
Banco do Brasil ⁽ⁱ⁾	-	130.265
KfW	103.809	141.742
Banco Europeu de Investimento - BEI ⁽ⁱⁱ⁾	60.458	(3.008)
Empréstimos bancários e financiamentos	878.079	1.072.146
Debêntures simples	2.307.128	2.113.239
Debêntures	2.307.128	2.113.239
Total não circulante	3.185.207	3.185.385
Total circulante e não circulante	3.985.344	3.781.141

⁽ⁱ⁾ Dívida originalmente contraída de instituições financeiras externas. Foi inserida em acordo entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 98 de 29 de dezembro de 1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos. Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional.

⁽ⁱⁱ⁾ Inclui custo de captação de empréstimos disponibilizado à COPASA MG.

Notas Explicativas**(a) Empréstimos e financiamentos**

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.273.997	1.281.386
Ingressos de empréstimos e financiamentos	145.164	34.283
Juros capitalizados	-	7.769
Encargos provisionados	71.470	73.885
Variação monetária e cambial	3.837	108.356
Amortização de encargos	(73.001)	(73.884)
Amortização de principal	(353.330)	(154.532)
Custo de captação	-	(3.516)
Amortização do custo de captação	257	250
Saldo final	1.068.394	1.273.997
Passivo circulante	190.315	201.851
Passivo não circulante	878.079	1.072.146

Os montantes registrados no passivo não circulante referente a empréstimos bancários e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	199.515
2023	154.247	159.808
2024	96.534	186.527
2025	55.789	48.242
2026 até 2042	574.261	481.062
Custo de captação	(2.752)	(3.008)
Total	878.079	1.072.146

Em 31 de dezembro de 2021, os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$234.361 em euros, excluídos os custos de captação (R\$341.051 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$131.568 em dólares e R\$209.483 em euros).

	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Controladora / Consolidado		Valor contábil 31/12/2021	Valor contábil 31/12/2020
			Atualização Monetária	Ano de vencimento		
Em moeda Nacional:						
Caixa Econômica Federal	BRL	7,69%	TR	16/08/2042	687.043	671.075
BNDES - BNE	BRL	6,85%	TJLP	15/05/2025	126.994	228.137
Finame	BRL	4,21%	-	15/01/2025	19.996	33.734
					834.033	932.946
Em moeda Estrangeira:						
Banco do Brasil	USD	-	-	-	-	131.568
KfW	EURO	2,07%	EURO	15/05/2034	174.155	212.748
BEI	EURO	0,03%	-	20/09/2033	63.214	-
					237.369	344.316
Custo de captação					(3.008)	(3.265)
					234.361	341.051
Empréstimos e financiamentos					1.068.394	1.273.997

Notas Explicativas

(b) Debêntures

A composição das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado				Valor contábil 31/12/2021	Valor contábil 31/12/2020
	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Atualização monetária	Ano de vencimento		
Subscrição 4ª emissão						
1ª	URTJLP	6,87%	TJLP	15/07/2022	15.497	54.065
2ª	IPCA	9,05%	IPCA	15/08/2022	54.147	147.224
3ª	URTJLP	6,87%	TJLP	15/07/2022	20.519	71.582
Total 4ª emissão					90.163	272.871
Subscrição 5ª emissão						
Série única	BRL	9,00%	TR	01/09/2031	171.559	188.999
Total 5ª emissão					171.559	188.999
Subscrição 7ª emissão						
2ª	IPCA	7,39%	IPCA	15/01/2024	-	35.736
Total 7ª emissão					-	35.736
Subscrição 8ª emissão						
1ª	URTJLP	7,19%	TJLP	15/06/2028	53.125	65.275
2ª	BRL	8,18%	IPCA	15/06/2028	30.154	33.409
Total 8ª emissão					83.279	98.684
Subscrição 11ª emissão						
1ª	URTJLP	7,94%	TJLP	15/01/2031	110.517	128.628
2ª	IPCA	8,85%	IPCA	15/01/2031	59.714	62.667
Total 11ª emissão					170.231	191.295
Subscrição 12ª emissão						
1ª	IPCA	5,06%	IPCA	15/01/2024	196.961	213.433
2ª	IPCA	5,27%	IPCA	15/01/2026	101.775	91.906
Total 12ª emissão					298.736	305.339
Subscrição 13ª emissão						
1ª	BRL	9,78%	DI	15/07/2021	-	93.485
2ª	BRL	10,07%	DI	15/07/2023	557.276	545.309
3ª	IPCA	6,50%	IPCA	15/07/2025	83.487	75.391
Total 13ª emissão					640.763	714.185
Subscrição 14ª emissão						
1ª	BRL	9,71%	DI	15/06/2024	47.330	56.549
2ª	IPCA	4,30%	IPCA	15/06/2026	166.386	150.226
Total 14ª emissão					213.716	206.775
Subscrição 15ª emissão						
Série única	BRL	11,06%	DI	16/12/2025	502.295	500.575
Total 15ª emissão					502.295	500.575
Subscrição 16ª emissão						
1ª	IPCA	5,23%	IPCA	15/09/2031	253.977	-
2ª	BRL	10,57%	DI	15/09/2026	508.621	-
Total 16ª emissão					762.598	-
Total de debêntures					2.933.340	2.514.459
Custo de captação					(16.390)	(7.315)
Total					2.916.950	2.507.144

As debêntures indexadas à TJLP possuem *spread* acrescido da TJLP propriamente dita. Além disso, há correção monetária quando o índice supera 6% a.a.

A Companhia contratou, em setembro de 2021, operação de crédito de longo prazo, por meio da 16ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sob regime de garantia firme com base na Instrução CVM nº 476/2009, no montante de R\$750.000.

A previsão é a de que esses recursos sejam destinados aos projetos enquadrados como prioritários para fins de emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de

Notas Explicativas

junho de 2011, e do Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, conforme as portarias do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) nº 581 e 582, de 30 de março de 2021, bem como para a execução de parte do programa de investimentos da Companhia.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.507.144	2.028.851
Ingressos de debêntures	750.000	530.489
Juros capitalizados	-	25.707
Encargos provisionados	148.461	80.219
Variação monetária	81.314	32.924
Amortização de encargos	(134.631)	(93.828)
Amortização de principal	(426.264)	(97.218)
Custo de captação	(11.659)	(1.764)
Amortização do custo de captação	2.585	1.764
Saldo final	2.916.950	2.507.144
Passivo circulante	609.822	393.905
Passivo não circulante	2.307.128	2.113.239

A Companhia mantém cauções em valores monetários, conforme citado na Nota Explicativa 08, além de garantia de cessão fiduciária de sua arrecadação, conforme Nota Explicativa 23.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	593.612
2023	739.763	645.949
2024	531.327	332.032
2025	483.206	287.646
2026 até 2042	565.253	259.261
Custo de captação	(12.421)	(5.261)
Total	2.307.128	2.113.239

(c) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants* e garantias

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Para todos os casos em que havia a possibilidade dos limites estabelecidos não serem atendidos, a Companhia obteve dos credores a necessária autorização para dispensa de cumprimento das cláusulas restritivas previstas nos instrumentos contratuais com os debenturistas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme detalhado no inciso abaixo:

***Covenants* não financeiros das 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões de debêntures (públicas):**

As debêntures da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª emissões preveem que constitui um Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$50 milhões (*covenants* não financeiros). Tal

Notas Explicativas

disposição pode ser verificada no texto extraído, exemplificativamente, do item IX, cláusula 7.26.2, da escritura da 12ª emissão, a seguir transcrito:

“7.26.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.26.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento: (...)

IX. decisão em segundo grau de processos ou procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais, de qualquer natureza, em face da Companhia e/ou qualquer de suas Controladas ou Coligadas (a) cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda; (...);”

No caso das debêntures da 16ª emissão constitui o Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$75 milhões (*covenants* não financeiros).

Conforme noticiado em Fato Relevante datado de 27 de dezembro de 2021, em função das recentes decisões em relação ao Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, referente à rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos, a COPASA MG entendeu por rever o valor do provisionamento, tendo aumentado a provisão para esse processo em cerca de R\$217.356 em 31 de dezembro de 2021 (ver Nota Explicativa 17.a.ii).

Para obtenção da renúncia dos credores aos respectivos direitos contratuais, em dezembro de 2021 foi iniciado o processo de pedido de waiver junto aos agentes financeiros, apresentando propostas de equacionamento, de modo que a Companhia pudesse seguir implementando seu plano de investimentos, o desenvolvimento empresarial e operacional, bem como o pleno cumprimento dos compromissos dos próximos anos.

Desta forma, a Companhia, em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas nos dias 10 de março de 2022 para as 13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões e em 21 de março de 2022 para a 12ª emissão, obteve a dispensa do cumprimento do inadimplemento contratual (*waiver*), assumindo o pagamento de prêmio (*waiver fee*) aos debenturistas de 0,10% ao ano, sobre o saldo devedor, calculado na data de pagamento. Considerando as ações tomadas pela Companhia, que resultaram na efetiva obtenção dos *waivers*, as dívidas não são exigíveis no curto prazo, assim as referidas dívidas permanecem classificadas no passivo não circulante (ver Nota Explicativa 2).

Além das garantias financeiras prestadas aos credores, no âmbito de suas dívidas constituídas e do descrito acima, a Companhia vem cumprindo obrigações não financeiras específicas e particulares para cada um dos contratos.

17. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Controladora:						
Cíveis	96.435	(5.710)	90.725	79.938	(1.251)	78.687
Trabalhistas	304.087	(14.045)	290.042	68.752	(5.892)	62.860
Tributárias	1.736	(5.140)	(3.404)	1.734	(9.574)	(7.840)
Ambientais	-	-	-	295	-	295
Total	402.258	(24.895)	377.363	150.719	(16.717)	134.002

Notas Explicativas

	31/12/2021			31/12/2020		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Consolidado:						
Cíveis	97.164	(5.710)	91.454	80.437	(1.251)	79.186
Trabalhistas	304.152	(14.081)	290.071	68.815	(5.922)	62.893
Tributárias	1.736	(5.140)	(3.404)	1.734	(9.574)	(7.840)
Ambientais	-	-	-	295	-	295
Total	403.052	(24.931)	378.121	151.281	(16.747)	134.534

A movimentação do exercício de 2021 está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020, antes da compensação de depósitos judiciais	150.719	151.281
Adições	265.535	266.028
Atualizações	13.600	13.680
Reversões	(14.532)	(14.862)
Baixas	(13.064)	(13.075)
Total provisões	402.258	403.052
Compensação de depósitos judiciais	(24.895)	(24.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	377.363	378.121

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais contra a Companhia e conforme análise feita pela área jurídica, com base em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário e validação no âmbito do Fórum de Contingências da COPASA MG. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$265.535, referentes a constituição de provisão para as ações cíveis e trabalhistas, com destaque para aumento de R\$245.501 nas provisões trabalhistas, em especial R\$217.356 referentes ao processo 0102100-74.2008.5.03.0024 detalhado no item (ii) Provisões trabalhistas abaixo.
2. Reversões no valor de R\$14.532, sendo a reversão de R\$6.027 de processos trabalhistas, R\$8.210 de processos cíveis e R\$295 de processo tributário.
3. Baixas no valor de R\$13.064 pulverizadas em ações trabalhistas e cíveis.

No exercício de 2020, a movimentação foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019, antes da compensação de depósitos judiciais	213.576	214.125
Adições	30.414	30.547
Atualizações	9.757	9.788
Reversões	(68.472)	(68.513)
Baixas	(34.556)	(34.666)
Total provisões	150.719	151.281
Compensação de depósitos judiciais	(16.717)	(16.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	134.002	134.534

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

Notas Explicativas

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

1. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública que teve sua decisão desfavorável à Companhia, no sentido de declarar a nulidade do aumento da tarifa de coleta de esgoto realizada pela COPASA MG, a partir de setembro de 2012, e determinando à Companhia, a restituir para todos os consumidores do Município de Pará de Minas, de forma simples, a quantia recebida indevidamente, proveniente desse aumento, no prazo de 90 dias contados do trânsito em julgado. Os valores já estão sendo restituídos aos consumidores do Município. O valor em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.573 (R\$8.074 em 31 de dezembro de 2020).

2. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo a COPASA MG condenada a pagar a referida indenização. Atualmente, o processo encontra-se em cumprimento de sentença, com recurso da COPASA MG interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$10.923 (R\$9.845 em 31 de dezembro de 2020).

3. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a devolução simples aos usuários, dos valores relativos ao reajuste de março de 2003 sob o fundamento de que os referidos valores foram cobrados no mesmo mês em que o reajuste foi autorizado quando deveriam ter sido aplicados 30 dias decorridos do prazo autorizado. A ação teve decisão desfavorável para a COPASA MG e encontra-se em fase de liquidação de sentença, aguardando realização de perícia judicial. A Companhia efetuou provisionamento com vistas à proposição de acordo judicial objetivando a finalização da ação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$18.883 (R\$17.018 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável.

Existe uma ação trabalhista coletiva, movida em 2008, processo 0102100-74.2008.5.03.0024, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa à ação civil pública, na qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos.

Nesse processo, a COPASA MG obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância. Em 24 de fevereiro de 2017, foi prolatado acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, que negou provimento ao Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, interposto pela COPASA MG.

Em 18 de junho de 2019, a Companhia apresentou Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal - STF (Processo nº 35.342), sendo emitida decisão favorável à COPASA MG, em 21 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2021, o STF reviu sua decisão, no que o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais – TRT-MG, pela procedência da ação, voltaria a prevalecer. A Companhia interpôs Agravo Regimental na Reclamação, mas que foi rejeitado, com decisão publicada em 01 de dezembro de 2021.

Em 07 de dezembro de 2021, a Companhia interpôs Embargos de Declaração sobre a decisão, por entendê-la omissa. Considerando as recentes decisões judiciais, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento, ainda que não haja o valor da condenação na referida ação. Para tanto, realizou cálculos preliminares, efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a

Notas Explicativas

condução do processo, e em atenção às melhores práticas contábeis, aumentou a provisão para esse processo em R\$217.356, sendo o valor principal de R\$110.324 registrado em “outras despesas operacionais” e de juros de mora e de atualização monetária no valor total de R\$107.032 registrados em “despesas financeiras”. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$252.169 (R\$33.464 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Demandas judiciais não provisionadas

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cível (i)	379.276	348.523	386.444	356.691
Trabalhista (ii)	54.255	50.124	54.503	50.267
Tributária	13.612	71.239	13.611	72.304
Ambiental	1.029	-	1.029	-
Total	448.172	469.886	455.587	479.262

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e sua Controlada são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de sua Controlada.

As ações individuais mais relevantes, estão descritas abaixo:

1. Ação de Indenização ajuizada por Mecanorte Construções e Empreendimentos Ltda. em 2021, na qual alega desequilíbrio econômico-financeiro em contratos de empreitada firmados com a COPASA MG, que tinham por objeto a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário de Teófilo Otoni. A ação foi precedida de perícia técnica que apurou o valor atribuído à causa. Contudo, tendo a COPASA MG apontado diversos erros técnicos no laudo que lastreou a ação, o juiz já acatou o pedido de nova perícia. O processo aguarda a nomeação do perito judicial. O valor da ação em 31 de dezembro de 2021 é de R\$43.847 e o prognóstico de perda atual é “possível”.
2. Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Coronel Fabriciano, em 2020, sob o argumento de que não estaria havendo o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela Companhia, pois não haveria o tratamento da integralidade do esgoto produzido na sede municipal. Além disso, o não tratamento do esgoto sanitário teria causado dano ambiental. Em razão desses fatos, o Município pretende a condenação da COPASA a não cobrar tarifa de esgoto ou a cobrá-la em valor proporcionalmente reduzido até que a integralidade do esgoto seja tratado; a pagar multa a título indenizatório ao Município de Coronel Fabriciano pelo suposto descumprimento de cláusulas do Contrato de Concessão; a devolver os valores cobrados a título de tarifa de esgoto aos usuários; a implantar a totalidade do tratamento de esgoto no

Notas Explicativas

Município; a pagar indenização por dano moral coletivo. A tutela antecipada foi indeferida em razão da ausência de urgência na apreciação dos pedidos e na incidência da jurisprudência dominante acerca da possibilidade de cobrança da tarifa de esgotamento sanitário pelos serviços prestados. Em sede de defesa, a COPASA MG apresentou Contestação, aduzindo, dentro outros argumentos, que não houve descumprimento contratual, pois, o serviço de esgotamento sanitário atende a mais de 108 mil habitantes já estão em execução as obras de interligação ao Sistema Integrado com o Município de Timóteo, sendo que metade da população já é atendida por esse Sistema. O valor da ação em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.766 (R\$5.196 em 31 de dezembro de 2021).

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 32 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Andradas, Araçuaí, Barbacena, Betim, Bom Despacho, Campina Verde, Carmo, Cataguases, Congonhas, Curvelo, Delfinópolis, Divinópolis, Extrema, Ferros, Fronteira, Guaxupé, Guidoal, João Pinheiro, Lagoa Santa, Mirabela, Mirai, Montes Claros, Nova Serrana, Paracatu, Patos de Minas, Pirapetinga, Ribeirão das Neves, Sabará, São Sebastião do Paraíso, Três Marias, Vazante e Visconde do Rio Branco. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(ii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e, periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual.

Notas Explicativas**18. Imposto de Renda e Contribuição Social**

(a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	654.449	1.105.275	654.449	1.105.275
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(222.513)	(375.794)	(222.513)	(375.794)
IRPJ e CSLL sobre:				
Equivalência patrimonial	(4.315)	(4.279)	-	-
Doações e subvenções	402	108	402	108
Outras (adições) /exclusões	8.898	(1.502)	4.583	(5.781)
Outros itens de reconciliação:				
Juros sobre o capital próprio	76.602	77.529	76.602	77.529
Incentivos fiscais	24.064	15.140	24.064	15.140
IRPJ e CSLL	(116.862)	(288.798)	(116.862)	(288.798)
Alíquota efetiva	17,86%	26,13%	17,86%	26,13%
IRPJ e CSLL correntes	(257.505)	(349.635)	(257.505)	(349.635)
IRPJ e CSLL diferidos	140.643	60.837	140.643	60.837
IRPJ e CSLL	(116.862)	(288.798)	(116.862)	(288.798)

O IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado de R\$140.643 (R\$60.837 em 2020) são compostos pelo valor líquido das diferenças temporárias movimentadas no exercício de R\$140.599 (R\$60.732 em 2020) acrescentado pelo IRPJ e CSLL diferidos da amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97, constante no resultado abrangente R\$44 (R\$104 em 2020).

No ano calendário de 2021, a Companhia reconheceu, de acordo com o Laudo Constitutivo n° 227/2021 expedido pela SUDENE, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda no valor de R\$11.657. (Ver Nota Explicativa 21)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (ver Nota Explicativa 3.11 (a)).

As bases de imposto de renda e contribuição social diferidos são as seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Saldos iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
No ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.640	-	14.680	81.320
Provisão para demandas judiciais	50.925	-	85.842	136.767
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	67.256	(42.106)	-	25.150
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	45.670	-	(2.727)	42.943

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado			
	Saldos iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	144.947	-	42.426	187.373
Variação cambial sobre empréstimos	26.741	-	(11.387)	15.354
Outras provisões temporárias diversas	45.718	-	43.800	89.518
Total do ativo	447.897	(42.106)	172.634	578.425
No passivo				
Variação cambial sobre empréstimos	3.982	-	(3.982)	-
Margem da receita de construção diferida	31.376	-	(1.793)	29.583
Capitalização do ativo financeiro descontado	92.022	-	34.812	126.834
Custo de captação pela emissão de debêntures	2.488	-	3.085	5.573
Custo de captação de empréstimos	1.110	-	(87)	1.023
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	23.570	(17.197)	-	6.373
Total do passivo	154.548	(17.197)	32.035	169.386
Total líquido	293.349	(24.909)	140.599	409.039
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020				
No ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.864	-	51.776	66.640
Provisão para demandas judiciais	72.297	-	(21.372)	50.925
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	38.131	29.125	-	67.256
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	48.397	-	(2.727)	45.670
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	126.670	-	18.277	144.947
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH	1.156	-	(1.156)	-
Variação cambial sobre empréstimos	10.988	-	15.753	26.741
Outras provisões temporárias diversas	34.346	-	11.372	45.718
Total do ativo	346.849	29.125	71.923	447.897
No passivo				
Variação cambial sobre empréstimos	4.945	-	(963)	3.982
Margem da receita de construção diferida	33.153	-	(1.777)	31.376
Capitalização do ativo financeiro descontado	79.201	-	12.821	92.022
Custo de captação pela emissão de debêntures	2.488	-	-	2.488
Custo de captação de empréstimos	-	-	1.110	1.110
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	23.154	416	-	23.570
Total do passivo	142.941	416	11.191	154.548
Total líquido	203.908	28.709	60.732	293.349

Em atendimento à Deliberação CVM nº 599, de 15/09/2009 e Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a recuperação de créditos tributários contidos no ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2021. O saldo do ativo diferido registrado na contabilidade é R\$578.425, desse total são descontados os valores reconhecidos no patrimônio líquido, que representam R\$25.150, totalizando o crédito fiscal a recuperar no montante de R\$553.275, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora / Consolidado
Total do ativo diferido	578.425
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultado abrangente	(25.150)
Total do ativo fiscal diferido a recuperar	553.275

Notas Explicativas

Assim, as projeções de resultados demonstram que a empresa deverá obter lucros suficientes para recuperar os tributos pagos conforme a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, a seguir:

Expectativa de realização do ativo fiscal diferido em	Controladora / Consolidado
2022	97.282
2023	114.016
2024	32.058
2025	32.058
2026	32.058
2027	4.700
2028	4.534
2029	4.534
2030	4.534
2031	4.534
Após 2031	222.967
Total	553.275

19. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	38.271	16.152	38.289	16.170
Ativo não circulante	5.165	26.188	5.165	26.188
	43.436	42.340	43.454	42.358

	Controladora			Consolidado		
	A receber	Adiantamento	Líquido	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de dezembro de 2021						
Recursos estaduais	4.154	(3.905)	249	562.918	(562.651)	267
Recursos federais	170.527	(127.340)	43.187	170.527	(127.340)	43.187
Total	174.681	(131.245)	43.436	733.445	(689.991)	43.454
31 de dezembro de 2020						
Recursos estaduais	4.147	(3.904)	243	562.910	(562.649)	261
Recursos federais	163.346	(121.249)	42.097	163.346	(121.249)	42.097
Total	167.493	(125.153)	42.340	726.256	(683.898)	42.358

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	1.214	3.547
Passivo não circulante	1.977	-
	3.191	3.547

	Controladora / Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
31 de dezembro de 2021			
Recursos estaduais	521	-	521
Recursos federais	42.333	(39.663)	2.670
Total	42.854	(39.663)	3.191
31 de dezembro de 2020			
Recursos estaduais	505	-	505
Recursos federais	43.006	(39.964)	3.042
Total	43.511	(39.964)	3.547

Notas Explicativas

20. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações de curto prazo ⁽¹⁾	-	4.669
Obrigações de longo prazo	112.764	223.892
	112.764	228.561
Contribuições normais	16.614	17.329
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	129.378	245.890

Passivo circulante	16.614	21.998
Passivo não circulante	112.764	223.892

⁽¹⁾ Refere-se à contribuição extraordinária assumida pela Companhia, quando da instituição da paridade contributiva, quitada em 2021.

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

	31/12/2021	31/12/2020
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	(95)	725
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	15.585	9.830
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	13	-
	15.503	10.555
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	(81.735)	(56.536)
(Ganhos) perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	48.820	130.555

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são:

31 de dezembro de 2021	Perda Bruta	Imposto	Perda Líquida
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	744	253	491
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	(125.505)	(42.672)	(82.833)
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	920	313	607
	(123.841)	(42.106)	(81.735)
31 de dezembro de 2020			
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	274	93	181
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	84.560	28.751	55.809
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	827	281	546
	85.661	29.125	56.536

	31/12/2021	31/12/2020
	Perda Bruta	Perda Bruta
Perdas (ganhos) atuariais ⁽¹⁾	(235.538)	18.334
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	100.075	61.347
Mudança no efeito do teto de ativo	(8.660)	1.610
Mudança no efeito da restrição da obrigação atuarial	20.282	4.370
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(123.841)	85.661

⁽¹⁾ O aumento no ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2021 em comparação a 2020 (vide premissas atuariais abaixo.).

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Notas Explicativas

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano COPASA Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o Novo Plano COPASA-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2021, o Plano RP1 possui 89 participantes ativos, 12 remidos e 159 assistidos; o Plano COPASA Saldado 1.065 participantes ativos, 5 remidos e 1.902 assistidos; e o Novo Plano COPASA 10.106 participantes ativos e 589 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano COPASA Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo Novo Plano COPASA-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, com base nas normas legais vigentes.

a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações financiadas	(1.292.965)	(1.503.950)
Valor justo dos ativos do plano	1.235.203	1.316.486
Efeito do teto do ativo	(55.002)	(36.416)
Restrição do déficit contratado	-	(4.681)
Passivo líquido do plano	(112.764)	(228.561)

A movimentação do valor presente das obrigações financiadas é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	1.503.950	1.457.242
Custo do serviço corrente	113	365
Custo financeiro	102.589	99.180
Contribuições dos participantes do plano	1.205	1.165
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	(235.538)	18.334
Benefícios pagos pelo plano	(80.528)	(73.470)
Contribuições extraordinárias ativos	264	255
Contribuições extraordinárias assistidos	910	879
Valor presente das obrigações financiadas em 31 de dezembro	1.292.965	1.503.950

⁽¹⁾ O aumento no ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2021 em comparação a 2020 (vide premissas atuariais abaixo)

Notas Explicativas

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em 1º de janeiro	1.316.486	1.328.678
Retorno real sobre os ativos do plano	(10.594)	29.755
Contribuições do empregador	6.263	28.158
Contribuições dos empregados	1.205	1.165
Benefícios pagos	(80.528)	(73.470)
Contribuições extraordinárias ativos	264	255
Contribuições extraordinárias assistidos	910	879
Contribuições extraordinárias patrocinadora	1.197	1.066
Valor justo em 31 de dezembro	1.235.203	1.316.486

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo dos serviços correntes	113	365
Custo financeiro	102.589	99.180
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(89.481)	(91.102)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.282	2.112
	<u>15.503</u>	<u>10.555</u>

b) Valores segregados por Plano de benefício:

1) Plano de benefícios RP1-BD

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valor presente das obrigações financiadas	(57.120)	(67.483)
Valor justo dos ativos do plano	70.149	68.031
Efeito do teto do ativo	(13.029)	(548)
Restrição do déficit contratado	-	(4.681)
Passivo líquido do plano	-	(4.681)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em 1º de janeiro	67.483	72.830
Custo do serviço corrente	100	311
Custo financeiro	4.856	5.090
Contribuições dos participantes do plano	356	344
Remensurações atuariais	(12.144)	(7.861)
Benefícios pagos pelo plano	(3.531)	(3.231)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	57.120	67.483

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em 1º de janeiro	68.031	63.763
Retorno real sobre os ativos do plano	(36)	1.459
Contribuições do empregador	5.329	5.696
Contribuições dos empregados	356	344
Benefícios pagos	(3.531)	(3.231)
Valor justo em 31 de dezembro	70.149	68.031

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$369.

Notas Explicativas

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos serviços correntes	100	311
Custo financeiro	4.856	5.090
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(5.091)	(4.676)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	40	-
Provisão para plano de benefícios	(95)	725

As receitas líquidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$95 (R\$725 de despesas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), foram reconhecidas no resultado, sendo R\$322 devedor em "despesas financeiras" e R\$417 credor em "outras despesas operacionais" (R\$712 em "outras despesas financeiras" e R\$13 em "outras despesas operacionais" em 31 de dezembro de 2020).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi negativo de R\$36 (R\$1.459 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa anual de desconto	9,15% a.a.	7,38% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,15% a.a.	7,38% a.a.
Aumento anual de salário	1,60% a.a.	5,11% a.a.
Taxa de inflação projetada	3,83% a.a.	3,45% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic M&F	AT 2000 Basic M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 2006	MI 2006
Rotatividade	0,00%a.a.	0,00%a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2021.

Categorias dos ativos do Plano RP1-BD

	31/12/2021	31/12/2020
Disponível	0,01%	-
Realizável (previdencial e administrativo)	0,81%	3,11%
Títulos públicos	57,23%	37,97%
Renda fixa	35,05%	53,28%
Ações	3,07%	3,18%
Empresas emergentes	0,16%	0,04%
Fundos de participações	0,15%	1,01%
Investimentos imobiliários	0,32%	0,33%
Empréstimos e financiamentos	0,32%	0,35%
Outros - depósitos judiciais	0,01%	0,01%
Fundo investimentos no exterior	1,35%	-
Multimercado	1,52%	0,72%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de mortalidade

	AT-2000 Basic M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(57.120)	(56.086)	(58.132)
Ativo justo	70.149	70.149	70.149
Superávit (déficit)	13.029	14.063	12.017
Variações	-	7,93%	-7,77%

Crescimento salarial

	1,60%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(57.120)	(57.337)	(56.908)
Ativo justo	70.149	70.149	70.149
Superávit (déficit)	13.029	12.812	13.241
Variações	-	-1,67%	1,62%

Taxas de juros real

	5,12%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(57.120)	(55.640)	(58.668)
Ativo justo	70.149	70.149	70.149
Superávit (déficit)	13.029	14.509	11.481
Variações	-	11,35%	-11,89%

2) Plano COPASA Saldado-BD

	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações financiadas	(1.229.434)	(1.426.043)
Valor justo dos ativos do plano	1.116.670	1.202.163
Passivo líquido do plano	(112.764)	(223.880)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	1.426.043	1.374.648
Custo financeiro	97.105	93.490
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	(218.178)	26.733
Benefícios pagos pelo plano	(76.710)	(69.962)
Contribuições extraordinárias ativos	264	255
Contribuições extraordinárias assistidos	910	879
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	1.229.434	1.426.043

⁽¹⁾ O aumento no ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2021 em comparação a 2020 (vide premissas atuariais abaixo).

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	1.202.163	1.222.457
Retorno real sobre os ativos do plano	(11.154)	25.833
Contribuições do empregador	-	21.635
Benefícios pagos	(76.710)	(69.962)
Contribuições extraordinárias ativos	264	255
Contribuições extraordinárias assistidos	910	879
Contribuições extraordinárias patrocinadora	1.197	1.066
Valor justo em 31 de dezembro	1.116.670	1.202.163

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.306.

Notas Explicativas

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo financeiro	97.105	93.490
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(81.520)	(83.660)
Provisão para plano de benefícios	15.585	9.830

As despesas com plano de pensão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$15.585 (R\$9.830 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020) são reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais” (R\$952 em “outras despesas financeiras” e R\$8.878 em “outras despesas operacionais” em 31 de dezembro de 2020).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi negativo de R\$11.154 (R\$25.833 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto (nominal)	9,15% a.a.	6,98% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,15% a.a.	6,98% a.a.
Taxa de inflação projetada	3,83% a.a.	3,45% a.a.
	BR-EMSsb 2015	BR-EMSsb 2015
Tábua de mortalidade geral	(M&F)	(M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2021.

Categorias dos ativos do Plano COPASA Saldado-BD

	31/12/2021	31/12/2020
Realizável (previdencial e administrativo)	0,87%	0,81%
Títulos públicos	72,71%	58,04%
Renda fixa	-	15,31%
Ações	8,26%	9,89%
Multimercados	4,91%	2,09%
Empresas emergentes	0,32%	0,15%
Fundos de participações	6,40%	6,73%
Investimentos imobiliários	4,97%	5,14%
Empréstimos e financiamentos	0,69%	0,75%
Outros – depósitos judiciais	0,10%	0,10%
Direitos creditórios	0,77%	0,86%
Créditos privados e depósitos	-	0,13%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de Mortalidade	BR-EMSsb		
	2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(1.229.433)	(1.203.846)	(1.254.456)
Ativo justo	1.116.669	1.116.669	1.116.669
Superávit (déficit)	(112.764)	(87.177)	(137.787)
Variações	-	-22,69%	22,19%
Taxas de juros real	5,12%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(1.229.433)	(1.199.971)	(1.263.522)
Ativo justo	1.116.669	1.116.670	1.116.669
Superávit (déficit)	(112.764)	(83.301)	(146.853)
Variações	-	-26,13%	30,23%

Notas Explicativas**3) Novo Plano COPASA-CD**

	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações financiadas	(6.411)	(10.424)
Valor justo dos ativos do plano	48.384	46.292
Efeito do teto do ativo	(41.973)	(35.868)
Ativo / passivo líquido do plano	-	-

A movimentação na obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	10.424	9.764
Custo do serviço corrente	13	54
Custo financeiro	628	600
Contribuições dos empregados	849	821
(Ganhos) perdas atuariais	(5.216)	(538)
Benefícios pagos pelo plano	(287)	(277)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	6.411	10.424

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	46.292	42.457
Retorno real sobre os ativos do plano	596	2.464
Contribuições do empregador	934	827
Contribuições dos empregados	849	821
Benefícios pagos	(287)	(277)
Valor justo em 31 de dezembro	48.384	46.292

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.018.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos serviços correntes	13	54
Custo financeiro	628	600
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(2.870)	(2.766)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.242	2.112
Provisão para plano de benefícios	13	-

O plano de pensão em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$13 (não houve despesas com plano de pensão em 31 de dezembro de 2020).

O retorno real sobre os ativos do plano em 31 de dezembro 2021 foi de R\$596 (R\$2.464 em 31 de dezembro de 2020).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto (nominal)	9,07% a.a.	6,11% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,07% a.a.	6,11% a.a.
Taxa de inflação projetada	3,83% a.a.	3,45% a.a.
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb 2015 M&F	BR-EMSsb 2015 M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca D50%	Light fraca D50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M (A80%)	AT 49 M (A80%)

Notas Explicativas

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2021.

Categorias dos ativos do Novo Plano COPASA-CD

	31/12/2021	31/12/2020
Realizável (previdencial e administrativo)	1,43%	1,51%
Renda fixa	58,78%	66,27%
Ações	10,53%	12,14%
Empresas emergentes	7,19%	0,10%
Fundos de participações	2,87%	7,09%
Investimentos imobiliários	3,52%	3,74%
Empréstimos e financiamentos	4,16%	4,87%
Multimercado	9,59%	2,05%
Créditos privados e depósitos	0,84%	0,88%
Direitos creditórios	1,02%	1,28%
Outros – depósitos judiciais	0,07%	0,07%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de Mortalidade	BR-EMSsb 2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(6.411)	(6.756)	(6.101)
Ativo justo	48.383	48.384	48.383
Superávit (déficit)	41.972	41.628	42.282
Variações	-	-0,82%	0,74%
Taxas de juros real	5,05%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(6.411)	(6.336)	(6.489)
Ativo justo	48.383	48.384	48.384
Superávit (déficit)	41.972	42.048	41.895
Variações	-	0,18%	-0,18%

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

21. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.402.385, representado por 379.181.430 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,04% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,56% das ações. Os administradores e entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A Companhia, no dia 14 de julho de 2021, divulgou Fato Relevante, comunicando que recebeu do seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, por meio da Advocacia Geral do Estado (AGE), naquela data, Ofício informando da aprovação do Projeto de Lei nº 2.508/2021 pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, referente à autorização para suplementação orçamentária e aporte de capital nessa Companhia para realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, proveniente do Acordo firmado judicialmente entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S.A. Esses investimentos, conforme previsto no Acordo, totalizam R\$2,05 bilhões. A sanção da Lei pelo Governo do Estado de Minas Gerais ocorreu em 28 de julho de 2021 (Lei nº 23.830/2021). O reconhecimento nas Demonstrações Financeiras ocorrerá após o efetivo aporte dos recursos, tanto por parte do Estado de Minas Gerais quanto dos acionistas minoritários que exercerem seu direito de preferência, observada a legislação societária.

A COPASA MG está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$5 bilhões, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2020.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

- Subvenções Governamentais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2021, foi registrado no resultado, o valor de R\$1.182 (R\$316 no exercício de 2020), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota Explicativa 15), concedido pela ANA, com recursos do PRODES.

- Incentivos Fiscais – SUDENE

A Lei nº 13.799 de 3 de janeiro de 2019, estabelece o direito ao incentivo de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração, às pessoas jurídicas

Notas Explicativas

que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores prioritários da economia para o desenvolvimento regional e estejam situadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG está presente em 640 municípios mineiros. Dentre os municípios atendidos pela COPASA MG, 168 municípios estão inseridos na área de atuação da SUDENE, conforme estabelece a Lei Complementar nº 125/2007. Nesse contexto, durante o ano calendário 2021, a COPASA formalizou pleito de incentivo de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, abrangendo 118 municípios localizados na área de atuação da SUDENE, o que representa uma capacidade instalada de 206.138.220 metros cúbicos/ano de captação, tratamento e abastecimento de água e 89.857.104 metros cúbicos/ano de coleta e tratamento de esgoto.

Em 23 de dezembro de 2021, através do Laudo constitutivo no 227/2021, a SUDENE aprovou o direito da Companhia ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O incentivo foi concedido por 10 anos, com fruição iniciando em 01 de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2030, para as atividades de captação, tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário, enquadrada no setor de Infraestrutura, considerado prioritário para fins do desenvolvimento regional, conforme Decreto 4.213/2002.

Em 29 de dezembro de 2021, atendendo o disposto no art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/2002, a Companhia submeteu à Receita Federal do Brasil (RFB) o pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo nº 227/2021. A RFB tem prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento à repartição fiscal competente, para decidir sobre o pedido de reconhecimento pleiteado. Expirado o prazo de 120 dias do protocolo, sem que a Companhia tenha sido notificada de decisão contrária, estará por força de Lei, automaticamente no pleno gozo do incentivo pleiteado.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados, com base no Lucro da Exploração, são registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é destinado à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. No ano calendário de 2021, a Companhia reconheceu, de acordo com o Laudo Constitutivo expedido pela SUDENE, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, no valor de R\$11.657.

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$215.273 (R\$547.512 em 2020) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Programa Plurianual de Investimentos”.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 20). Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$48.820 (R\$130.555 devedor em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) Mensuração de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo credor desta conta totaliza R\$ 2.874 (R\$36.170 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

(iii) Correção monetária sobre ativos 96/97, líquida de IRPJ e CSLL, de R\$ 9.512 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$9.597 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

(d) Remuneração aos acionistas

Política de Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 07 de maio de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a revisão da Política de Dividendos da Companhia, definindo regras para a distribuição de proventos.

- Dividendos Regulares

O Conselho de Administração definirá até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%.

A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

- Dividendos Extraordinários

Em conjunto com a divulgação das Demonstrações Financeiras Anuais (DFs) e das Informações Contábeis Intermediárias (ITR) referentes ao segundo trimestre de cada exercício, e em conformidade com a Política de Dividendos da Companhia, a administração procederá e divulgará o Cálculo do Enquadramento Regulatório, já considerando o pagamento dos Dividendos Regulares, visando avaliar se o mesmo se encontra dentro Intervalo Eficiente de Alavancagem Regulatória e caso esse índice esteja:

- a) Acima do intervalo: o Conselho de Administração definirá que o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório.
- b) Dentro do intervalo: a remuneração aos acionistas ficará situada no intervalo entre o mínimo legal obrigatório e o limite máximo de 50%.
- c) Abaixo do intervalo: o Conselho de Administração poderá, até 03 (três) meses após a divulgação das DFs anuais ou do ITR do segundo trimestre de cada exercício, declarar Dividendos Extraordinários, que compreenderá uma remuneração adicional que seja suficiente para que o patamar inferior do referido intervalo seja alcançado. Essa declaração ocorrerá após a realização de estudos que indiquem que eventual pagamento de Dividendos Extraordinários não colocará em risco a saúde financeira, o Plano de Investimentos ou a liquidez corrente da Companhia.

Por Cálculo do Enquadramento Regulatório entende-se, para o atual ciclo regulatório, o indicador Dívida Líquida/EBITDA (Dívida Líquida da Companhia dividido pelo EBITDA acumulado dos 12 meses anteriores ao período de cálculo), que deverá alcançar o valor de 2,10x, com margem de 0,10x para cima ou para baixo.

- Revisão da Política de Dividendos

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 8 de outubro de 2021, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de setembro de 2021, aprovou (i) cronograma para revisão da Política de Dividendos da Companhia; e (ii) que o estudo sobre possível pagamento de dividendos extraordinários seja apresentado após a aprovação da referida Política pela Assembleia Geral Extraordinária. Em 19 de novembro de 2021,

Notas Explicativas

foi apresentado o referido estudo ao Conselho de Administração, que solicitou novas análises para posterior apreciação.

Declaração de dividendos/JCP do exercício

- Dividendos Regulares

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	537.587	816.477
Reserva legal - (5%)	(26.879)	(40.824)
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	(1.182)	(316)
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	(11.657)	-
Lucro disponível para distribuição	497.869	775.337
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	124.467	193.834

Para o ano de 2021, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$282.680, a título de Dividendos Regulares, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento
JCP 1T21	RCA 19/03/2021	24/03/2021	64.844	18/05/2021
JCP 2T21	RCA 17/06/2021	22/06/2021	55.174	16/08/2021
JCP 3T21	RCA 21/09/2021	24/09/2021	105.282	19/11/2021
Dividendos 3T21	RCA 21/09/2021	24/09/2021	57.380	19/11/2021
Janeiro a setembro de 2021			282.680	

Em função dos eventos extraordinários e não recorrentes referentes à devolução de tarifas determinada pela Agência Reguladora, custo com o Programa de Desligamento Voluntário - PDVI e ao complemento na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, cuja contabilização ocorreu em dezembro de 2021, os valores declarados até setembro de 2021 atingiram o limite estabelecido para o referido exercício. Dessa forma, não se aplica declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP ou dividendos para o 4º trimestre de 2021.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	72.270	80.719
Juros sobre o capital próprio propostos	225.300	228.027
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(14.565)	(11.494)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(282.747)	(225.064)
Dividendos propostos	57.380	820.000
Dividendos pagos	(57.373)	(819.918)
Dividendos e JCP a pagar no final do exercício	265	72.270

- Dividendos Extraordinários

No âmbito da Política de Dividendos, foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 19 de novembro de 2020, a distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$820 milhões, utilizando parte da Reserva de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os referidos dividendos foram pagos em 10 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

(e) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192 da Lei 6.404/76 o lucro líquido do exercício será assim destinado:

	Controladora
	31/12/2021
Reserva Legal	26.880
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	1.182
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	11.657
Realização da correção monetária de ativos	(85)
Remuneração aos Acionistas	282.680
Reserva de Lucros Retidos	215.273
Lucro Líquido	537.587

(f) Lucro por ação

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra "a" desta Nota Explicativa).

	Controladora/Consolidado	
	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	537.587	816.477
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	379.181	379.181
Lucro básico por ação (em Reais)	1,42	2,15

• Diluído

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

22. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos.

(i) Resultado

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021					
Receita operacional bruta*	3.785.321	2.065.007	2.581	671.542	6.524.451
Deduções da receita bruta	(398.471)	(230.954)	(316)	-	(629.741)
Receita operacional líquida*	3.386.850	1.834.053	2.265	671.542	5.894.710
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.695.955)	(1.459.919)	-	(671.542)	(4.827.416)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	690.895	374.134	2.265	-	1.067.294
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(220.538)
Resultado financeiro, líquido					(192.307)
Lucro operacional antes dos impostos					654.449
Amortização e depreciação	255.904	340.772	-	151.975	748.651

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020					
Receita operacional bruta ⁽ⁱ⁾	3.550.607	2.013.352	2.382	292.412	5.858.753
Deduções da receita bruta	(328.829)	(186.294)	(292)	-	(515.415)
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾	3.221.778	1.827.058	2.090	292.412	5.343.338
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.389.491)	(1.355.071)	-	(292.412)	(4.036.974)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	832.287	471.987	2.090	-	1.306.364
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(26.014)
Resultado financeiro, líquido					(175.075)
Lucro operacional antes dos impostos					1.105.275
Amortização e depreciação	210.328	284.470	-	151.418	646.216

⁽ⁱ⁾ A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

A depreciação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está assim alocada: R\$70.279 (R\$65.922 em 2020) em Serviços de água, R\$27.840 (R\$27.820 em 2020) em Serviços de esgoto e R\$24.252 (R\$25.734 em 2020) em Outros imobilizados descritos, totalizando R\$122.371 (R\$119.475 em 2020).

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	671.542	292.412
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(671.542)	(292.412)
Margem de construção	-	-

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Intangível:		
Serviços de água	1.568.591	1.664.038
Serviços de esgoto	3.539.354	3.692.654
Outros intangíveis	583.322	602.222
Total do intangível	5.691.267	5.958.914
Imobilizado:		
Serviços de água	966.461	1.033.662
Serviços de esgoto	279.287	307.078
Outros imobilizados	227.785	179.912
Total do intangível	1.473.533	1.520.652

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

Notas Explicativas

23. Gestão de Risco Financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define a Declaração Estratégica da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias; no médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial; no longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

23.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs, aplicações financeiras e Investimento na Sociedade de Propósito Específico - SPE GS Inima Industrial Jeceaba S/A, contabilizado como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros e da variação cambial, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A COPASA MG possuía 94,12% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 5,88% indexados em moeda estrangeira (euro), em 31 de dezembro de 2021. As operações referentes aos empréstimos, financiamentos, debêntures e suas respectivas taxas de juros estão divulgadas abaixo:

Notas Explicativas

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluído provisão de juros)	% Saldo Devedor Total
Em Moeda Nacional:							
Recursos FGTS ⁽¹⁾	- ⁽²⁾	7,69%	TR	16/08/2042	685.329	687.042	17,2%
Finame	28/03/2011	4,21%	-	15/01/2025	19.959	19.996	0,5%
BNDES Empréstimo	15/01/2008	6,85%	TJLP	15/05/2025	126.621	126.994	3,2%
BNDES/Debêntures - 4ª Emissão							
1ª Série	15/07/2010	6,87%	TJLP	15/07/2022	15.452	15.497	0,4%
2ª Série	15/07/2010	9,05%	IPCA	15/08/2022	52.408	54.147	1,4%
3ª Série	15/07/2010	6,87%	TJLP	15/07/2022	20.458	20.519	0,5%
Caixa/Debêntures - 5ª Emissão							
Série única	20/09/2011	9,00%	TR	01/09/2031	170.194	171.559	4,3%
BNDES/Debêntures - 8ª Emissão							
1ª Série	15/06/2015	7,19%	TJLP	15/06/2028	52.961	53.125	1,3%
2ª Série	15/06/2015	8,18%	IPCA	15/06/2028	30.041	30.154	0,8%
BNDES/Debêntures 11ª Emissão							
1ª Série	15/01/2017	7,94%	TJLP	15/01/2031	110.142	110.517	2,8%
2ª Série	15/01/2017	8,85%	IPCA	15/01/2031	59.473	59.714	1,5%
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão							
1ª Série	08/02/2018	5,06%	IPCA	15/01/2024	192.495	196.961	4,9%
2ª Série	08/02/2018	5,27%	IPCA	15/01/2026	99.376	101.775	2,5%
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão							
2ª Série	15/07/2018	10,07%	DI	15/07/2023	540.000	557.276	13,9%
3ª Série	15/07/2018	6,50%	IPCA	15/07/2025	81.081	83.487	2,1%
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão							
1ª Série	15/06/2019	9,71%	DI	15/06/2024	47.121	47.330	1,2%
2ª Série	15/06/2019	4,30%	IPCA	15/06/2026	166.053	166.386	4,2%
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão							
Série única	16/12/2020	11,06%	DI	16/12/2025	500.000	502.295	12,5%
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão							
1ª Série	15/09/2021	5,23%	IPCA	15/09/2031	250.710	253.977	6,3%
2ª Série	15/09/2021	10,57%	DI	15/09/2026	506.193	508.621	12,7%
Total						3.767.372	

(1) Recursos FGTS: Caixa Econômica Federal.

(2) Diversas datas.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos, financiamentos e debêntures. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

Indicadores	Exposição (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
		Provável (ii)	+25%	-25%	+50%	-50%
TJLP	325.634	5,80%	7,25%	4,35%	8,70%	2,90%
Variação do Principal (R\$)		18.887	23.608	14.165	28.330	9.443
PCA	931.637	5,03%	6,29%	3,77%	7,54%	2,51%
Variação do Principal (R\$)		46.861	58.577	35.146	70.292	23.431
CDI	1.593.314	11,50%	14,37%	8,62%	17,25%	5,75%
Variação do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
TR	855.523	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Variação do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
TAXA FIXA (iii)	257.217	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Variação do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
Total (R\$)	3.963.325	65.748	82.185	49.311	98.622	32.874

Notas Explicativas

- (i) Principal em 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Fontes dos índices:
 CDI (Meta Selic) e IPCA (Relatório Focus - BACEN de 31 de dezembro de 2021
 TJLP (projeção Bradesco 10/12/2021: <https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>
 INPC (Sistema de Expectativa Bacen (última projeção disponível: 01 de agosto de 2021: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/?wicket:interface=:1:::>).
- (iii) Contratos sem correção monetária: KfW, BEI e FINAME. Para variação cambial, ver “Sensibilidade à taxa de câmbio” abaixo.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. As operações e suas respectivas taxas de câmbio estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluído provisão de juros)	%
BEI	13/12/2019	0,03%	-	20/09/2033	63.210	63.214	1,6%
KfW	29/11/2011	2,07%	-	20/12/2023	174.048	174.155	4,3%

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para as operações com o Banco KfW, banco alemão de fomento, e o Banco Europeu de Investimento, BEI, cujos os saldos devedores eram de €27,5 milhões (equivalente a R\$174,0 milhões) e €10,0 milhões (equivalente a R\$63,2 milhões), respectivamente, em 31 de dezembro de 2021, não há mecanismo de hedge contratado.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do euro (€), de $\pm 25\%$ e $\pm 50\%$, no saldo devedor dos empréstimos e financiamentos. A operação de empréstimo com o Banco do Brasil, em dólares (US\$) foi liquidada em fevereiro de 2021. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro em 31/12/2021	Banco KfW	Banco BEI
Saldo devedor (em moeda estrangeira)	€ 27.535	€ 10.000
Saldo devedor	174.048	63.210
	Ganho/(perda)	
Cenários em relação ao saldo devedor	Banco KfW	Banco BEI
Provável (Projeção)	(9.610)	(3.490)
Queda de 25% no euro	43.512	15.803
Queda 50% no euro	87.024	31.605
Acréscimo 25% no euro	(43.512)	(15.803)
Acréscimo 50% no euro	(87.024)	(31.605)

Fonte dos índices projetados: Euro Projeção Bradesco 10 de dezembro de 2021:
<https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado do contas a receber

Notas Explicativas

estão adequadamente cobertas por provisão. O detalhamento do reconhecimento da perda esperada de crédito com clientes está detalhada na Nota Explicativa 3.4.2(a).

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco, Fitch e S&P)				
AAA	461.937	296.399	462.022	296.399
AA	478.667	481.967	478.706	481.967
A	247.274	168.693	265.625	187.446
BBB	204.870	88.542	216.381	88.542
Total	1.392.748	1.035.601	1.422.734	1.054.354
Certificados de depósitos bancários de curto prazo (Nota Explicativa 06 (a))	1.249.680	759.912	1.279.665	778.665
Aplicação financeira vinculada (Nota Explicativa 08)	77.228	75.715	77.228	75.715
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa 08)	65.853	199.974	65.853	199.974

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA MG acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Amortização	762.945	1.521.871	822.537	855.972
Juros	290.236	396.554	190.674	272.943
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.053.181	1.918.425	1.013.211	1.128.915
PPP do Rio Manso ⁽¹⁾	52.331	53.090	73.846	81.719
Arrendamento Mercantil	26.308	35.976	13.355	-
Fornecedores	287.977	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

Notas Explicativas

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 08).

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2021				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Caixa Econômica Federal	CAIXA - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	R\$5.646	setembro-31
	CAIXA - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.993	novembro-32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	R\$8.670	setembro-31
	CAIXA - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$4.229	junho-35
	CAIXA - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$553	maio-36
	CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$3.783	outubro-37
	CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.578	fevereiro-38
	CAIXA - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.543	março-39
	CAIXA - Financiamentos 2017 (IN 29)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.460	agosto-41
	Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	R\$53.079	junho-23
	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	R\$12.898	maio-25
	4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da receita de R\$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	R\$59.356	agosto-22
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	R\$22.739	junho-28
	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	R\$5.500	janeiro-31
Banco KfW	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente a 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	R\$37.465	dezembro-23
BRK Ambiental	PPP do Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	R\$10.435	dezembro-28
Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil	Finame CEF e BB	Vinculação de 130% da PMT dos contratos.	R\$1.466	janeiro-25
Total de Receita Vinculada			R\$233.393	

23.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA, e de acordo com o Estatuto da Companhia deve ser inferior a 3,0, podendo chegar a 4,0, por motivos conjunturais mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazo subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, e o EBITDA é o lucro antes de juros,

Notas Explicativas

impostos, depreciações e amortização. O índice de capital de terceiros é apurado dividindo o Exigível Total pelo Patrimônio Líquido e deve ser inferior a 1,0.

Outro fator mitigador de riscos é a Política de Dividendos da Companhia cujas regras para a distribuição de proventos se baseiam na alavancagem observada. Caso esta esteja acima do intervalo considerado ideal, o Conselho de Administração definirá que o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório.

23.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

Refere-se ao saldo de investimento na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A (antiga BRK Ambiental – Jeceaba S/A), mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A tabela abaixo apresenta os ativos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Controladora / Consolidado	
	Ativo	
	31/12/2021	31/12/2020
Investimento GS Inima Industrial Jeceaba S/A	26.153	76.603

A Companhia, desde 11 de janeiro de 2011, tem participação acionária de 15,5% na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A, no valor de R\$26.153 posicionados em 31 de dezembro de 2021. Os outros 84,5% são de participação da GS Inima Industrial. O investimento consiste em uma Sociedade de Propósito Específico – SPE com o objetivo de execução de projeto, implementação, operação e manutenção dos sistemas de água industrial e efluentes, gerenciamento de resíduos e coprodutos, e infraestrutura de energia elétrica da usina siderúrgica de propriedade da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil – VSB, localizada no município de Jeceaba/MG.

O término da referida Sociedade (SPE) foi previsto para janeiro de 2026, no entanto, a empresa Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil – VSB, em setembro de 2021, exerceu seu direito contratual de compra dos ativos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A (resilição imotivada), no valor de R\$448.255.

Assim, a empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A encerrou suas operações e o valor do investimento, em dezembro de 2021, foi ajustado considerando a expectativa de fluxo de caixa futuro. A COPASA MG estuda sua retirada da sociedade e fará o devido reconhecimento em suas demonstrações financeiras quando do efetivo recebimento de sua participação acionária, respeitadas as regras contábeis.

No período de 2011 a 2021 a Companhia recebeu R\$120.689 a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo R\$52.614 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$14.124 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

(b) Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	1.068.394	1.040.412	1.273.997	1.245.015
Debêntures simples	2.916.950	2.900.441	2.507.144	2.486.913
Total	3.985.344	3.940.853	3.781.141	3.731.928

Notas Explicativas

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Controladora / Consolidado				
Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
Caixa/FGTS	7,69%	168	8,50%	Cotação da taxa da CEF em dezembro de 2021
BNDES Finem	6,85%	29	8,26%	Cotação da taxa do BNDES/Empréstimo em dezembro de 2021
FINAME	4,21%	37	16,64%	Cotação da taxa FINAME em dezembro de 2021
Debêntures simples	8,67%	56	9,32%	Cotação taxas Debêntures BNDES e Mercado em dezembro de 2021
KfW	2,07%	151	1,66%	Cotação taxa do KfW em dezembro de 2021
BEI	0,03%	143	0,55%	Cotação taxa do BEI em dezembro de 2021

24. Instrumentos Financeiros por Categoria

(a) Ativo

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Controladora:						
Caixa e equivalentes de caixa	1.279.469	-	1.279.469	786.377	-	786.377
Contas a receber de clientes	1.026.364	-	1.026.364	1.034.710	-	1.034.710
Bancos e aplicações de convênios	3.273	-	3.273	24.452	-	24.452
Aplicações financeiras vinculada	77.228	-	77.228	75.715	-	75.715
Ativos financeiros de concessões	733.328	-	733.328	685.561	-	685.561
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	-	26.153	26.153	-	76.603	76.603
Crédito com Controladas	-	-	-	2.125	-	2.125
Demais contas a receber	144.679	-	144.679	284.143	-	284.143
Total	3.264.341	26.153	3.290.494	2.893.083	76.603	2.969.686
Consolidado:						
Caixa e equivalentes de caixa	1.309.721	-	1.309.721	805.619	-	805.619
Contas a receber de clientes	1.037.548	-	1.037.548	1.045.441	-	1.045.441
Bancos e aplicações de convênios	3.320	-	3.320	24.500	-	24.500
Aplicações financeiras vinculada	77.228	-	77.228	75.715	-	75.715
Ativos financeiros de concessões	752.253	-	752.253	709.052	-	709.052
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	-	26.153	26.153	-	76.603	76.603
Demais contas a receber	140.897	-	140.897	281.533	-	281.533
Total	3.320.967	26.153	3.347.120	2.941.860	76.603	3.018.463

⁽¹⁾ Excluindo pagamentos antecipados.

Notas Explicativas**(b) Passivo**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Controladora:				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.985.344	3.985.344	3.781.141	3.781.141
Fornecedores	287.977	287.977	206.177	206.177
Arrendamento Mercantil	75.639	75.639	64.135	64.135
Parceria Público Privada	260.985	260.985	306.226	306.226
Total	4.609.945	4.609.945	4.357.679	4.357.679
Consolidado:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.985.344	3.985.344	3.781.141	3.781.141
Fornecedores	307.967	307.967	213.289	213.289
Arrendamento Mercantil	75.642	75.642	64.138	64.138
Parceria Público Privada	260.985	260.985	306.226	306.226
Total	4.629.938	4.629.938	4.364.794	4.364.794

25. Transações com Partes Relacionadas**(a) Ativo, passivo e resultado**

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com a sua Subsidiária Integral COPANOR, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social, bem como as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Controladora			
	31/12/2021			
	Outras			
	Subsidiária COPANOR	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados	-	20.232	1	14
Valores a faturar	-	10.248	1	7
Convênios	-	(272)	-	-
Adiantamento e outros:				
Créditos com controlada	4.067	-	-	-
Total do ativo	4.067	30.208	2	21
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	521	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	16.614
Programa de saúde	-	-	10.479	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	112.764
Total do passivo	-	521	10.479	129.378
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	122.306	6	158
Programa de seguridade	-	-	-	(55.155)
Programa de saúde	-	-	(103.747)	-

Notas Explicativas

	Controladora			
	31/12/2020			
	Subsidiária COPANOR	Outras		
		ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados	-	16.127	1	14
Valores a faturar	-	8.216	1	7
Convênios	-	243	-	-
Adiantamento e outros:				
Créditos com controlada	2.815	-	-	-
Total do ativo	2.815	24.586	2	21
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	505	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	21.998
Programa de saúde	-	-	10.426	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	223.892
Total do passivo	-	505	10.426	245.890
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	134.124	6	155
Programa de seguridade	-	-	-	(51.918)
Programa de saúde	-	-	(81.614)	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2021	2020
Remuneração	6.017	4.413
Benefícios:		
Alimentação	75	74
Saúde	92	85
Benefício pós-emprego	281	195
Total	6.465	4.767

25.1 Natureza das operações com partes relacionadas

• Estado de Minas Gerais

- (a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Na prestação desses serviços são aplicadas as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

- (b) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$113.055 referente a Juros sobre Capital Próprio (JCP) e R\$ 28.794 de dividendos (R\$114.423 acrescidos de dividendos extraordinários no montante de R\$411.475 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

(c) Garantia em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Por meio do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, de 05 de agosto de 1998, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como garantia de pagamento da dívida da Companhia, ora confessada, junto ao Banco *BNY*, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula V do referido contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 5 de fevereiro de 2021 o contrato foi liquidado, logo em 31 de dezembro de 2021 o saldo devedor desse Contrato é de zero (R\$131.568 em 31 de dezembro de 2020).

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia, de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto desse contrato é de R\$174.155 (R\$212.748 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Convênios de cooperação técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

(e) Contratos de prestação de serviços com a PRODEMGE

A Companhia possui contratos firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, cujo acionista controlador é o EMG, para a prestação de serviços de Integração à Rede IP Multisserviços com suporte a transmissão de dados voz e vídeo com qualidade de serviço, baseada na tecnologia IP - *Internet Protocol*, pela qual é possível o compartilhamento de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de telecomunicações, bem como fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP Brasil. Possibilita, ainda, o fornecimento de certificado de Servidor Web/Sítio Multi-domínio - Hierarquia Internacional.

• COPANOR

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

• Fundação Libertas

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos três planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo saldado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota Explicativa 20).

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

As taxas de administração e demais preços foram definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

Notas Explicativas

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

Em 2019 foi celebrado acordo de cooperação visando a cessão de 01 empregado do quadro da Companhia para exercer o cargo de diretor administrativo junto à Diretoria Executiva da Fundação Libertas, cujos gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$291 que será integralmente reembolsado (R\$393 em 31 de dezembro de 2020).

• COPASS Saúde

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulado por aquela Agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

A Companhia, por intermédio de acordos de cooperação celebrados em 28 de dezembro de 2020 e 11 de janeiro de 2021 realiza a cessão de 02 empregados para exercerem, respectivamente, os cargos de Superintendente Executivo e Gerente Administrativo e Financeiro junto à Copass Saúde. Os gastos para a COPASA MG referente a esta cessão, no exercício de 2021 foram de R\$1.304.

26. Compromissos

A Companhia possui contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	Prazo médio	
	Valor	contratado em meses
Obrigações dos 10 maiores contratos – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	354.896	20
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	7.858	06

27. Seguros

A Companhia e sua Subsidiária contrataram apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e/ou administradores de sociedades comerciais, com abrangência no território nacional, para os membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas no exercício de suas funções.

Em 03 de agosto de 2021, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

Notas Explicativas**28. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa**

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia e sua subsidiária realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Juros capitalizados (Nota Explicativa 10)	43.913	38.294

29. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviço de água	3.697.410	3.519.716	3.732.258	3.550.607
Receita bruta de prestação de serviço de esgoto	2.010.268	2.004.740	2.021.020	2.013.352
Resíduos sólidos	2.581	2.382	2.581	2.382
Receita de construção	648.408	273.866	671.542	292.412
Total receita bruta	6.358.667	5.800.704	6.427.401	5.858.753
Tributos sobre vendas	(528.473)	(511.761)	(532.691)	(515.415)
Receita líquida	5.830.194	5.288.943	5.894.710	5.343.338
Detalhamento da Receita líquida:				
Receita direta de água	3.276.054	3.119.029	3.306.865	3.146.331
Receita direta de esgoto	1.815.534	1.806.362	1.825.291	1.814.176
Resíduos sólidos	2.265	2.090	2.265	2.090
Total receita direta	5.093.853	4.927.481	5.134.421	4.962.597
Receita indireta de água	79.171	74.715	79.985	75.447
Receita indireta de esgoto	8.762	12.881	8.762	12.882
Total receita indireta	87.933	87.596	88.747	88.329
Receita de construção	648.408	273.866	671.542	292.412
Total da receita líquida	5.830.194	5.288.943	5.894.710	5.343.338

30. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos operacionais				
Pessoal	873.523	749.714	887.934	764.746
Obrigações previdenciárias	165.181	155.985	168.394	159.020
Custos de construção	648.408	273.866	671.542	292.412
Materiais gerais	98.391	80.231	101.744	83.574
Materiais de tratamento	82.308	90.070	84.079	91.844
Serviços de terceiros	428.413	404.892	431.870	407.594
Energia elétrica	554.521	447.472	566.533	457.254
Despesas gerais	191.518	149.226	192.425	149.953
Depreciação e amortização	692.599	582.835	699.762	587.227
(-) Créditos tributários	(57.484)	(53.384)	(58.792)	(54.391)
	3.677.378	2.880.907	3.745.491	2.939.233

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com vendas				
Pessoal	164.715	163.272	164.987	163.541
Obrigações previdenciárias	27.662	29.645	27.719	29.697
Materiais gerais	4.830	4.326	4.843	4.331
Materiais de tratamento	43	11	43	11
Serviços de terceiros	20.655	16.227	22.061	16.798
Energia elétrica	2.361	2.017	2.361	2.017
Despesas gerais	1.293	1.464	1.300	1.466
Depreciação e amortização	6.654	5.968	6.656	5.971
	228.213	222.930	229.970	223.832
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	221.416	369.880	226.153	374.482
Despesas administrativas				
Pessoal	362.294	270.561	363.190	271.345
Obrigações previdenciárias	51.004	44.295	51.092	44.444
Materiais gerais	4.875	3.729	4.915	3.850
Materiais de tratamento	70	69	70	68
Serviços de terceiros	125.261	82.662	127.306	84.747
Energia elétrica	3.482	2.799	3.716	2.940
Despesas gerais	31.481	37.499	31.662	37.630
Depreciação e amortização	42.203	52.988	42.234	53.018
Provisão para perdas de materiais obsoletos	1.544	870	1.617	1.385
	622.214	495.472	625.802	499.427
Custos e despesas				
Pessoal (Nota 31)	1.400.532	1.183.547	1.416.111	1.199.632
Obrigações previdenciárias (Nota 31)	243.847	229.925	247.205	233.161
Custos de construção	648.408	273.866	671.542	292.412
Materiais gerais	108.096	88.286	111.502	91.755
Materiais de tratamento	82.421	90.150	84.192	91.923
Serviços de terceiros	574.329	503.781	581.237	509.139
Energia elétrica	560.364	452.288	572.610	462.211
Despesas gerais	224.292	188.189	225.387	189.049
Depreciação e amortização	741.456	641.791	748.652	646.216
(-) Créditos tributários	(57.484)	(53.384)	(58.792)	(54.391)
Provisão para perdas de materiais obsoletos	1.544	870	1.617	1.385
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	221.416	369.880	226.153	374.482
Total	4.749.221	3.969.189	4.827.416	4.036.974
Detalhamento dos custos de construção:				
Salários e encargos	43.697	39.207	43.697	39.207
Materiais	69.949	37.881	71.375	39.372
Equipamentos	16.072	13.531	24.810	13.647
Serviços de terceiros	479.846	139.620	492.816	156.559
Custos de financiamentos	38.134	37.686	38.134	37.686
Outros	710	5.941	710	5.941
Total dos custos de construção	648.408	273.866	671.542	292.412

Notas Explicativas**31. Gastos com Pessoal**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários	784.873	738.892	796.412	750.381
PDVI	152.171	-	152.171	-
Custos previdenciários	243.847	229.925	247.205	233.161
FGTS	65.142	62.228	65.974	63.034
Contribuição para plano de pensão	55.155	51.918	55.155	51.918
Programa de alimentação	184.337	178.650	186.678	181.530
Programa de saúde	103.747	81.614	104.452	82.258
Participação dos empregados nos lucros	33.295	52.025	33.295	52.025
Outros benefícios	21.812	18.220	21.974	18.486
Total (Nota 30)	1.644.379	1.413.472	1.663.316	1.432.793
Pessoal (Nota 30)	1.400.532	1.183.547	1.416.111	1.199.632
Obrigações previdenciárias (Nota 30)	243.847	229.925	247.205	233.161

32. Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Reversão de provisão não dedutível	33.650	103.076	34.097	103.227
Recuperação de contas baixadas	64.628	53.010	65.854	53.513
Ressarcimento programa de saúde	119	1.302	119	1.302
Alienação bens imobilizados	5.006	2.782	5.006	2.782
Outras receitas	73.977	11.171	74.109	17.009
Total outras receitas operacionais	177.380	171.341	179.185	177.833

As outras despesas operacionais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Indenizações e pagamentos de demandas judiciais	115.142	61.258	115.515	61.622
Taxa da ARSAE	42.949	39.408	43.725	40.100
Provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa 17)	172.103	40.172	172.676	40.337
Despesas com preservação ambiental	26.184	22.052	26.184	22.052
Doações	-	5.291	-	5.291
Impostos e tributos	8.382	7.486	9.551	7.610
Passivo atuarial	12.713	6.664	12.713	6.664
Outras	19.158	14.929	19.359	20.171
Total outras despesas operacionais	396.631	197.260	399.723	203.847

Notas Explicativas

33. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros ativos	46.507	43.270	47.128	43.751
Rendimentos com aplicações financeiras	47.839	23.212	49.279	23.572
Receita de variação monetária e cambial	42.416	30.693	42.459	30.769
Receita de ativos financeiros/outros	157.890	54.535	158.283	54.746
Tributos sobre receita financeira	(9.485)	(5.748)	(9.596)	(5.801)
Total de receita	285.167	145.962	287.553	147.037
Encargos sobre financiamentos e provisões judiciais ⁽¹⁾	(306.599)	(156.084)	(306.600)	(156.140)
Despesa de variação monetária e cambial ⁽²⁾	(172.330)	(165.507)	(172.330)	(165.507)
Outras despesas	(820)	(344)	(930)	(465)
Total de despesa	(479.749)	(321.935)	(479.860)	(322.112)
Resultado financeiro	(194.582)	(175.973)	(192.307)	(175.075)

⁽¹⁾ Incluídos encargos sobre financiamento da Libertas no valor de R\$122 em 31 de dezembro de 2021 (R\$969 em 31 de dezembro de 2020). Além disso, também estão incluídos juros sobre processos judiciais no valor de R\$ 101.870.

⁽²⁾ Incluídas despesas de variação monetária da Libertas no valor de R\$200 em 31 de dezembro de 2021 (R\$695 em 31 de dezembro de 2020). Além disso, também está incluída variação monetária sobre processos judiciais trabalhistas, conforme Nota Explicativa 17 (a) ii.

34. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão no Relatório da Administração.

35. Revisão Tarifária

Em junho de 2021, por intermédio da Resolução ARSAE-MG154/2021, de 28 de junho de 2021, a ARSAE-MG autorizou a Companhia a aplicar novas tarifas, aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados, a partir de 01 de agosto de 2021.

O efeito tarifário médio, aplicado sobre as tarifas vigentes é de -1,52% (um inteiro e cinquenta e dois centésimos por cento negativos), por considerar também compensações relativas ao exercício anterior e outros componentes financeiros.

A ARSAE MG estabeleceu ainda a cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário sem qualquer diferenciação tarifária em razão da existência ou não de tratamento de esgoto coletado para cada usuário.

36. Eventos subsequentes

1) Chuvas no Estado de Minas Gerais no início de 2022.

a) Medidas em auxílio às vítimas atingidas

A Companhia, no dia 19 de janeiro de 2022, divulgou Fato Relevante, comunicando aos acionistas e ao público em geral que foram adotadas, pela COPASA MG e por sua subsidiária COPANOR, medidas de auxílio às vítimas atingidas pelas recentes chuvas no Estado de Minas Gerais, mediante autorização da Agência Reguladora, com posterior compensação tarifária.

Notas Explicativas

As condições variam de acordo com a situação de cada imóvel e encontram-se sumarizadas abaixo:

- Imóveis que desabaram e/ou que foram condenados, pertencentes a todas as categorias: haverá o tamponamento e posterior religação, ambos sem custo. Haverá também, isenção total da fatura referente a janeiro de 2022.
- Imóveis interditados temporariamente, pertencentes à categoria Residencial Social: haverá isenção total da fatura referente a janeiro de 2022, e para a fatura referente a fevereiro de 2022 o cliente poderá solicitar parcelamento, em até 12 vezes, com desconto de 50% dos juros.
- Imóveis atingidos, mas que continuam em condições de uso/moradia, pertencentes à categoria Residencial Social: haverá isenção total da fatura referentes a janeiro de 2022.
- Imóveis atingidos, mas que continuam em condições de uso, pertencentes à categoria Comercial: haverá isenção do faturamento do volume até 10 m³ de água da fatura referente a janeiro de 2022. Caso o cliente tenha parcelamento vigente, haverá suspensão do pagamento por 2 (dois) meses, sem cobrança de juros ou encargos, retomando a cobrança em março de 2022.

A Companhia apurou que as medidas estabelecidas beneficiaram aproximadamente 27 mil famílias atendidas pela COPASA MG e COPANOR e representaram um valor total de R\$ 4 milhões em janeiro e fevereiro de 2022 a serem, oportunamente, compensadas nas tarifas.

b) Medidas de recuperação das estruturas físicas

Com relação ao ativo fixo, a Companhia estima gastos de aproximadamente R\$ 14 milhões para realização de medidas emergenciais e operacionais para recuperação das estruturas danificadas.

2) Obtenção de *Waiver* referente às quebras de *Covenants*

Em dezembro de 2021, em função das recentes decisões em relação ao Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, referente à rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos, a COPASA MG entendeu por rever o valor do provisionamento, tendo aumentado a provisão para esse processo em cerca de R\$217.356 em 31 de dezembro de 2021 (ver Nota Explicativa 17 a.ii).

As debêntures da 12^a, 13^a, 14^a, 15^a e 16^a emissões preveem que constitui um Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior aos indicados na Nota Explicativa 17 a.ii).

Para obtenção da renúncia dos credores aos respectivos direitos contratuais, em dezembro de 2021 foi iniciado o processo de pedido de *waiver* junto aos agentes financeiros, apresentando propostas de equacionamento, de modo que a Companhia pudesse seguir implementando seu plano de investimentos, o desenvolvimento empresarial e operacional, bem como o pleno cumprimento dos compromissos dos próximos anos.

Em 10 de março de 2022, os titulares das debêntures da 13^a, 14^a, 15^a e 16^a emissões da COPASA MG e em 21 de março de 2022, os titulares das debêntures da 12^a emissão, aprovaram a concessão de renúncia e perdão para a não observância dos *covenants* não financeiros em 2021, com a observação das condições resolutivas, mediante o pagamento de prêmio (*waiver fee*) aos debenturistas de 0,10% ao ano, sobre o saldo devedor, calculado na data de pagamento.

Notas Explicativas

3) Aprovação do Acordo Coletivo

Em fevereiro de 2022, foram concluídas as negociações com os Sindicatos sobre o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2019/2022, incluindo a ação judicial de cumprimento da Participação dos Empregados nos Lucros - PL do ano de 2019. O valor referente a esse acordo vem sendo provisionado, considerando as propostas e expectativas da Companhia, perfazendo, em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$178.835 (Ver Nota Explicativa 15). Foi acordado também a alteração da “data base” de maio para novembro, gerando, além dos valores já provisionados, a correção dos salários e dos vales alimentação e refeição, a partir de 01 de novembro de 2021, no percentual de 5,00%, contabilizados no 1º trimestre de 2022.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- **Projeções**

Visando acompanhar a dinâmica do setor de saneamento e o desempenho da economia brasileira, a Companhia revisa periodicamente seu planejamento e metas, compreendendo inclusive os planos de investimentos.

- **Programa de Investimentos**

- **Programa de Investimentos de 2021**

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30.04.2021 aprovou o Programa de Investimentos para 2021, no montante de R\$1.354,0 milhões, sendo R\$1.306,8 milhões destinados à Controladora (COPASA MG) e R\$47,2 milhões destinados à subsidiária COPANOR.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, em 2021, considerando a COPASA MG e a COPANOR conjuntamente, foram investidos R\$943,4 milhões. O investimento em 2021 foi substancialmente superior ao registrado no ano anterior, e o montante foi aplicado em sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, bem como em desenvolvimento empresarial e operacional.

Investimentos (R\$ milhões)	2021	2020
Água	537,1	147,1
Esgoto	317,5	213,3
Desenvolvimento Empresarial e	52,3	99,0
Total - Controladora	906,9	459,4
COPANOR	36,5	22,3
Total - COPASA MG e COPANOR	943,4	481,7

- **Programa de Investimentos - 2022 a 2026**

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2021, o Programa Plurianual de Investimentos projetado, referente à Controladora, para o período de 2022 a 2026, conforme detalhado na tabela abaixo:

Programa de Investimentos	2022	2023	2024	2025	2026
Valor (R\$ milhões)	1.395	1.410	1.600	1.600	1.410

O patamar de aportes previstos no Programa de Investimentos visa à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, extensão de redes, segurança hídrica, combate a perdas, desenvolvimento empresarial, atendimento de metas regulatórias e de eficiência, compromissos de concessão assumidos, reposição de ativos depreciados, bem como à consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo a sustentabilidade e perenidade da Empresa. Com isso, a Companhia procura atender as demandas dos clientes e dos poderes concedentes, em busca da universalização dos serviços.

Em relação ao plano de investimentos da Copanor, a Direção da subsidiária deliberou que o valor previsto para o ano de 2022 é de R\$47,5 milhões.

Proposta de Orçamento de Capital**ORÇAMENTO DE CAPITAL**

Tendo em vista as projeções para o crescimento dos negócios em 2022, a Companhia realizará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento, tratamento de resíduos e implantação de sistemas. Serão investidos também recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes, dentre outros. Além disso, ocorrerão investimentos em desenvolvimento empresarial voltados para informática, incluindo a atualização para a plataforma SAP S/4 HANA, que traz embarcada as ferramentas para análise de dados e de produtividade, além de integração nativa com o módulo comercial, e ainda, investimentos em ações ambientais e controle de qualidade de água, dentre outros.

Os investimentos previstos para 2022 pela COPASA, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO totalizam R\$1.395 milhões.

Adicionalmente, será submetido à mesma AGO proposta de investimentos de R\$47,5 milhões, com objetivo de melhorar as condições de infraestrutura da prestação de serviços na área de atuação da COPANOR, tendo como fonte de recursos o subsídio oriundo de valor adicional cobrado na tarifa dos clientes da Companhia, conforme estabelecido na Revisão Tarifária da COPASA.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Aos Conselheiros e Acionistas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG
Belo Horizonte – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 e nº 16(c) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em dezembro de 2021 a Companhia quebrou acordos contratuais (“covenants”) dos seus contratos de debentures no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor. Conforme divulgado na nota explicativa nº 36(2), nos dias 10 e 21 de março de 2022 os credores concordaram em não exigir o pagamento antecipado. Conforme parágrafo 74 do CPC 26 (IAS1), quando a entidade quebrar um acordo contratual (“covenant”) de um empréstimo de longo prazo ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do “covenant”. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não atendeu ao item citado e manteve o passivo classificado no não circulante. Portanto, em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante, individual e consolidado, está apresentado a menor e o passivo não circulante, individual e consolidado, a maior em R\$1.933.212 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria

do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Receita de prestação de serviço de água e esgoto a faturar

Veja as notas 3.14, 4 (b) e 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. Assim, ao reconhecimento da receita é necessário um ambiente de tecnologia da informação com estrutura robusta capaz de suportar o número de transações relacionadas ao faturamento desde a leitura do consumo e processamento até a emissão da nota.

O reconhecimento da receita de prestação de serviços de água e esgoto inclui a estimativa de volumes consumidos e ainda não faturados, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o fim de cada período.

Portanto, existe o risco significativo que a receita a faturar esteja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento ou sem que haja um racional ou justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia.

Devido à complexidade, aos riscos inerentes e ao ambiente de tecnologia da informação associado ao alto nível de dependência do processo de receitas e contas a receber, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes existentes relacionados ao processo de faturamento e contas a receber.

Com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia da informação, efetuamos o entendimento e testes dos controles gerais do ambiente de tecnologia relacionados, principalmente, aos aspectos de segurança, mudança em sistemas e monitoramento dos processamentos que suportam o sistema de faturamento da Companhia.

Nossos testes revelaram deficiências no desenho e efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos controles gerais do ambiente de tecnologia. Em função disso, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis das receitas de prestação de serviços de água e esgoto com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimentos subsequentes, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de faturas selecionadas no contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, realizamos teste de conferência das matrículas de clientes ativas e inativas e se as mesmas possuíam faturamento no ano de 2021 e avaliamos as exceções identificadas, se existentes.

Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, avaliamos os dados e critérios adotados pela Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e realizamos o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2021, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês, bem como realizamos teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame da fatura e da liquidação subsequente da receita a faturar avaliando a competência de cada registro.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as receitas a faturar são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Gastos com ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro

Veja as notas 3.4, 3.6, 05, 10 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2021 nas rubricas de ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro das concessões, os montantes individuais de R\$1.424.870 mil, R\$5.592.762 mil e R\$733.328 mil, respectivamente, e consolidados de R\$1.488.995 mil, R\$5.691.267 mil e R\$752.253 mil, respectivamente. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes requerem que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como, ativo de contrato, ativo intangível ou ativo financeiro da concessão.

Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, que são os gastos com obras em andamento vinculados a concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando

ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) custos capitalizados ao ativo financeiro da concessão, quando há o direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e, ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo de contrato, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização.

Com base em amostragem, para adições ocorridas durante o exercício, avaliamos a natureza desses investimentos e consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo de contrato da concessão, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e gastos com manutenção, esse último a ser reconhecido no resultado do exercício. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos custos em ativo de contrato para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização por meio de base amostral.

Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia e sua controlada sobre as suas políticas de capitalização e transferência.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o ativo de contrato, ativo intangível e o ativo financeiro das concessões, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas relativas ao exercício de 2021.

Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelo Comitê de Auditoria Estatutário durante todo o exercício social e à vista do Relatório da KPMG Auditores Independentes, com ressalva, emitido em 29 de março de 2022, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas das Notas Explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as propostas de destinação do lucro líquido e do orçamento de capital, estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da COPASA MG.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Fernando Scharlack Marcato
Presidente do Conselho

Guilherme Augusto Duarte de Faria
Vice-Presidente do Conselho

Luísa Cardoso Barreto
Conselheira

Sérgio Tuffy Sayeg
Conselheiro

Simone Deoud Siqueira
Conselheira

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG:

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG foi instituído na reunião do Conselho de Administração - RCA de 21 de março de 2018. A composição, disciplina e funcionamento do COAUDI estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia.

O COAUDI atual é integrado por 3 membros: Márcio de Lima Leite, Conselheiro de Administração da COPASA MG, na qualidade de Coordenador do COAUDI, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária - AGO que aprovará as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021; Luiz Alberto Ribeiro Vieira, com mandato até junho de 2022, e Artemio Bertholini, como Membro especialista em contabilidade societária, em atendimento ao Art. 25, da Lei nº 13.303/2016 e Art. 37 do Decreto Estadual nº 47.154/17, com mandato até junho de 2024.

O COAUDI é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das Demonstrações Financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A KPMG foi a responsável pela auditoria independente das Demonstrações Contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2021 e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetuou avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do COAUDI no exercício

Pandemia - COVID 19 - O COAUDI manteve, no transcorrer de 2021, um estreito acompanhamento dos principais desdobramentos da pandemia aplicáveis ao ambiente interno e externo de atuação da Companhia. Diversas reuniões ocorreram com os seus executivos, onde foram discutidos potenciais efeitos e consequências relacionados com:

? Impactos no relacionamento com os funcionários e colaboradores e seus efeitos distintos, entre aqueles que continuaram a atuar presencialmente na operação e aqueles envolvidos com atividades administrativas e de suporte, passíveis de atuação remota;

? Potenciais desdobramentos nas receitas e nos níveis de inadimplência; e

? Acompanhamento do amplo processo de comunicação e de divulgação de dados e informações junto ao mercado de capitais, aos clientes e fornecedores, consultores e auditores externos, agentes reguladores etc., envolvendo as medidas tomadas e outras ações preventivas para preservação da marca, imagem e reputação da Companhia.

Segurança Hídrica - O acidente ocorrido com a barragem Mina Córrego do Feijão, da companhia Vale, em Brumadinho, gerou diversos desdobramentos no processo operacional de captação de água da COPASA MG, principalmente nos complexos relacionados com as bacias do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba, ambos os principais provedores para suprimento de água na área da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dado a importância estratégica desse assunto, o COAUDI dedicou significativo esforço no acompanhamento das várias frentes que estudaram os impactos decorrentes do acidente, nas diversas regiões direta ou indiretamente afetadas. Adicionalmente, manteve um efetivo acompanhamento como elemento indutor de potenciais soluções conduzidas pelos representantes da Companhia, que atuaram junto aos demais órgãos e entidades envolvidos. Os amplos esforços desenvolvidos nestas várias frentes foram colimados com um acordo geral pactuado em 4 de fevereiro de 2021, entre a Vale, Governo de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, Ministério Público Federal - MPF, Defensoria Pública de MG e mediação do Tribunal de Justiça de MG.

A COPASA MG é parte deste acordo nos tópicos de Segurança Hídrica, envolvendo a integração dos Sistemas Paraopeba e das Velhas e de universalização do saneamento básico nos municípios atingidos e em outras ações de compensação ambiental.

Outros assuntos recorrentes - O COAUDI deu sequência, no transcorrer do exercício, de um intenso processo para aprofundamento do conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2021 o COAUDI manteve diversas reuniões formais com Administradores da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de Governança, Controladoria e Contabilidade, Auditoria Interna e de Gestão de Riscos. Adicionalmente, o COAUDI se reuniu com o Conselho de Administração e Conselho Fiscal por ocasião da apreciação das Demonstrações Financeiras.

Também foram conduzidas reuniões com os Administradores da Fundação Libertas e seus auditores externos, com a COPASS

Saúde, com a controlada COPANOR e com os responsáveis técnicos da KPMG Auditores Independentes.

Nessas reuniões foram abordados, dentre outros, assuntos relacionados com as Demonstrações Financeiras, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Adicionalmente, outras atividades desenvolvidas pelo COAUDI consistiram no acompanhamento dos requisitos de elegibilidade dos administradores, conforme disposto no artigo 36, parágrafo 1º, incisos IX e X, do Decreto Estadual nº 47.154/17 e no acompanhamento da adequação da Companhia às exigências da Lei nº 13.709/2019 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Nos diálogos dos Membros do COAUDI com as auditorias interna e externa foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. As revisões das Demonstrações Contábeis trimestrais, bem como a anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2021 foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do COAUDI repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua controlada COPANOR, da Fundação Libertas, da COPASS Saúde e Auditoria Externa.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o COAUDI considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2021 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade. No transcorrer de 2021 foi implementado um plano de trabalho voltado ao aprimoramento da capacitação funcional e na estrutura operacional da área.

O COAUDI também participou ativamente no desenvolvimento e acompanhamento do programa de treinamento e educação continuada, conduzido por instrutores especializados externos, voltado ao quadro gerencial da Organização.

Com relação à atuação da Auditoria Externa, KPMG Auditores Independentes, o COAUDI manifesta sua discordância quanto à opinião com ressalva contida em seu relatório de auditoria, tendo como base as seguintes e principais razões:

- Conforme comentado nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras para o ano findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia decidiu complementar a provisão para fazer face às contingências de natureza trabalhista, anteriormente consideradas como de desfecho negativo “possível”, as quais passaram a ser tratadas como “provável”. Como decorrência desta situação, alguns covenants de determinadas séries de debêntures foram afetados, o que poderia resultar em exigibilidade imediata para os passivos com exigibilidade originalmente prevista para longo prazo;
- No transcorrer do corrente mês de março ocorreram diversas assembleias dos debenturistas cujas séries tiveram seus covenants afetados, mediante as quais foram obtidos os waivers necessários para manutenção dos prazos de vencimento originais no longo prazo (passivo não circulante), ou seja, restabelecendo as condições contempladas quando da emissão das debêntures;
- A despeito da situação se encontrar, nesta data, totalmente normalizada, a KPMG Auditores Independentes manifestou seu entendimento de que o “passivo a longo prazo” (passivo não circulante) com referidas debêntures, deveria ser reclassificado como passivo circulante (portanto exigível dentro de um ano), no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, sob a alegação de haver previsão expressa no Pronunciamento CPC 26, em seu artigo 74, de que este seria o tratamento a ser adotado, nestas circunstâncias;
- A Administração da Companhia manifestou sua interpretação de que os artigos 19 e 20 do mesmo Pronunciamento CPC 26, contemplam tratamento distinto, plenamente coadunado com outros dispositivos normativos que permeiam a Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, decidindo, portanto, pela manutenção da classificação das referidas debêntures como “passivo não circulante”. Este entendimento da Administração guarda plena aderência com a opinião do Prof. Jorge Andrade Costa, parecerista independente com notório saber sobre o assunto;
- O COAUDI, ao amparo do que estabelece a Lei 13.303/2016, em seu Art. 24, VII, manifesta seu entendimento de que a reclassificação de “passivo não circulante” para “passivo circulante”, como requerido pela KPMG Auditores Independentes, não atende aos preceitos pétreos da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, a qual preconiza que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas seguindo o conceito de “visão verdadeira e justa” (conceito de true and fair override que permeia as normas internacionais emitidas pelo IASB - os IFRS - que são seguidos pelo Brasil através dos CPCs). Ou seja, a classificação como “passivo circulante”, como requerido pelos auditores independentes representaria, por parte da Administração, uma representação falsa quanto à posição financeira da Companhia naquela data base, dado que a dívida, definitivamente, não será exigida em curto prazo. Concluindo, o COAUDI manifesta sua concordância com a postura da Administração e discorda do posicionamento da KPMG Auditores Independentes em ressaltar a prática contábil adotada.

Guardadas as limitações e peculiaridades de seu âmbito de atuação, o COAUDI considera que todos os assuntos relevantes e pertinentes foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração, ressaltando sua discordância quanto a opinião com ressalva manifestada pelos auditores independentes.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Márcio de Lima Leite
Coordenador do COAUDI

Artemio Bertholini
Membro do COAUDI

Luiz Alberto Ribeiro Vieira
Membro do COAUDI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG (doravante "Diretoria Executiva"), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001- 03, declaram que:

1. Reviram e discutiram as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria Executiva declara sua discordância quanto ao posicionamento dos auditores independentes expresso na forma de Ressalva contida em seu parecer, onde relatam a necessidade de reclassificação de dívidas no montante de R\$1.933 milhões do passivo não circulante para o Passivo Circulante, assunto divulgado pela Companhia no item 12.2 do Relatório da Administração e nas Notas Explicativas nº 2 e 16(c) das referidas Demonstrações Financeiras, cabendo aqui esclarecimento em relação aos fatos, e fundamentação de nossa posição.

Em 27 de dezembro de 2021 a Companhia divulgou Fato Relevante descrevendo os desdobramentos do processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, processo esse ajuizado, no ano de 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquele momento, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho. Desta forma, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento e aumentou a provisão para esse processo em cerca de R\$217,5 milhões, cuja contabilização ocorreu em 31 de dezembro de 2021.

Como decorrência desta situação, alguns covenants (cláusulas restritivas) de determinadas séries de debêntures emitidas foram afetados, o que poderia resultar em exigibilidade imediata para os passivos cuja exigibilidade originalmente estava prevista para longo prazo.

No transcorrer do corrente mês de março, após os devidos trâmites junto aos credores envolvidos, ocorreram as diversas assembleias gerais dos debenturistas cujas séries tiveram seus covenants afetados, mediante as quais foram obtidos os waivers (anistia) necessários para manutenção dos prazos de vencimento originais no longo prazo - passivo não circulante -, ou seja, restabelecendo as condições contempladas quando da emissão das debêntures;

Apesar do fato de terem sido concedidos os waivers por parte dos credores envolvidos, a KPMG Auditores Independentes manifestou seu entendimento de que o passivo não circulante correspondente ao montante das referidas debêntures deveria ser reclassificado como passivo circulante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, sob a alegação de haver previsão expressa no Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 26, em seu artigo 74, de que este seria o tratamento a ser adotado nestas circunstâncias.

Em relação à reclassificação proposta, cabe-nos ressaltar que a posição dos técnicos e da Administração da Companhia é que a apresentação da dívida como devida a curto prazo não corresponderia à realidade do cronograma dos pagamentos da dívida e consistiria grave distorção do Balanço Patrimonial. Considerando que obtivemos todos os waivers antes da emissão e aprovação do balanço (e, por decorrência, antes da data da emissão do relatório dos auditores), a Administração entende que a citada reclassificação resultaria numa informação enganosa nas nossas demonstrações contábeis, notadamente no Balanço Patrimonial, induzindo o leitor a uma interpretação incorreta da posição patrimonial e financeira da COPASA MG, principalmente no que se refere à sua solvência e capacidade de geração de caixa e, desta forma, não efetuou a referida reclassificação.

O próprio Pronunciamento CPC 26, nos seus itens 19 e 20 (extrato abaixo – grifo nosso), indica como a administração deverá tratar a aplicação de determinada regra contábil quando, em seu julgamento, tal aplicação conduz a uma apresentação enganosa – caso em que entra, consequentemente, em conflito com o Pronunciamento CPC 00:

"19. Em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis estabelecido no CPC 00, a entidade não deve aplicar esse requisito e deve seguir o disposto no item 20, a não ser que esse procedimento seja terminantemente vedado do ponto de vista legal e regulatório.

20. Quando a entidade não aplicar um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC ou de acordo com o item 19, deve divulgar:

- (a) que a administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;
- (b) que aplicou os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações do CPC aplicáveis, exceto pela não aplicação de requisito específico com o propósito de obter representação apropriada;
- (c) o título do pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC que a entidade não aplicou, a natureza dessa exceção, incluindo o tratamento que o Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC exigiria; a razão pela qual esse tratamento seria tão enganoso que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, estabelecido no CPC 00; e o tratamento efetivamente adotado; e
- (d) para cada período apresentado, o impacto financeiro da não aplicação do pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC vigente em cada item nas demonstrações contábeis que teria sido informado, caso tivesse sido cumprido o requisito não aplicado".

Este entendimento da Administração guarda plena aderência com a opinião do Prof. Jorge Andrade Costa, parecerista independente com notório saber sobre o assunto.

2. A Diretoria Executiva declara ainda que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Carlos Eduardo Tavares de Castro
Diretor-Presidente

Carlos Augusto Botrel Berto
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cristiane Schwanka
Diretora de Relacionamento e Mercado

Guilherme Frasson Neto
Diretor de Operação

Ricardo Augusto Simões Campos
Diretor de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG (doravante "Diretoria Executiva"), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001- 03, declaram que:

1. Reviram e discutiram as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria Executiva declara sua discordância quanto ao posicionamento dos auditores independentes expresso na forma de Ressalva contida em seu parecer, onde relatam a necessidade de reclassificação de dívidas no montante de R\$1.933 milhões do passivo não circulante para o Passivo Circulante, assunto divulgado pela Companhia no item 12.2 do Relatório da Administração e nas Notas Explicativas nº 2 e 16(c) das referidas Demonstrações Financeiras, cabendo aqui esclarecimento em relação aos fatos, e fundamentação de nossa posição.

Em 27 de dezembro de 2021 a Companhia divulgou Fato Relevante descrevendo os desdobramentos do processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, processo esse ajuizado, no ano de 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquele momento, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho. Desta forma, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento e aumentou a provisão para esse processo em cerca de R\$217,5 milhões, cuja contabilização ocorreu em 31 de dezembro de 2021.

Como decorrência desta situação, alguns covenants (cláusulas restritivas) de determinadas séries de debêntures emitidas foram afetados, o que poderia resultar em exigibilidade imediata para os passivos cuja exigibilidade originalmente estava prevista para longo prazo.

No transcorrer do corrente mês de março, após os devidos trâmites junto aos credores envolvidos, ocorreram as diversas assembleias gerais dos debenturistas cujas séries tiveram seus covenants afetados, mediante as quais foram obtidos os waivers (anistia) necessários para manutenção dos prazos de vencimento originais no longo prazo - passivo não circulante -, ou seja, restabelecendo as condições contempladas quando da emissão das debêntures;

Apesar do fato de terem sido concedidos os waivers por parte dos credores envolvidos, a KPMG Auditores Independentes manifestou seu entendimento de que o passivo não circulante correspondente ao montante das referidas debêntures deveria ser reclassificado como passivo circulante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, sob a alegação de haver previsão expressa no Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 26, em seu artigo 74, de que este seria o tratamento a ser adotado nestas circunstâncias.

Em relação à reclassificação proposta, cabe-nos ressaltar que a posição dos técnicos e da Administração da Companhia é que a apresentação da dívida como devida a curto prazo não corresponderia à realidade do cronograma dos pagamentos da dívida e consistiria grave distorção do Balanço Patrimonial. Considerando que obtivemos todos os waivers antes da emissão e aprovação do balanço (e, por decorrência, antes da data da emissão do relatório dos auditores), a Administração entende que a citada reclassificação resultaria numa informação enganosa nas nossas demonstrações contábeis, notadamente no Balanço Patrimonial, induzindo o leitor a uma interpretação incorreta da posição patrimonial e financeira da COPASA MG, principalmente no que se refere à sua solvência e capacidade de geração de caixa e, desta forma, não efetuou a referida reclassificação.

O próprio Pronunciamento CPC 26, nos seus itens 19 e 20 (extrato abaixo – grifo nosso), indica como a administração deverá tratar a aplicação de determinada regra contábil quando, em seu julgamento, tal aplicação conduz a uma apresentação enganosa – caso em que entra, consequentemente, em conflito com o Pronunciamento CPC 00:

"19. Em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis estabelecido no CPC 00, a entidade não deve aplicar esse requisito e deve seguir o disposto no item 20, a não ser que esse procedimento seja terminantemente vedado do ponto de vista legal e regulatório.

20. Quando a entidade não aplicar um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC ou de acordo com o item 19, deve divulgar:

- (a) que a administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;
- (b) que aplicou os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações do CPC aplicáveis, exceto pela não aplicação de requisito específico com o propósito de obter representação apropriada;
- (c) o título do pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC que a entidade não aplicou, a natureza dessa exceção, incluindo o tratamento que o Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC exigiria; a razão pela qual esse tratamento seria tão enganoso que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, estabelecido no CPC 00; e o tratamento efetivamente adotado; e
- (d) para cada período apresentado, o impacto financeiro da não aplicação do pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC vigente em cada item nas demonstrações contábeis que teria sido informado, caso tivesse sido cumprido o requisito não aplicado".

Este entendimento da Administração guarda plena aderência com a opinião do Prof. Jorge Andrade Costa, parecerista independente com notório saber sobre o assunto.

2. A Diretoria Executiva declara ainda que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Carlos Eduardo Tavares de Castro
Diretor-Presidente

Carlos Augusto Botrel Berto
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cristiane Schwanka
Diretora de Relacionamento e Mercado

Guilherme Frasson Neto
Diretor de Operação

Ricardo Augusto Simões Campos
Diretor de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos